

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO**

**WESLEI VIVAN**

**O GRUPO ESCOLAR ONZE DE AGOSTO: PROCESSOS DE  
INSTITUCIONALIZAÇÃO E AS FESTIVIDADES ESCOLARES EM NOVA PRATA,  
RS (1960-1970)**

**CAXIAS DO SUL  
2023**

**WESLEI VIVAN**

**O GRUPO ESCOLAR ONZE DE AGOSTO:  
Processos de Institucionalização e As Festividades Escolares em Nova  
Prata/RS (1960-1970)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre da Educação

Orientador: Prof. Dr. José Edimar de Souza

CAXIAS DO SUL  
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade de Caxias do Sul  
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

V855g Vivan, Weslei

O Grupo Escolar Onze de Agosto [recurso eletrônico] : processos de institucionalização e as festividades escolares em Nova Prata/RS (1960-1970) / Weslei Vivan. – 2023.

Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2023.

Orientação: José Edimar de Souza.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. Educação - Nova Prata (RS) - História. 2. Ambiente escolar - Nova Prata (RS) - Aspectos culturais. 3. Escolas - Organização e administração. I. Souza, José Edimar de, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 37(816.5)(091)

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)  
Ana Guimarães Pereira - CRB 10/1460

*“O Grupo Escolar Onze de Agosto: Processos de Institucionalização e as festividades escolares em Nova Prata, RS (1960-1970)”*

**Weslei Vivan**

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: História e Filosofia da Educação.

Caxias do Sul, 30 de maio de 2023.

Banca Examinadora:

Dr. José Edimar de Souza (presidente – UCS)

Dr. Geraldo Antônio da Rosa (UCS)

Dra. Eliana Gasparini Xerri (UCS)

Dra. Rosa Lydia Teixeira Correa (PUC/PR)

## **AGRADECIMENTOS**

Ao iniciar a jornada desta pesquisa, dificuldades que eram esperadas foram enfrentadas e superadas, mas como na maioria dos desafios que temos nesta vida, o apoio de uma série de pessoas me fortaleceu durante esta trajetória, é meu dever agradecê-los.

Primeiramente, devo à minha família, que sempre será o pilar da minha vida, apoiando minhas iniciativas nos estudos e dando todo o suporte possível, sem vocês, esta dissertação não seria possível.

Aos meus amigos, que me incentivam sempre a evoluir, a continuar, e que igualmente, em diversas ocasiões ouviam e aconselhavam durante minhas reclamações sobre os problemas.

Ao meu orientador Prof. Dr. José Edimar, sua atenção, sinceridade, objetividade me guiaram durante este percurso de maneira indescritível, igualmente aos meus colegas de orientação, me acolhendo desde o primeiro dia, e me aconselhando/auxiliando até o último momento nesta trajetória, mesmo com suas pesquisas e demais compromissos sempre foi solícito.

A todo pessoal da Universidade de Caxias do Sul – Campus Nova Prata, em todos os momentos que foi preciso foram extremamente atenciosos, assim como, os professores do PPGEDU; um agradecimento especial para a Profa. Dra. Eliana Gasparini Xerri, que se dispôs a disponibilizar parte do seu acervo pessoal para o andamento desta pesquisa.

As minhas colegas da turma de mestrado do Campus Nova Prata, agradeço pela convivência neste curso, momentos prazerosos de aprendizagem e de, muitas vezes, risadas pelos obstáculos que apareciam.

A toda comunidade escolar da Escola Estadual de Ensino Médio Onze de Agosto, por reabrir as portas e disponibilizando seu arquivo, sempre se colocando à disposição para auxiliar no que fosse necessário.

E por fim, a todos aqueles que de alguma forma, estiveram presentes neste percurso, e contribuíram para a produção desta pesquisa.

Meu muito obrigado!

## RESUMO

A presente pesquisa buscou compor, com base em fontes documentais, os processos de institucionalização e de práticas de escolarização desenvolvidas no Grupo Escolar Onze de Agosto, entre 1960 e 1970. O recorte temporal deste estudo considerando aspectos como: o estabelecimento da instituição no ano de 1960 e a mudança estabelecida pela legislação educacional a partir de 1971. Os objetivos específicos estabelecidos são de compreender, a partir das diferentes fontes, os processos de institucionalização do Grupo Escolar Onze de Agosto, buscando estabelecer relações com o contexto local de implantação deste modelo de organização escolar; analisar práticas de escolarização desenvolvidas nos primeiros tempos de funcionamento do grupo escolar, buscando identificar os modos de ensinar neste tipo de instituição; conhecer e compreender aspectos das culturas escolares que foram produzidas nesta instituição e o modo como essas práticas repercutiram no contexto em que o grupo escolar está inserido. Trata-se de uma pesquisa documental histórica que utiliza a metodologia de análise documental a partir de fontes como Livros de Atas e demais documentos que contemplam o recorte temporal. Os pressupostos teóricos utilizados estão locados na História Cultural, fundamentado em autores como Chartier (1988), Pesavento (2003), bem como Magalhães (2004), Buffa (2013) e Barros (2005). Em relação ao processo de institucionalização, a partir do Governo de Lionel Brizola (1959-1963) com sua política de expansão da rede de ensino público, o município de Nova Prata – RS firmaria parceria com o governo estadual para construir instituições escolares, entre elas o Grupo Escolar Onze de Agosto. Durante as obras do edifício escolar, por três anos a instituição teve funcionamento em uma casa alugada, adaptada para a escolarização. A partir da inauguração do novo edifício escolar no ano de 1963 a escola se fundamenta com as características da organização de grupo escolar, aumentando o número de salas de aula, turmas, professoras e alunos. No que se refere análise da escolarização e da cultura escolar, foi possível identificar a importância e frequência das festividades de datas cívicas no calendário escolar, as práticas escolares envolvidas nestes eventos idealizavam nos alunos o enaltecimento de símbolos nacionalistas, de personagens históricos, o incentivo a adotar condutas morais e cívicas estabelecidas pelos governos deste recorte temporal como desejáveis aos seus cidadãos. Conclui-se que a política de expansão promovida pelo governo do Estado impulsionou a construção do grupo escolar. Contudo, os três primeiros anos de atendimento à escolarização na localidade, foi realizada em espaços improvisados e adaptados para o ensino formal. Em relação aos aspectos da cultura escolar observamos que mesmo no espaço adaptado da casa, as práticas procuravam reproduzir os ritos do ensino formal, como se percebe no culto à Pátria, aos hinos e nas festividades.

**Palavras-chave:** Institucionalização; processos e práticas de escolarização; Grupo Escolar Onze de Agosto, Nova Prata/RS.

## ABSTRACT

This research aimed to investigate and understand the institutionalization, practices, and school cultures developed in the "Grupo Escolar 11 de Agosto" in the city of Nova Prata - RS. The time frame of this study is established between the years 1960 - 1968, considering aspects such as the establishment of the institution in 1960 and the changes established by the civil-military dictatorship government that impacted daily school life. Therefore, the objectives are to understand the different processes of institutionalization of the "Grupo Escolar 11 de Agosto" related to the local contexts of implementing this model of school organization, to analyze the schooling practices in the early years of the institution's operation, and to understand the cultures established in this institution. The methodology used was document analysis based on sources such as minutes books and other documents that cover the time frame and pre-established themes. The theoretical assumptions used are located within cultural history, based on authors such as Chartier (1988), Pesavento (2003), and history of education, such as Magalhães (2004), Buffa (2013), and Barros (2005). From the government of Lionel Brizola (1959-1963) and his policy of expanding the public education network by building schools in the interior of the state of Rio Grande do Sul, the municipality of Nova Prata - RS partnered with the state government to build educational institutions, including the "Grupo Escolar 11 de Agosto", during the construction of the school building, the institution operated for three years in a rented house adapted for schooling. From the inauguration of the new school building in 1963, the school was based on the characteristics of the group school organization, increasing the number of classrooms, classes, teachers, and students. From the analysis of civic festivities, it was possible to identify the importance and frequency of these dates on the school calendar, and the school practices involved in these events aimed to encourage students to exalt nationalist symbols, historical figures, and adopt moral and civic behaviors established by the governments of this time frame as desirable for their citizens. It is concluded that the expansion policy promoted by the State government boosted the construction of the school group. However, the first three years of providing education in the area were carried out in improvised spaces adapted for formal education. Regarding aspects of school culture, it was observed that even in the adapted space of the house, practices sought to reproduce the rituals of formal education, as can be seen in the reverence for the homeland, the national anthems and in the festivities.

**Keywords:** Institutionalization; Schooling Processes and Practices; "Grupo Escolar 11 de agosto"; Nova Prata/RS.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização e Mapa de Nova Prata/RS.....	16
Figura 2 – Mapa Detalhado de Nova Prata 2021 .....	54
Figura 3 – Desenho da casa Dona Pierina.....	61
Figura 4 – Trecho de Histórico da E. E. E. M. Onze de Agosto.....	64
Figura 5 – Ata da Instalação do Grupo Escolar do Bairro São Cristovão.....	65
Figura 6 – Ata de Fundação do Círculo de Pais e Mestres .....	71
Figura 7 – Decreto de Criação do Grupo Escolar Onze de Agosto .....	72
Figura 8 – Inauguração do G. E. Onze de Agosto.....	73

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 –Atas de Reuniões Pedagógicas e Administrativas, Livro de Atas e Comemorações .....	30
Fotografia 2 – Caderno de Matrículas .....	31
Fotografia 3 – Parte do Bairro São Cristovão, em 1971 .....	56

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Denominações Oficiais.....	19
Quadro 2 – Arquivos E.E.E.M. Onze de Agosto.....	32
Quadro 3 – Arquivos Acervo Pessoal.....	34
Quadro 4 – Relação das Pastas do Arquivo.....	35
Quadro 5 – Classificação utilizada .....	35
Quadro 6 – Distribuição de Professoras entre 1963 e 1968.....	66
Quadro 7 – Festividades Cívicas G. E. Onze de Agosto 1960 – 1968.....	80

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Escolas no Prata/RS durante 1924-1926 .....	18
Tabela 2 – Teses e Dissertações pesquisadas no Banco de Dados CAPES .....	25
Tabela 3 – Artigos Encontrados na Plataforma SciELO .....	26
Tabela 4 - Artigos Encontrados nos Anais do CBHE .....	26

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBHE	Congresso Brasileiro de História da Educação
E.E.E.M	Escola Estadual de Ensino Médio
G. E.	Grupo(s) Escolar(es)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
RS	Rio Grande do Sul
UCS	Universidade de Caxias do Sul

## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>12</b>
<b>2 ASPECTOS METODOLÓGICOS: A PESQUISA DOCUMENTAL.....</b>	<b>28</b>
<b>3 CONTEXTO HISTÓRICO.....</b>	<b>39</b>
3.1 RELAÇÕES DE CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO .....	39
3.2 GRUPOS ESCOLARES, CONCEITO E HISTÓRIA.....	49
3.3 ASPECTOS DA ESCOLARIZAÇÃO EM NOVA PRATA/RS .....	52
<b>4 O GRUPO ESCOLAR ONZE DE AGOSTO: CULTURAS E PRÁTICAS .....</b>	<b>60</b>
4.1 DOS PRIMEIROS PASSOS À INAUGURAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR.....	60
4.2 OS VESTÍGIOS DA CULTURA ESCOLAR A PARTIR DOS RITOS E FESTIVIDADES CÍVICAS .....	77
4.3 PRÁTICAS ESCOLARES DESENVOLVIDAS NAS FESTIVIDADES CÍVICAS DO GRUPO ESCOLAR ONZE DE AGOSTO 1960-1968.....	91
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>96</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>101</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>107</b>
ANEXO A – DOCUMENTOS .....	108

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A escola, em seu conceito-base, trata-se de um ambiente onde é institucionalizado os modos de ensinar e que, nos tempos da modernidade, sofreu várias mudanças em seu método de execução, ocasionando um ambiente que é composto, na maioria das vezes, por uma diversificação social de sujeitos, de idade, gênero, classe social, e esta relação de convívio coletivo forma constantemente memórias e uma cultura própria.

Para Teixeira (2015), a escola guarda um pedaço de sua história social em seu cotidiano e de seu espaço-tempo, representa o aprender em componentes frequentes na idade jovem como diretrizes, valores sociais, fardamentos, instigações e recreação, fazendo com que este ambiente seja um lugar de memória simbólica e material; assim, a ideia de cultura escolar vai muito além de apenas um espaço físico, mas que requer compreender toda a interatividade dos indivíduos que compõem o objeto de estudo no espaço-tempo a ser estudado.

A instituição investigada apresenta reconhecimento social e histórico; além disso, há motivações pessoais e de trajetória educacional que foram fundamentais para a definição deste objeto de pesquisa. Desde tenra idade, em exercícios de imaginação e de ludicidade propostos pelos educadores desta instituição, devíamos escolher profissões futuras, e havia o interesse de minha pessoa em fazer parte do ambiente escolar como educador. A Escola Estadual de Ensino Médio (E. E. E. M.) Onze de Agosto<sup>1</sup> fez parte em diversas ocasiões de minha caminhada, desde minha formação no Ensino Médio e ao abrir as portas para efetuar dois estágios durante minha graduação em licenciatura de História. O outro fator é a possibilidade de poder contribuir para a escrita da história dos grupos escolares no meu município, já que não existem trabalhos dessa natureza, assim cobrindo uma lacuna na história local.

A pesquisa não apenas é efetuada por motivações pessoais, uma vez que sua contribuição acadêmica pretende compreender um processo importante na História da Educação brasileira, que são os grupos escolares, e como se deu o estabelecimento destas instituições em diferentes regiões do país. O seu mapeamento e estudo são movimentos que têm demonstrado interesse por diferentes

---

<sup>1</sup> O Grupo Escolar Onze de Agosto, objeto de estudo desta pesquisa, viria a se tornar, no decorrer dos anos, o que se identifica como Escola Estadual de Ensino Médio Onze de Agosto, como será demonstrado no decorrer desta pesquisa.

pesquisadores nos últimos anos, e este trabalho pretende adicionar conhecimento à produção científica na nossa área, vinculando-se diretamente aos projetos desenvolvidos por Souza (2022)<sup>2</sup>.

Ao desenvolver esta pesquisa com temáticas que se debruçam sobre escola, cultura e institucionalização de um grupo escolar, optou-se pelo escopo teórico-metodológico da História Cultural, buscando investigar o contexto espaço-temporal e de relações sociais que compuseram o entorno social do objeto analisado, para então conduzir um estudo de maneira apropriada sobre tais temáticas citadas e o objeto de análise.

Ao se aprofundar na pesquisa, certos questionamentos são levantados acerca do objeto de estudo: Como ocorreu a instauração do Grupo Escolar Onze de Agosto em Nova Prata/RS? Quais foram as culturas escolares constituídas nesta instituição? Como esta instituição se relacionou com seu meio social? Quais foram as práticas utilizadas nos primeiros anos da instituição? De que modo se desenvolveram as práticas escolares? Tais questionamentos vão ao encontro dos objetivos desta pesquisa, tendo a expectativa de elucidar tais questões em seu desenvolver.

A partir do estabelecimento do Grupo Escolar Onze de Agosto em Nova Prata/RS como o objeto de pesquisa, estabeleceu-se como objetivo geral compor, com base em fontes documentais, os processos de institucionalização e de práticas de escolarização desenvolvidas no Grupo Escolar Onze de Agosto, entre 1960 e 1970.

E, como objetivos específicos, elencamos:

- a) compreender, a partir das diferentes fontes, os processos de institucionalização do Grupo Escolar Onze de Agosto, buscando estabelecer relações com o contexto local de implantação deste modelo de organização escolar;
- b) analisar práticas de escolarização desenvolvidas nos primeiros tempos de funcionamento do grupo escolar, buscando identificar os modos de ensinar neste tipo de instituição; e
- c) conhecer e compreender aspectos das culturas escolares que foram produzidas nesta instituição e o modo como essas práticas repercutiram no contexto em que o grupo escolar está inserido.

---

<sup>2</sup> A pesquisa está vinculada aos projetos de pesquisa coordenados pelo meu orientador, financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Rio Grande do Sul (FAPERGS) – “Grupo escolar no Vale do Sinos e na Serra Gaúcha no século XX: histórias, culturas e práticas” e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - “Grupo escolar no Rio Grande do Sul no século XX: culturas e práticas em perspectiva regional”.

Para isso, foram utilizados, como fontes de pesquisa, documentos encontrados no arquivo da escola, tais como: o livro de atas e comemorações, que abrange a primeira década de funcionamento escolar; atas de reuniões pedagógicas e administrativas, que abrangem os primeiros anos de funcionamento da escola; documentos de natureza diversa, encontrados em fichários, como dados da construção do local que abriga o grupo escolar, documentos oficiais sobre mudanças de nome, aprovação da compra do terreno, escriturário, arquivos de acervo pessoal, entre tantos outros.

O recorte temporal foi definido a partir dos primeiros registros da escola, sua criação no ano de 1960, como argumenta Xerri (2004) na obra *“Nova Prata, uma incursão na história”*, e a sua delimitação final, 1970<sup>3</sup>, em vista às mudanças provocadas pela nova legislação educacional.

A década de 1960 engloba em âmbitos regionais e nacionais outros recortes temporais que são importantes para o desenvolver da pesquisa e entendimento dos acontecimentos; no Rio Grande do Sul, o governo do estado com o governador Leonel Brizola e seu plano de expansão de ensino alavancaria a construção de escolas. Segundo Duarte (2013), ao assumir o governo do estado, Brizola se deparou com altos números de analfabetismo e, a partir disso, adotou o lema “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul”. Dentre suas metas, primeiramente consistia alfabetizar todas as crianças com idade de 7 até os 14 anos; posteriormente, sua segunda meta era acabar com o analfabetismo no estado. Para conseguir alcançar tais metas, haveria um grande investimento em construção de prédios escolares por todo o território gaúcho, tendo ênfase principalmente em localidades do interior, visto que a educação no meio rural era considerada mais dificultosa que no urbano. Para a construção de tais escolas, o governo obteve oito planos de construção, e muitas dessas construções seriam efetuadas com auxílio da população local e das gestões municipais.

Em âmbito nacional, a instituição investigada foi implantada no contexto da primeira Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional. No ano de 1961 foi aprovada e estabelecida a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4024/61, que, consoante Montalvão (2010), ao citar algumas de suas características e trajetória,

---

<sup>3</sup> De acordo com Bencostta (2012), a partir de 1971, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, inicia-se um processo de transformação no interior dos grupos escolares, que passaram a ser identificados como escolas de 1º Grau.

assevera que seu projeto tramitou durante treze anos entre Câmara de Deputados e Senado Federal, do ano de 1948 a 1961. Muito de sua demora para ser aprovada foi ocasionada por disputas políticas para a elaboração dentro das duas casas federais da democracia brasileira, em especial a Câmara de Deputados. Foi, então, organizada a princípio por uma comissão de educadores na década de 1940, pós-era Vargas, e “engavetada” no ano de 1949.

Nesse sentido, foi colocada em pauta novamente no ano de 1957, com certos aspectos que seriam imutáveis dentro do debate político, aspectos esses que visavam deixar a educação brasileira a par com a modernidade; dentre os quais se podem citar: variedade de cursos, descentralização administrativa, currículos flexíveis, equivalência nos cursos de grau médio para entrada em universidades e autonomia das faculdades. Novamente encontraria dificuldades em sua aprovação por divergências entre ensino público x privado, além de divergências sobre a questão da participação familiar no ensino de seus filhos, tema levantado pela influência da Igreja Católica, que também detinha boa parte das escolas particulares da época. Por fim, em 1961, seria aprovado o texto final da primeira Lei de Diretrizes Brasileiras para a educação e que conciliaria ideais dos grupos políticos que disputaram sua formação. Em relação ao recorte temporal final para este estudo, considera-se a primeira década de instalação do Grupo Escolar. Observo que a instauração da ditadura civil-militar que aconteceu no Brasil no ano de 1964, com seu fim a partir do ano de 1985; segundo Reis (2014), mudaria o país nos mais diversos aspectos, desde a política nacional como a sociedade em si, com um repressivo que buscava uma modernização pelo tecnicismo no Brasil, instaurada no ano de 1964, após golpe que retiraria do poder o presidente João Goulart. O governo federal foi, então, assumido pelos militares com apoio civil; em seus primeiros anos, existiu a perseguição a opositores, mas a partir do Ato Institucional de número 5, no ano de 1968, uma ala mais extremista dos militares assumiu o poder, começando os conhecidos “anos de chumbo”, em que a repressão e intervenção do governo se instalava de forma ampla em toda sociedade brasileira, ainda nesta época seriam firmados os acordos do MEC-USAID, que traziam uma ideia de racionalização, eficiência e eficácia do ensino

De certo modo, esse cenário contribuiu para a tramitação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 5692/71.

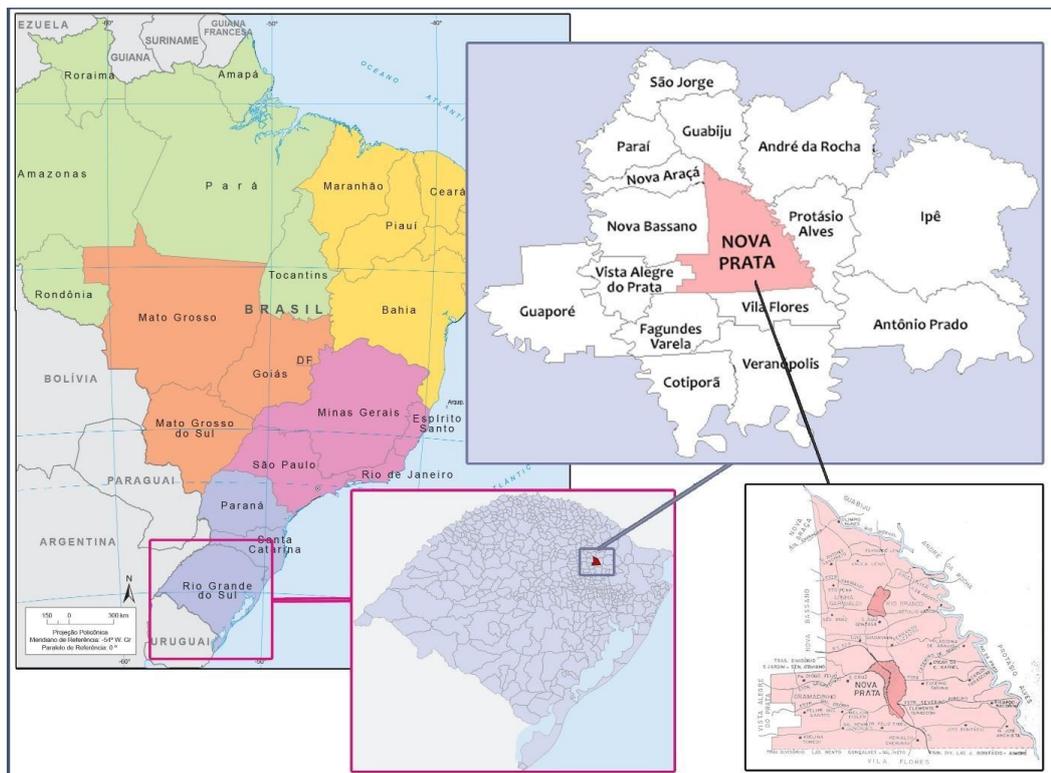
O regime ditatorial terminaria a partir do ano de 1985 com a volta da abertura democrática no país. Melo (2012) argumenta que, no ano de 1979, já se estabelecia

diversos movimentos de abertura política da ditadura, onde o estado de direito voltava a ser estabelecido, podendo ser considerado este ano como o fim da ditadura.

É nesse contexto que se insere esta investigação, a partir da cidade de Nova Prata, que fica localizada no estado do Rio Grande do Sul e cuja localização é destacada na Figura 1.

A localização da cidade, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), está na Serra do Rio Grande do Sul e os habitantes são chamados de nova-pratenses. O município estende-se por 259,941 km<sup>2</sup> e contava com população estimada em 28.021 de habitantes pelo IBGE no ano de 2021, e densidade demográfica de 88,3 habitantes por km<sup>2</sup>.

**Figura 1 – Localização e Mapa de Nova Prata/RS**



Fonte: Migliavacca (2021, p. 72).

Nova Prata, nos primeiros tempos, como outras áreas do Rio Grande do Sul, era habitada por indígenas até por volta do ano de 1865; tais indígenas pertenciam à tribo coroados. Teve sua incorporação tardia aos territórios ocupados por imigrantes e pertenceu, primeiramente, a Santo Antônio da Patrulha, um dos quatro primeiros municípios do Rio Grande do Sul; posteriormente, fez parte de Lagoa Vermelha. Após

levas imigratórias, criou-se o município de Alfredo Chaves, atualmente Veranópolis, que abrigava a região de um lado do Rio das Antas (XERRI, 2004).

Havia povoadores na atual cidade de Nova Prata antes mesmo de 1847, pois as terras onde se localiza o município eram de posse de Silvério Antônio de Araújo e sua esposa Placidina de Araújo, adquiridas no ano de 1846. Silvério faleceu no ano de 1903, deixando todas suas posses de herança para sua esposa Placidina (FARINA, 1986). O primeiro nome, onde se desenvolveu o município de Nova Prata, chamava-se São João Batista do Herval, nomeado por Silvério devido a sua devoção a São João Batista. Posteriormente, o povoado se chamaria Capoeiras. Estabeleceu-se, então, a doação de terras de Silvério, momento em que os primeiros imigrantes poloneses e italianos chegariam a partir da construção da Estrada Buarque de Macedo, em 1883, que ligava Lagoa Vermelha a Alfredo Chaves. Tal estrada seria importante para o crescimento do então vilarejo, visto que era parada praticamente obrigatória para os viajantes que iam a Lagoa Vermelha, comprando muitos produtos dos comerciantes locais, produtos que provinham em sua grande maioria dos agricultores da região (FARINA, 1986).

Os imigrantes que chegaram eram poloneses e italianos, e foram distribuídos nas linhas<sup>4</sup> planejadas para moradias. Com o tempo, passaram a se deslocar imigrantes de outras etnias, como alemães e lusitanos. Destaca-se que os imigrantes que chegavam vinham direto dos países europeus ou eram realocados de outras colônias, como os alemães que vieram, na sua grande maioria, de municípios do Vale dos Sinos. Capoeiras conseguiria sua independência em 1924, anteriormente era pertencente a Alfredo Chaves – em um primeiro momento, foi decidido que se chamaria Prata; entretanto, por uma questão de nomenclatura, optou-se por Nova Prata, abrangendo os distritos de Nova Bassano, Vista Alegre, Paraí, Nova Araçá, Protásio Alves, São Jorge, Guabiju e Rio Branco. (XERRI, 2004).

A educação no município também acompanhou a sua evolução. Xerri (2004) escreve que a educação sempre teve sua importância ressaltada pela comunidade, uma vez que, no interior, as escolas eram formadas em igrejas, casas ou porões, visto que não havia prédios oficiais para isso. Incluiu-se o pagamento de valores monetários

---

<sup>4</sup> Pilleti (2018, p. 40) argumenta que os imigrantes se instalaram inicialmente em linhas e picadas. Nesse sentido, linha consistia em “estradas vicinais da via geral, paralelas entre si, que efetuam a marcação, quase sempre à frente do lote”. Sendo ainda utilizado a expressão lote, para esse pedaço de terra.

para o seu subsídio, em que as turmas tinham alunos de várias idades, professores das próprias comunidades que normalmente tinham conhecimento um pouco mais elevado do que ensinavam. Nos primeiros anos, principalmente nas comunidades de imigrantes poloneses e alemães, ensinava-se a língua-pátria dos imigrantes para seus descendentes e português para imigrantes de outras etnias, como os italianos. Luchese e Pagnoncelli (2021) citam em seu artigo a grande impulsão no ensino público da cidade a partir da sua emancipação, como demonstra a Tabela 1, a seguir.

**Tabela 1 – Escolas no Prata/RS durante 1924-1926**

Escola	1924			1925			1926		
	Nº de escolas	Matrícula	Frequência	Nº de escolas	Matrícula	Frequência	Nº de escolas	Matrícula	Frequência
Escola isolada estadual	3	178	160	3	184	162	2	75	-
Escola subvencionada estadual	12	504	451	12	643	534	12	-	-
Escolas municipais	9	350	316	9	473	419	15	-	-
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>1032</b>	<b>927</b>	<b>24</b>	<b>1300</b>	<b>1115</b>	<b>29</b>	<b>1046</b>	<b>829</b>

Fonte: Adaptação do autor, a partir de Luchese e Pagnocelli (2021, p. 9-10).

A criação de novas escolas públicas incentivava a adesão de novos alunos, visto que facilitava questões como a distância a se percorrer para chegar à instituição de ensino; porém, o tempo de estudo ainda continuava reduzido, posto que filhos de imigrantes costumavam começar a trabalhar com tenra idade, largando os estudos e dedicando-se ao serviço braçal todo seu tempo.

No fim da década de 1920, no ano de 1929, o município daria um grande passo para o avanço da educação com a criação do primeiro grupo escolar estadual, previamente chamado de Grupo Escolar do Prata, entrando em funcionamento no mesmo ano. O corpo docente contava com três professoras e uma diretora nomeada, e o município continuaria investindo em educação nas décadas recorrentes, conforme o aumento populacional e a demanda da população.

Apesar de contar com um bom número de instituições escolares no município, na década de 1960 existiam áreas defasadas, obrigando os alunos a percorrerem grandes distâncias para chegarem às escolas. Tais distâncias, em sua grande

maioria, os alunos deveriam percorrer a pé, pela falta de outros meios de transporte. Uma destas áreas da cidade era o bairro São Cristovão, localizado no sul da cidade, o qual teve sua estruturação no ano de 1945, ainda com moradores em pequeno número e casas distanciadas. No ano seguinte, a comunidade do bairro ergueria um capitel ao santo padroeiro, e que dá nome ao bairro; cortado pela antiga Estrada Buarque de Macedo, o bairro obteve rápida expansão com inauguração de um moinho, bar, ferraria, postos de combustíveis e madeireiras, o que atraiu novos moradores e crescimento da população. Xerri (2004) argumenta que esse cenário proporcionou a idealização da construção de uma instituição escolar no bairro, que veio a se tornar o objeto deste estudo, o Grupo Escolar Onze de Agosto.

Ao analisar o Grupo Escolar Onze de Agosto, identificamos que em sua trajetória houve mudanças de prédios, e foram atribuídas várias nomenclaturas durante os séculos XX e XXI, incluindo a identificação popular de “Casa Dona Pierina”. Em sua inauguração e permanência no primeiro local de ensino, todas as nomenclaturas oficiais e datas encontradas em decretos<sup>5</sup> estão descritas no Quadro 1.

**Quadro 1 – Denominações Oficiais**

<b>Formas de Identificação</b>	<b>Data de início da Denominação</b>	<b>Data Final de Denominação</b>
Grupo Escolar Do Bairro São Cristovão	04/01/1961	29/11/1964
Grupo Escolar Onze de Agosto	30/11/1964	07/11/1977
Escola Estadual de 1º Grau Onze de Agosto	08/11/1977	04/01/2001
Escola Estadual de Ensino Médio Onze de Agosto	05/01/2001	Até o presente momento

Fonte: Elaborado pelo Autor (2023) a partir do Acervo E.E.E.M Onze de Agosto.

Como consta no histórico oficial da instituição<sup>6</sup>, conforme apresenta Xerri (2004), no ano de 1960 a escola funcionou em uma casa alugada ao lado da localização atual onde seria construído o primeiro prédio do grupo escolar, localizado na Avenida Presidente Vargas – o nome da escola foi Casa da Dona Pierina, em

<sup>5</sup> Os decretos oficiais do estado estabelecendo o nome da Instituição são datados posteriormente à adoção do nome pelos funcionários da escola, como demonstram a documentação encontrada no acervo escolar.

<sup>6</sup> Trata-se de folhas manuscritas encontradas no acervo da instituição e tratadas nesta investigação como fonte documental, registros do cotidiano da escola feitos de “escritas ordinárias”, sem a pretensão de se transformar em uma obra literária, como argumenta Cunha (2007).

alusão à moradora da casa. A construção do atual prédio teve início no dia 28 de março de 1960, em um terreno adquirido pela administração municipal, com o estado sendo o mantenedor do terreno e da obra; a escola seria denominada Grupo Escolar de São Cristovão. A gestão municipal ainda sugeriu ao estado que a sua construção fosse em alvenaria, e não madeira.

Em março de 1963, a escola foi transferida para o prédio atual, situado na também atual Avenida Presidente Vargas; em 5 de junho de 1963, em uma das salas do Grupo Escolar do Bairro São Cristovão, em reunião que contava com a participação da diretora, professores e pais dos alunos, decidiram que a nomeação da escola deveria ser mudada para Grupo Escolar Onze de Agosto. A escolha do novo nome faz alusão ao dia de emancipação do município de Nova Prata – RS. Além disso, a escola iniciou suas atividades com 115 alunos distribuídos pelas 4 séries iniciais, diretora e 5 professoras.

Ao se deparar com tais aspectos, é preciso se aprofundar no que constituiu uma investigação sobre a história de uma instituição escolar. Uma das melhores definições, o que se exige ao pesquisador quando se trata desta temática, é o que descreve Magalhães (2007a, p. 70):

Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição educativa é integrá-la de forma interactiva no quadro mais amplo do sistema educativo e nos contextos e circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência. A sistematização e a (re)escrita do itinerário histórico de uma instituição educativa na multidimensionalidade e na construção de um sentido encontram nesta relação a sua principal base de informação e de orientação.

Ao analisar uma instituição escolar, devem-se considerar diversos contextos, políticos e sociais, assim como a comunidade e as pessoas que formam a instituição para compreendê-la totalmente; nesse sentido, Souza (2022b, p. 7) argumenta que “[...] as instituições evidenciam na sua historicidade as experiências dos indivíduos, das relações de contexto antes mesmo dela existir e dos processos de continuidade das memórias da sua existência”.

Em seu artigo, que levanta informações de publicações científicas acerca de instituições escolares, Santos e Vechia (2019, p. 2) descrevem que, dentro de pesquisas acerca de escolas, diversos pontos são visados para aprofundamento, de forma que todos são analisados em conjunto ou de forma individual; entre os notados estão a instauração, os acontecimentos com a instituição ao passar dos anos, a

arquitetura do prédio, as pessoas que compõem a escola, normativas, eventos promovidos.

O estudo de instituições escolares é uma tarefa que desafia o pesquisador de diversas maneiras; para Nosella e Buffa (2005), é um tema cuja pesquisa pode se tornar dificultosa, em vista que o pesquisador pode ser facilmente seduzido pelas particularidades que existem em cada instituição escolar, trazendo ao leitor uma série de fatos históricos que atiçam sua curiosidade; entretanto, é vital que se faça uma compreensão histórica, a partir da qual se deve evidenciar a forma real do movimento da sociedade, produzindo, no final, uma pesquisa crítica e proveitosa.

Ao observar o estudo de instituições escolares, Magalhães (2004) pondera que o estudo historiográfico acerca destes locais engloba três tempos: o passado, tendo o conhecimento do que aconteceu; a problematização do tempo presente; e a perspectiva do futuro das instituições; e complementa – o estudo destas entidades é:

[...] uma história material, social, cultural, biográfica, reflexiva, que procura uma objetividade e um sentido no inquérito, na conceitualização, descrição, narrativa, compreendendo e explicando o presente-passado por referência ao destino dos sujeitos e à evolução da realidade (MAGALHÃES, 2004, p. 71).

A contextualização e inserção do pesquisador no recorte temporal é vital para o andamento e qualidade de seu trabalho – não se pode compreender as culturas escolares desenvolvidas em uma instituição com o olhar da atualidade sob seu objeto de pesquisa, porém, é necessária a problematização das práticas educacionais com o olhar no tempo atual, entendendo os desdobramentos destas culturas.

O aporte metodológico utilizado para compreender esta pesquisa será a História Cultural. A História Cultural é uma corrente dentro do campo da historiografia criada na França pelo movimento dos *Annales*, movimento que consiste em investigar diferentes personagens que formam a sociedade como um todo a apenas considerar as grandes figuras sociais, amplamente evidenciadas em outros períodos do estudo de história.

Chartier (1988) argumenta que a história cultural tem como principal objeto reconhecer como uma realidade social é construída em diferentes lugares de diferentes maneiras, como tal realidade é pensada, estudar as representações do mundo social, os atores sociais que a constroem, seus objetivos, interesses e motivação. Esta mudança ocorreu na década de 1960, quando historiadores de várias

vertentes estariam a fazer uma história que buscava alguns elementos culturais que tinham impacto no social, “[...] uma história social que avançava para os domínios do cultural, buscando ver como as práticas e experiências, sobretudo dos homens comuns, traduziam-se em valores, ideias e conceitos sobre o mundo” (PESAVENTO, 2003, p. 17).

A História Cultural oportuniza ao historiador escrever sobre diversos indivíduos “comuns” e ambientes que anteriormente passavam despercebidos aos olhos dos pesquisadores, abrindo novos caminhos, como relata Buffa (2013, p. 63):

As novas abordagens, decorrentes da escola dos *Annales*, da chamada nova história francesa, provocaram uma transformação nos objetos, na maneira de trabalhar do historiador e nas concepções de história. Essas novas abordagens são fascinantes: histórias da vida privada, das pessoas simples, de seu cotidiano, da vida doméstica, religiosa, sexual, todos objetos negligenciados no passado e que suplantaram tanto enfadonhos estudos sobre reis e imperadores.

A partir dessa nova abordagem, analisam-se aspectos culturais que conseguem refletir o funcionamento da sociedade, e uma das diversas linhas de pesquisa dentro do espectro da cultura é a da cultura escolar. Pode-se entender como cultura escolar tudo que é produzido em uma instituição escolar e seu impacto aos arredores sociais, seja representações materiais ou imateriais, como práticas pedagógicas, ensinamentos repassados, simbolismos, materiais usados, normas, edificações, conceitos e tradições.

Para Gatti Jr. (2005), uma série de elementos são observados para alcançar o que se espera quando se trabalha com história de instituições escolares/grupos escolares: espaço, tempo, currículo, modelo pedagógico, professores, manuais, políticas públicas referentes à educação; tais aspectos englobam uma variedade de sujeitos envolvidos no processo de educar, o que gera conhecimento que adentra esses espaços sociais, fazendo com que o investigador se aposses de simbolismos próprios das instituições que lhe conferem uma identidade única no meio social a que faz parte e que causa impacto.

Entende-se por processos e práticas de escolarização “os modos de organização e desdobramentos de ações de distintos grupos sociais”, como argumenta Souza (2020a, p. 374). Nesse sentido, pretende-se, com este estudo, conhecer e compreender as práticas a partir das representações evidenciadas nos documentos acessados no acervo da instituição pesquisada.

A escolarização corresponde aos processos políticos estabelecidos para que um projeto comum de educação se institucionalize. Desse modo, aspectos como estatística escolar, componentes curriculares, o ensino da leitura, da escrita e das relações entre métodos e a história das instituições indicam referências sociais para se conhecer os meios pelos quais se buscou estruturar uma pretensa rede ou redes de ensino. O modo dinâmico e as implicações com os processos de escolarização se desenvolvem no cotidiano das instituições e adquire pelo viés da História Cultural resultados que valorizam os sentidos construídos e compartilhados pelos sujeitos envolvidos em uma situação escolar associada ao seu processo formativo (SOUZA, 2020a, p. 374).

A cultura escolar, como enfatiza Silva (2006), pode ser vista em diversas ocasiões que ocorrem e são praticadas pelos sujeitos que vivenciam as instituições de ensino:

A cultura perpassa todas as ações do cotidiano escolar, seja na influência sobre os seus ritos ou sobre a sua linguagem, seja na determinação das suas formas de organização e de gestão, seja na constituição dos sistemas curriculares (SILVA, 2006, p. 204).

Julia (2001) entende que a cultura escolar consiste em ser um conjunto de normas que estabelecem os conhecimentos e as condutas que devem ser seguidas na instituição, e práticas, que fazem com que exista a transmissão destes conhecimentos e o seguimento das normas. As normas e práticas são variáveis conforme a época que a instituição está estabelecida. Ainda, as normas construídas dentro de uma instituição de ensino são variáveis, independente de legislações – essa construção se dá à variedade de personagens que formam as escolas e contextos que a influenciam. Julia (2001) ainda argumentando acerca da temática de cultura escolar, a importância de se entender os contextos que cercam a escola fora dos seus “muros” e que vão influenciar a cultura destas instituições, assim, a questão da comunidade em que esta escola se insere, o relacionamento que os alunos formam entre eles fora das salas de aula, e a cultura das famílias destes alunos que compõem a instituição de ensino.

Ao pesquisar a escolarização do Grupo Escolar Onze de Agosto, procurou-se evidenciar práticas pedagógicas que formaram gerações de alunos da cidade de Nova Prata/RS, assim como retratar o dia a dia da instituição escolar, mostrando as culturas escolares construídas nesse ambiente.

O pesquisador, quando inicia sua jornada em uma pesquisa, conforme ocorre a investigação do objeto de estudo, depara-se com uma série de documentos

disponíveis para auxiliar na construção do saber científico, sejam estes documentos produções científicas construídas anteriormente acerca do tema da pesquisa ou o encontro de fontes documentais levantadas, alocadas nos mais diversos arquivos pessoais, públicos e da instituição estudada.

Ao dar início a uma pesquisa científica, após estabelecido o tema a ser pesquisado, realizados levantamento e leitura de pesquisas já existentes acerca da temática escolhida, é possível identificar uma grande quantia de produções que permitem aprofundar o conhecimento na temática escolhida. De Luca (2020) argumenta que tal ação é um suporte para o pesquisador, possibilitando sustentar argumentos a partir do conhecimento produzido por outros investigadores e que se aproximem do objeto em análise.

Desse modo, passarei a apresentar alguns dados sobre produções científicas levantadas em bancos de dados que são habitualmente utilizados pela comunidade do meio científico, os quais consistem no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); no acervo de dissertações da Pós-Graduação da Universidade de Caxias do Sul (UCS); nos anais do Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE) e na *Scientific Electronic Library Online - Brasil*<sup>7</sup> (SciELO). A pesquisa foi realizada nos primeiros meses de 2022.

O recorte temporal utilizado para selecionar as pesquisas nos bancos de dados são os anos de 2018 a 2022, mesmo tendo conhecimento de que existam trabalhos que precedem essa temporalidade e que são clássicos nessa temática. Foi possível identificar na revisão de algumas pesquisas trabalhos referenciais nas áreas, como o de Vidal (2006), de Souza (1998), de Auras e Dallabrida (2011). Ao efetuar a busca, foi preciso pré-estabelecer alguns descritores relacionados à temática da pesquisa para se obterem resultados mais precisos; tais descritores utilizados foram os seguintes: “Grupos Escolares”; “Cultura Escolar”; “Educação em Nova Prata/RS”; “Grupo Escolar Onze de Agosto”.

Ao iniciar as buscas, alguns aspectos importantes foram notados e que devem ser compartilhados – alguns filtros, além dos já citados, foram aplicados em bancos de dados mais amplos como o da CAPES, envolvendo a área de publicação da pesquisa, em vista de que alguns termos pesquisados geraram elevados números de

---

<sup>7</sup> Biblioteca Eletrônica Científica *On-line* – tradução do autor.

publicações em áreas de pesquisa diferentes do que da educação, como saúde, direito, biologia, agricultura, arquitetura, etc., demonstrando que o tema que envolve instituições escolares é de amplo interesse para diversos setores da sociedade. Outro fator que deve ser explanado é a busca nos anais do CBHE e que são referentes ao ano de 2017 com publicações feitas até o ano de 2018, último evento realizado, até abril de 2022, em sua 9ª edição<sup>8</sup>. A primeira consulta foi no banco de dados da CAPES e no acervo da Pós-Graduação da UCS e os resultados encontrados no portal da CAPES são demonstrados na Tabela 2, a seguir:

**Tabela 2 – Teses e Dissertações pesquisadas no Banco de Dados CAPES**

<b>Indicador</b>	<b>Dissertações</b>	<b>Teses</b>	<b>Total</b>	<b>Selecionados</b>
Grupo Escolar	3202	1458	4660	16
Cultura Escolar	6856	2775	9631	3
Educação em Nova Prata/ RS	3	0	3	2
Grupo Escolar Onze de Agosto	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Ao concluir esta etapa de buscas, resalto a existência de outros trabalhos relevantes na área de pesquisa em Grupos Escolares que não foram localizados pelos parâmetros de busca. Souza (2021, p. 241-242) cita em seu artigo autores e a região de pesquisa, como consta a seguir:

Rosa Fátima de Souza (2019) argumenta que a temática dos grupos escolares, tratadas em perspectiva nacional, está por ser escrita. E que os estudos pioneiros em dimensões regionais cobrem as primeiras décadas do século XX, por exemplo, o trabalho de Rosa Fátima de Souza (1998), em São Paulo; Faria Filho (1996), em Minas Gerais; Amâncio (2008) e Sá e Silva (2011), no Mato Grosso; Pinheiro (2002), na Paraíba; Silva (2015), no Maranhão; Azevedo (2009), em Sergipe; Azevedo e Stamatto (2012), em Sergipe e no Rio Grande do Norte, Peres (2000) e, José Edimar de Souza (2020, 2021) sobre o Rio Grande do Sul, entre outros.

A pesquisa sobre Grupos Escolares e Cultura, como demonstrado na Tabela 2, permitiu localizar diversos trabalhos, teses e dissertações; as pesquisas abrangem variadas características que compõem estas áreas de estudo, mas que não serão foco desta pesquisa; outros autores como Gritti e Gritti (2022) elaboraram levantamentos bibliográficos com foco em arquitetura escolar, currículo, legislação, registros

<sup>8</sup> Foi selecionado tal evento, pois foi o último efetuado, uma vez que a 10ª edição, marcada para acontecer em 2022, foi adiada pela pandemia de Covid-19.

fotográficos, memórias, educação rural, educação física na formação de professores e os colégios elementares.

A segunda consulta teve como objetivo buscar artigos referentes às temáticas citadas e se concentraram no banco de dados SciELO, amplamente conhecido na comunidade científica, e nos anais da 9ª Edição da CBHE, evento com grande prestígio entre os pesquisadores do exercício historiográfico da História da Educação. Os resultados encontrados podem ser vistos nas Tabelas 3 e 4, a seguir:

**Tabela 3 – Artigos Encontrados na Plataforma SciELO**

<b>Indicador</b>	<b>Artigos</b>	<b>Selecionados</b>
Grupo Escolar	92	1
Cultura Escolar	134	2
Educação em Nova Prata/RS	0	0
Grupo Escolar Onze de Agosto	0	0

Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

**Tabela 4 - Artigos Encontrados nos Anais do CBHE**

<b>Indicador</b>	<b>Artigos</b>	<b>Selecionados</b>
Grupo Escolar	5	2
Cultura Escolar	3	0
Educação em Nova Prata/RS	0	0
Grupo Escolar Onze de Agosto	0	0

Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

Ao utilizar alguns filtros indicados anteriormente, como o recorte temporal e os temas, foi possível localizar cerca de 238 artigos.

Ao finalizar o levantamento bibliográfico da temática e tomar conhecimento de produções científicas existentes<sup>9</sup>, é possível constatar que não existem trabalhos sobre grupos escolares na cidade de Nova Prata, apesar de haver algumas produções dentro da linha de pesquisa da História da Educação. No entanto, as pesquisas mostraram uma série de autores consagrados quando tratado de pesquisa acerca de Grupos Escolares, Instituições Escolares e Cultura Escolar, mostrando a relevância acadêmica destes objetos de estudo. A leitura desses autores auxiliou no processo de compreensão de conceitos fundamentais acerca do Grupo Escolar e que pode aproximar da realidade do Onze de Agosto.

<sup>9</sup> No projeto de qualificação desta pesquisa foram apresentados e discutidos os trabalhos mais relevantes encontrados na revisão de literatura, contudo, para versão final, se optou por apenas em apresentar ao leitor os dados acerca da existência dos mesmos.

A partir da apresentação inicial do objeto, dos conceitos que foram mobilizados e da metodologia escolhida para este estudo, na sequência, evidencio a organização adotada para esta dissertação.

O primeiro capítulo, as Considerações Iniciais, apresenta o espaço e o recorte temporal do objeto de estudo, justificativas, objetivos, opções metodológicas e um estado da arte sobre a temática.

O segundo, intitulado “Aspectos Metodológicos: A pesquisa documental”, busca-se esclarecer ao leitor o processo de localização das fontes bibliográficas utilizadas e o conteúdo do acervo da E. E. E. M. Onze de Agosto e sua metodologia de análise a partir da Análise Documental.

O terceiro capítulo, cujo título é “Contexto Histórico”, faz uma contextualização de recortes temporais que se relacionam com o objeto de estudo, em que os contextos se encontram em nível estadual, nacional e municipal. O quarto e último capítulo, nomeado “O Grupo Escolar Onze de Agosto: Culturas e Práticas”, procura conhecer e compreender a práticas e culturas escolares construídas no G. E. Onze de Agosto.

Este capítulo em sua organização procurou apresentar o objeto de estudo, o percurso percorrido, assim como as escolhas conceituais e metodológicas que compõem esta dissertação, procurando evidenciar que a institucionalização de uma instituição de ensino está entrelaçada a muitos aspectos, principalmente às relações de contexto local, sua gente e a cultura produzida.

## 2 ASPECTOS METODOLÓGICOS: A PESQUISA DOCUMENTAL

O processo de investigar e encontrar fontes que contribuíram com a pesquisa, assim como o processo de separação dos documentos que auxiliaram a encontrar as práticas e culturas escolares no G.E Onze de Agosto foi a primeira etapa desenvolvida neste estudo. Neste capítulo, descrevo a metodologia escolhida para a realização da investigação, a análise documental histórica entremeada ao percurso que realizei, bem como o desenvolvimento narrado das etapas trabalhadas com estas fontes.

A análise de documentos é considerada como uma das metodologias mais clássicas e importantes no campo da historiografia; este processo parte desde encontrar as fontes, escolher as fontes documentais utilizadas dentre as disponíveis ao autor e promover a sua análise. Para Barros (2012), em uma análise acerca de fontes históricas e como produzir a partir delas, assegura o autor que, onde existe uma afirmação do historiador, acompanhado dela deve haver uma base documental.

A escolha destes documentos deve ser compatível com o tema estudado e os objetivos pretendidos na pesquisa. Este passo é de extrema importância, tendo em vista que, em uma pesquisa que englobe uma ampla temática inserida em um contexto temporal, social, e espacial, pode disponibilizar uma série de documentos para análise. Então, é preciso esclarecer que estes documentos são considerados as diversas fontes que o historiador se pode fazer valer durante sua pesquisa. A partir desses passos, foi realizada a análise e, com a finalidade de observar de outra maneira as fontes, com vistas a achar as mais variadas informações, e não apenas aquelas de quem a construiu, fui interrogando-me diante das fontes: quem as construiu, como, quando, em que contexto?

Souza (2020b) acrescenta que a utilização de informações de diferentes naturezas, tanto iconográficas como documentais, possibilita a compreensão de forma mais ampla da realidade que se pretende recompor ou reconstruir diante de um objeto de pesquisa. Souza e Giacomoni (2021, p. 141) argumentam ainda que

[...] análise das fontes em pesquisas científicas que incluem a utilização de documentos, dá-se pela descrição do documento, destacando e indicando o que ele contém, para explicar e associar informações e mobilizar saberes e conhecimentos prévios, situando o documento no contexto e em relação a seu autor para identificar a natureza do mesmo, explorando suas características e realizando a crítica necessária.

O primeiro passo para identificar estas fontes documentais é a confirmação da disponibilidade, condições e quais arquivos são existentes; para isso foi efetuado um primeiro contato presencial com a atual direção da instituição E. E. E. M. Onze de Agosto. Uma pequena reunião com a atual direção da escola foi marcada e, nesse encontro, foi apresentado o projeto de pesquisa, momento em que os membros da escola tiveram uma recepção positiva de uma possível produção científica acerca da instituição. A partir desse momento foi possível coletar algumas informações da existência do arquivo e em que condições que se encontrava. Os membros da escola prontificaram-se a encontrar toda documentação existente nos arquivos da instituição, do recorte temporal da fundação da escola em 1960 até meados da década de 1970. A partir do auxílio de um dos professores de história que leciona atualmente na escola, foram separados e marcados esses arquivos para as demais práticas da análise documental.

Os arquivos documentais de uma escola por vezes, se encontram em difícil acesso, nem sempre possibilitando utilizar desta metodologia de pesquisa quando se trata de história da educação, Julia (2001) reitera que nem sempre estes arquivos são destinados aos locais corretos para armazenagem, em muitos lugares, estes espaços apropriados nem existem, mas, mesmo em períodos mais antigos de recortes temporais de pesquisa, onde os documentos tem maior raridade, os historiadores mantem a busca por tais documentações com muita dedicação, assim, a busca destes documentos é um processo natural dentro da pesquisa.

As escolas, num geral, têm grande importância no processo de conservação da memória documental dentro dos seus espaços, Vidal (2006, p. 21) argumenta que:

Em geral, interessadas no valor probatório dos documentos, as secretarias de escola mantêm cuidadoso registro da vida escolar de alunos e professores, atualizando com frequência os arquivos correntes. O mesmo desvelo não é concedido à documentação histórica, na maioria das vezes, acumulada em arquivos mortos, e aos documentos produzidos cotidianamente pela atividade pedagógica. Seu fim assemelha-se, distanciando-se apenas no tempo. Enquanto os primeiros sofrem destruição progressiva em virtude da má conservação, os segundos encontram na lixeira seu destino.

Assim, como será visto nesta pesquisa, em quanto que, registros produzidos pela escola ainda estão disponibilizados nos arquivos escolares, as produções feitas pelos alunos durante o recorte temporal apresentado não foram encontrados e assim não podendo ser analisados.

Os arquivos de uma instituição escolar, como argumenta Souza e Grazziotin (2014), notabilizam-se como um excelente local onde se podem encontrar fontes para o estudo da história escolar. Estes documentos escolares, no caso desta pesquisa, trata-se de atas, livros de organização pedagógica e de pais e mestres, trazendo a possibilidade do pesquisador fomentar um conhecimento e compreensão das práticas e cultura escolar estabelecidas.

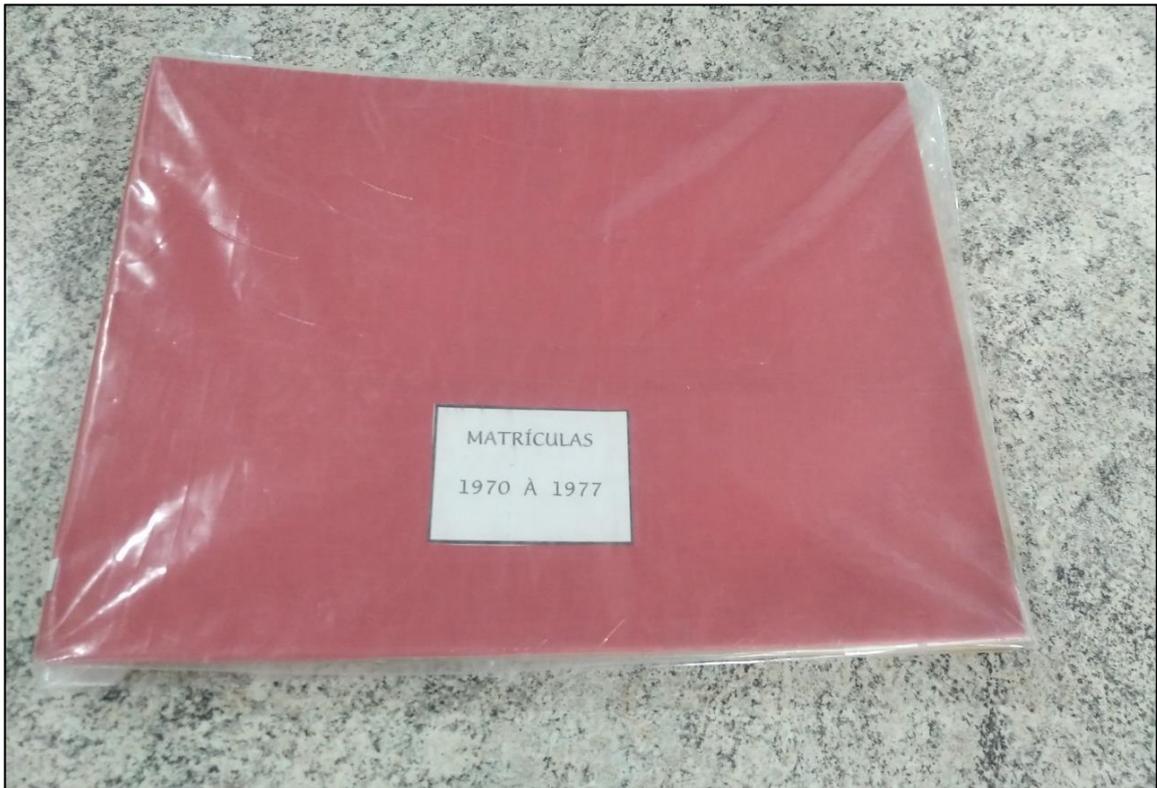
Na primeira visitação aos arquivos disponibilizados, foram encontradas quatro atas intituladas “Atas de Reuniões Pedagógicas e Administrativas”, “Atas Círculo de Pais e Mestres”, “Livro de Atas e Comemorações 28/03/60-26/11/70” e “Matrículas 1970-1977”; ainda constava uma série de fichários de documentação avulsa relacionada à escola em diferentes recortes temporais.

As imagens a seguir (Fotografias 1 e 2) mostram algumas das atas descritas acima.

**Fotografia 1 –Atas de Reuniões Pedagógicas e Administrativas, Livro de Atas e Comemorações**



Fonte: Acervo da E. E. E. M. Onze de Agosto.

**Fotografia 2 – Caderno de Matrículas**

Fonte: Acervo da E. E. E. M. Onze de Agosto.

Em um primeiro contato com as fontes documentais, além de apresentados os documentos e fotografados alguns dos arquivos, foram trabalhados os documentos que estavam nos fichários, que serão chamados então de “Documentos Avulsos”, pela grande diversidade de itens encontrados e por abranger praticamente arquivos de toda a existência da instituição. Foi feito o trabalho de revisão manual em busca de documentos que contribuíssem com a pesquisa, e o manuseio foi feito com cuidado. Houve alguma dificuldade em retirar os documentos dos fichários, posto que suas presilhas de metal se encontravam enferrujadas. Após identificados os documentos, estes foram devidamente digitalizados e, devido ao grande número de arquivos, os recortes neste arquivo em específico possibilitou tão somente estipular o número de arquivos disponibilizados.

No segundo passo de trabalho com fontes, foram analisados os demais cadernos/livros; foram, então, selecionadas as páginas que se encontravam dentro do recorte temporal e número de páginas. Tais informações encontram-se no Quadro 2, a seguir.

**Quadro 2 – Arquivos E.E.E.M. Onze de Agosto**

<b>Arquivo</b>	<b>Número de páginas</b>
Atas de Reuniões Pedagógicas e Administrativas	54
Atas Círculo de Pais E Mestres	35
Livro de Atas e Comemorações 28/03/60-26/11/70	101
Matrículas 1970-1977	21
Documentos Avulsos <sup>10</sup>	Em torno de 250

Fonte: Arquivo E.E.E.M Onze de Agosto, elaborado pelo autor (2022).

Cellard (2012) explica que é necessário fazer seleções preliminares de escolha dos documentos; no primeiro passo é necessário aceitar o documento como ele é, já que uma fonte não pode ser transformada em nenhuma hipótese. Tal processo é necessário para poder separar quais documentos serão úteis à pesquisa da forma que ele existe. Outra métrica necessária para classificar estes documentos é a autenticidade e a confiabilidade da documentação, de forma a assegurar quem foram os autores do texto, onde foi encontrado e se se trata de documentos não modificados. A partir desses passos, pode-se começar a fazer a análise, em que o pesquisador deve iniciar por fazer os questionamentos aos documentos no intuito de obter as informações que se procura; embora ele deva desconstruir suas fontes primeiramente. Essa mecânica de desconstrução, de extrair as informações, responder aos questionamentos feitos ao documento, possibilitará formular explicações plausíveis, uma interpretação indubitável, auxiliando a reconstrução cultural do tema pesquisado nos recortes pré-estabelecidos.

A partir de então, foram efetuados testes com diversos aplicativos para o sistema operacional Android® que fazem a função de digitalização, melhoria de imagem e armazenamento, para possibilitar um arquivamento digital dessas fontes. No primeiro contato com os registros, a ferramenta utilizada para digitalização – uma impressora – mostrou-se inapta para o trabalho, pois muitas folhas do acervo têm um padrão de tamanho que não se encaixam na lâmina de xerox da impressora, além de impossibilitar a digitalização das atas sem lhes causar danos.

---

<sup>10</sup> Como referido no Capítulo 1, alguns desses documentos eram: recortes de jornais, cópias de portarias e decretos expedidos pelo Estado do Rio Grande do Sul, páginas contendo dados gerais e datas históricas da Escola, além de fichas do estabelecimento de ensino.

O segundo contato com o arquivo foi o momento de digitalizar todas as páginas selecionadas das atas, totalizando cerca de 400 imagens das páginas. As imagens possibilitam fazer uma análise de forma virtual dessas fontes, assim facilitando a sua análise e seleção. Foram efetuadas determinadas digitalizações de algumas imagens da escola referentes ao espaço temporal da pesquisa. É preciso ressaltar que todos os arquivos encontrados nas atas foram manuseados de forma cuidadosa, com o intuito de manter sua boa preservação, e que essas visitas foram estipuladas juntamente com a direção da E. E. E. M. Onze de Agosto que, além de disponibilizar o arquivo, cedeu parte das instalações da escola, mesas, ambientes iluminados, tomadas, ou seja, o necessário para que todo este trabalho com as fontes fosse realizado.

O decorrer da pesquisa, após a banca de qualificação, por sugestões dos participantes, mostrou-se necessário buscar mais fontes históricas que pudessem retratar o contexto da cidade de Nova Prata/ RS e o bairro do São Cristovão no espaço-tempo utilizado; assim, foi necessária a busca de fontes em demais acervos. Primeiramente foram buscados em instituições públicas do município de Nova Prata – a biblioteca Adelina Cherubini Tomedi e o Museu Municipal Domingos Battistel. Em ambas as pesquisas documentais em seus acervos não foram encontrados documentos da época ou que tinham informações sobre o bairro São Cristovão.

Ao efetuar buscas nos arquivos públicos municipais e não encontrando novas fontes, foram contatados arquivos privados, conversa com antigos funcionários do G. E. Onze de Agosto e pesquisadores sobre a história do município. A historiadora Eliana Gasparini Xerri<sup>11</sup>, autora do livro “Nova Prata: uma Incursão na História”, disponibilizou seu arquivo pessoal, do qual foram selecionados jornais, transcrições de jornais, cópias de documentos oficiais e entrevistas transcritas de antigos moradores do bairro. Informações sobre o número de páginas selecionadas encontram-se no Quadro 3.

---

<sup>11</sup> Eliana Gasparini Xerri, licenciada e Mestre em História, Doutora em Educação, atualmente professora da Universidade de Caxias do Sul.

**Quadro 3 – Arquivos Acervo Pessoal**

<b>Arquivo</b>	<b>Número de páginas</b>
Documentos Oficiais (Copias)	9
Entrevistas Antigos Moradores	19
Jornais	12

Fonte: Arquivo pessoal DE Eliana Gasparini Xerri, elaborado pelo autor (2022).

A partir da digitalização desses documentos selecionados, o próximo passo foi organizá-los com o objetivo de formar um arquivo que facilitasse o seu manuseio, com vistas a preservar e democratizar o seu acesso.

O próximo passo no trabalho com fontes documentais foi a de organizar e classificar, facilitando seu manuseio durante a pesquisa. Os métodos de classificação e análise são instrumentos indispensáveis a serem seguidos; por isso outra parte importante na metodologia de trabalho referente às fontes documentais foram os mecanismos de organização, que se tornam necessários a partir do momento em que se trabalha com diversos documentos que tratam de diversos assuntos, dificultando ao pesquisador encontrar as fontes em seu arquivo. É possível afirmar que cada pesquisador tem seus métodos prediletos de organização; um destes métodos que se deve destacar é a metodologia adota por Pimentel (2001), que em suas pesquisas se deparou com o problema de inúmeras fontes documentais à disposição, e suas medidas constaram em:

Todos os documentos eram arquivados em pastas ao mesmo tempo em que dava prosseguimento à coleta. O critério estabelecido para tal organização foi a fonte documental. As leituras e fichamentos tiveram papel central nessa fase. Para cada documento foi criada uma ficha de leitura contendo resumo, referência bibliográfica da publicação, além de algumas transcrições de trechos que poderiam ser utilizados posteriormente (PIMENTEL, 2001, p. 183-184).

A pesquisadora Pimentel (2001) argumenta que a organização permite fazer uma leitura seguindo determinados critérios que o pesquisador define, com a possibilidade de fazer levantamento dos termos que aparecem com mais frequência.

A organização inicial foi a partir da separação das imagens geradas no processo de digitalização, em pastas, como se identifica no Quadro 4.

Quadro 4 – Relação das Pastas do Arquivo

Nome da Pasta	Número de itens
Documentos Professora Xerri	65
Ata de Comemorações	198
Ata Pais e Mestres	84
Ata Reuniões Pedagógicas	131
Matrículas	31

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A utilização do método de organização por pastas facilita o processo de exploração dos arquivos digitalizados, assim como encontrar uma determinada página, a organização das atas desta forma possibilita que o pesquisador faça a leitura de forma integral e na ordem original dos documentos.

Ao iniciar o processo de análise documental, foi vista a necessidade de criar uma classificação dos documentos; assim, é possível agrupar documentos específicos em menor número e facilitar seu entendimento. Por indicação do orientador, foi escolhido o uso do programa Microsoft Excel®. Com essa ferramenta, foram montadas planilhas, exemplificados no Quadro 5, para classificar em torno de 400 páginas dos livros de atas das comemorações, círculo de pais e mestres e reuniões pedagógicas.

Quadro 5 – Classificação utilizada

Imagem	Conteúdo	Excerto	Categoria
1	Termo de Abertura 1960		Abertura
2	Abertura Grupo Escolar, horários de funcionamento, detalhes sobre o grupo escolar	“...que funcionará provisoriamente no prédio da senhora Pierina Begnini...”	Abertura
3	Dia Pan Americano	“com eloquente oração, recebeu ao finalizar inúmeros aplausos...”	Cívico
4	Páscoa – Tiradentes		Religioso – Cívico
5	Dia das Mães – Dia do Trabalho		Festa Familiar – Cívico
6	Abolição da Escravatura	“Leitura de um trecho – Princesa Isabel...”	Cívico
7	Dia de São João Batista – Dia do Soldado		Religioso - Cívico

8	7 de setembro – Revolução Farroupilha		Cívico
9	Dia da Árvore		Cívico
10	Dia das Crianças – Dia do Professor		Data festiva
11	Proclamação da República – Dia da Bandeira	“... e que tudo devemos fazer para tornar nossa querida Terra cada vez mais honrada.”	Cívico
12	Encerramento Ano Letivo 1960		Encerramento
13	Abertura ano 1961		Abertura
14	Páscoa		Religioso
15	Dia Pan-Americano		Cívico
16	Tiradentes – Dia do Trabalho	“... a Execução de Tiradentes “Herói Máximo da Nossa Pátria”. “	Cívico
17	Abolição da Escravatura		Cívico
18	Dia das Mães		Festa Familiar
19	Batalha de Tuiuti – Batalha de Riachuelo		Cívico
20	Dia de São João Batista		Religioso
21	Revolução Farroupilha – Entrada da Primavera e Dia da Árvore		Cívico
22	Dia da Criança		Data Festiva
23	Dia do Professor – Proclamação da República		Cívico
24	Dia da Bandeira	“... a nossa bandeira, qual o dever que cada um temos de nós temos para com ela.”	Cívico
25	Encerramento Ano Letivo 1961		Encerramento
26	Abertura 1962		Abertura
27	Tiradentes – Descobrimento do Brasil		Cívico

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A cada ata foi montada uma página diferente de classificação. Posteriormente, todas as imagens foram devidamente identificadas com a numeração existente dentro das pastas. A primeira guia, intitulada como “Imagem”, serve para identificar qual é o nome do arquivo salvo nas pastas do acervo virtual; a guia de conteúdos descreve de forma breve o conteúdo existente naquela página, no caso das comemorações, qual a comemoração ou festividade, no caso das reuniões pedagógicas e de pais e mestres

os temas debatidos pelos participantes, em negrito, seriam conteúdos de abertura, encerramento de ano ou eventos que aconteceriam de forma única. A aba intitulada enxertos, posteriormente, foi preenchida com as partes do conteúdo que seriam abordadas.

As seguintes categorias foram criadas com o intuito de dividir as atas: Aberturas, Assinaturas, Assistência, Assuntos Escolares, Cívico, Clube dos Alunos, Datas Festivas, Decretos, Encerramentos, Festas Familiares, Institucional, Organização do Círculo de Pais e Mestres, Organização Escolar, Organização de Festividades, Palestras, Recomendações 16º, Religioso, Reunião Pais e Professores.

Ao classificar as atas, um elevado número de classificações se sucedeu, devido à diversidade de temas encontrados nos registros escolares; assim, efetuou-se o agrupamento das classificações. Foram categorizadas por sua proximidade temática, sendo estas categorias: Atas de Abertura e de Encerramento, Atas Cívicas, Atas de Festividades e de Datas Comemorativas, Atas de Organização e Assuntos Escolares.

O processo de análise documental buscou identificar nestes documentos aspectos que possam compreender a cultura escolar estabelecida nesta escola, assim como as práticas escolares comuns ao dia a dia da instituição e especialmente nas comemorações cívicas. Esse trabalho exige do pesquisador um olhar crítico sobre as suas fontes, como enfatizado anteriormente; problematizá-las e transformá-las em documento é parte do processo de análise para que elas possam ser cotejadas e compor a história que se pretende construir.

Ao definir as fontes documentais que foram trabalhadas nas pesquisas e a metodologia utilizada para trabalhar com tais fontes, ficou evidenciada a necessidade de dominar e adentrar em contextos que influenciam o tema de estudo durante o recorte temporal estabelecido, em que dominar estes contextos é necessário para traçar os caminhos metodológicos da análise documental, como argumenta Souza e Grazziotin (2014, p. 300).

Quanto à metodologia de análise, é importante considerar que tratando-se de um estudo histórico, que se propõe reconstruir as práticas avaliativas, à recomposição do contexto e os significados a ele atribuídos necessitam ser considerados na produção de um trabalho dessa natureza (SOUZA; GRAZZIOTIN, 2014, p. 300).

Os aspectos metodológicos, as fontes utilizadas e os processos durante a pesquisa são entendimentos que auxiliam o domínio das culturas desenvolvidas no

G.E. Onze de Agosto. A análise documental dos arquivos escolares permite adentrar no dia a dia da instituição escolar e possibilita encontrar variadas evidências que, problematizadas, confrontadas com o contexto, torna possível alcançar os objetivos desta pesquisa, como argumenta Le Goff (2003, p.537):

Mais ainda do que estes múltiplos modos de abordar um documento, para que ele possa contribuir para uma história total, importa não isolar os documentos do conjunto de monumentos de que fazem parte. Sem subestimar o texto que exprime a superioridade, não do seu testemunho, mas do ambiente que o produziu, monopolizando um instrumento cultural de grande porte [...].

O contexto que está inserido o G.E Onze de Agosto é objeto de análise do capítulo seguinte, que enfoca as instituições escolares, seu funcionamento entrelaçado aos contextos sociais em nível local, regional e nacional.

### 3 CONTEXTO HISTÓRICO

Um capítulo de contexto conduz o pesquisador e leitor a se situar no recorte temporal do objeto de estudo. Esse entendimento permite articular problematizações com o olhar do presente para o passado.

As relações de contexto que ocorrem durante o recorte temporal e que influenciam no objeto de estudo precisam ser cuidadosamente dominadas pelo pesquisador, tendo em vista seu impacto com o Grupo Escolar Onze de Agosto, ou seja, na instauração e construção do grupo escolar ou com medidas que visavam induzir mudanças via legislação na educação brasileira, com o intuito de alterar o funcionamento do dia a dia da instituição. Tais contextos que, como previamente foram abordados durante a introdução desta pesquisa, serão aprofundados neste capítulo.

#### 3.1 RELAÇÕES DE CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) foi aprovada em 20 de dezembro do ano de 1961, Lei Nº 4.024. Essas diretrizes tinham o intuito de ser um “instrumento normativo considerado fundamental na definição de um sistema nacional de educação” (MONTALVÃO, 2010, p. 22), e passaram por uma conturbada progressão de 13 anos no Congresso até sua aprovação. Tais discussões acerca da LDB mostram o cenário educacional no Brasil no fim da década de 1940 e durante a década de 1950. O embate acerca da educação brasileira durante o século XX sempre foi um campo de discussões caloroso e que envolveu muitos interesses e que, para Aranha (2006), provêm desde antes da Proclamação da República:

[...] desde a década de 1870 novas ideias já permeavam os conflitos de interesses e as diversas ideologias. O escravismo, defendido pelas oligarquias rurais, estava sendo abalado por várias leis de restrição ao sistema e coexistia com o movimento abolicionista e também com o trabalho livre assalariado de imigrantes. As ideias monarquistas conflitavam com as concepções liberais, e até mesmo estas se distinguiam entre as tendências radicais e democráticas e as de mentalidade mais conservadora (ARANHA, 2006, p. 521).

Montalvão (2010) argumenta que o projeto da LDB foi apresentado em 1946, com a nova Constituição Federal do mesmo ano, redigida após o governo de Getúlio Vargas. Nesse sentido, sua tramitação de aprovação foi encaminhada via mensagem

presidencial nº. 605, de 29 de outubro de 1948, e tal projeto foi elaborado por uma comissão de renomados educadores, sendo a liderança desse grupo coordenada por Manoel Lourenço Filho. Aranha (2006) expõe que, apesar de estar à frente desse grupo, Manoel Lourenço Filho, um renomado defensor do movimento escolanovista no Brasil, encontrava resistência de participantes de outras linhas ideológicas educacionais que faziam parte deste grupo, como católicos tradicionalistas; tais linhas de conservadores x liberais foram as que sustentaram as discussões do projeto durante 13 anos.

As primeiras discussões sobre a LDB aconteceriam logo no início do seu trâmite. Montalvão (2010) diz que, além das primeiras discussões acerca da temática atrasarem sua tramitação, ficou evidenciado o despreparo das casas democráticas brasileiras em votações quando se tratava de temas complexos e importantes. A primeira discussão acerca da LDB fora em torno da temática da descentralização do ensino, e tal discussão foi superada a partir do momento em que Gustavo Capanema, ex-ministro da Educação da era Vargas e deputado federal à época, exercia grande poder dentro da Câmara de deputados e perdia o poder de vetar a votação. Tendo em vista que cada item seria votado separadamente, todos foram aprovados, menos o de que – “a União, os Estados e o Distrito Federal adotarão, na administração do ensino, o princípio da unidade de direção”, prática de descentralização de educação que Capanema era visivelmente contra. A influência de Capanema durou cerca 10 anos, barrando por todo esse tempo o progresso do projeto em uma espécie de “engavetamento”.

Ao superar esse empecilho, Aranha (2006) cita que outro embate político surgiria em 1959 quando o então deputado Carlos Lacerda apresentaria um substitutivo defendendo as instituições de ensino privado, que eram majoritariamente de posse da igreja católica. O substitutivo previa que o dinheiro público deveria ser destinado em parte igualitária às instituições privadas e públicas, uma vez que, se apenas as escolas públicas recebessem dinheiro, criaria um monopólio do estado sobre a educação e impediria de dar o poder de liberdade para as famílias escolherem onde seus filhos estudariam. Estava claro nesse movimento uma represália dos conservadores católicos em tornar a educação no Brasil laica; tal sugestão seria alvo de diversos protestos públicos de vários educadores escolanovistas brasileiros.

A partir de todas essas discussões, seria publicada a LDB em 1961, com seus trâmites finais de aprovação em 1963, sobre o qual Aranha (2006) argumenta que:

Quando a Lei nº 4.024 (LDB) foi publicada em 1961, já se encontrava ultrapassada, porque, nesse meio tempo um país semiurbanizado, com economia predominantemente agrícola, passara a ter exigências diferentes, decorrentes da industrialização. Embora o anteprojeto da lei fosse avançado na época da apresentação, envelhecera no correr dos debates e do confronto de interesses (ARANHA, 2006, p. 545).

A LDB de 1961 conta com 120 artigos distribuídos entre 13 títulos, e é preciso enfatizar que alguns desses artigos foram vetados e, devido à temática desta pesquisa, aqueles que mais influenciam o ensino primário e a organização das instituições de ensino são o foco da presente investigação. Uma bela revisão dos artigos da LDB foi feita por Marchelli (2014), e chama a atenção nas resoluções sobre o ensino primário:

A finalidade do grau primário é “o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança e a sua integração no meio físico e social” (Art. 25). A base curricular desse grau deveria ser ministrada no mínimo ao longo de quatro séries anuais subsequentes e interdependentes (Art. 26). A língua oficial era a nacional e foi estabelecida a obrigatoriedade de que todas as crianças ingressassem em turmas regulares a partir dos sete anos, reservando-se a matrícula para pessoas acima dessa idade em cursos especiais supletivos compatíveis com o nível de desenvolvimento das mesmas (Art. 27). A duração do grau primário poderia ser estendida para até seis anos, de forma que nos dois últimos o aluno fosse iniciado em técnicas de artes aplicadas compatíveis com seu gênero e idade (MARCHELLI, 2014, p. 1482-1483).

Os problemas dessa LDB são apontados por Aranha (2006) como sendo o destino de verbas para instituições privadas e a falta de atenção ao ensino técnico. Marchelli (2014) dirá que a LDB tentou agradar a todos os envolvidos nas discussões, e algumas lacunas foram feitas na base curricular, que a deixara muito “aberta” para uma interpretação confusa, e que continuava, de certa forma, excludente para parte da população.

Para Souza (2020b, p. 61), entre as décadas de 1960 e 1970, a obrigatoriedade da educação primária foi se consolidando:

No final da década de 1960, princípios e leis complementares expressaram aspectos presentes na legislação anterior; porém, a Constituição Federal de 1967 e as leis complementares de 1969 estabeleceram a obrigatoriedade do ensino às crianças de 7 a 14 anos; a proposta do tecnicismo orientou a produtividade e eficiência do ensino, percebidas nos princípios da Lei n. 5.692/71. A LDB de 1971 permaneceu treze anos no Congresso, portanto, negando-se a possibilidade de discussão e construção pelo Poder Legislativo, sendo aprovada sem nenhum veto presidencial.

No contexto político no início da década de 1960, via-se no Brasil um cenário de reformas em diferentes setores da sociedade; em 1961, assume a presidência Jânio Quadros, eleito no final do ano de 1960, após um período de intenso progresso e desenvolvimento do país, que ainda sentia os efeitos do governo Juscelino Kubitschek.

O governo Juscelino Kubitschek, segundo Gorender (1987), tinha virtudes modernistas, com aval e entusiasmo da população, o que atrairia capital estrangeiro para investir na industrialização brasileira, com uma política econômica apoiada na emissão de moeda, e o plano de desenvolver a nação em diferentes setores seria conhecido como o Plano de Metas. O desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek chegou ao ápice na construção da nova capital brasileira, Brasília, e tais movimentos faziam crescer uma profunda crise econômica no país.

No ano de 1960 aconteceriam as eleições à presidência do Brasil; na época exigiam votos diferentes para presidente e vice-presidente, e, assim, Gorender (1987, p. 18) analisa:

Ao eleger, em 1960, Jânio Quadros e João Goulart (vice-presidente pela segunda vez), a maioria do eleitorado fez uma declaração de apoio ao populismo nas duas variantes do janismo e do getulismo, Jânio era populista com uma coloração de moralismo anticapitalista.

Ao assumir a presidência, Jânio teria inúmeras dificuldades. Gorender (1987) cita esses problemas: uma inflação contínua, dívidas externas, dificuldade em importações e, ainda, teria diversos problemas partidários com seu próprio partido – as lideranças conservadoras que ajudaram em sua eleição agora o difamavam, ocasionando na renúncia de Jânio, em 25 de agosto de 1961. Alguns setores políticos fariam uma tentativa fracassada de impedir a posse de João Goulart.

João Goulart, em sua trajetória política, destacou-se como líder trabalhista e seguidor de algumas ideias varguistas; em seu governo, segundo Delgado (2010), movimentos sociais anteriormente excluídos ganhariam espaço, como ligas camponesas, movimentos estudantis e sindicatos. Esses movimentos fariam diversas manifestações favoráveis a reformas políticas no âmbito social e em relação ao investimento estrangeiro, polarizando o âmbito político.

O governo de João Goulart, apesar da abertura para esses movimentos antes excluídos, era considerado moderado, como analisa Delgado (2010, p. 126):

Como presidente, João Goulart atuou, com firmeza, no escopo da democracia política, pela efetivação de uma democracia social no Brasil. Tal orientação governamental, apesar de considerada moderada por alguns segmentos do movimento social nacionalista e reformista, trouxe real desconforto aos conservadores que com ela não concordavam.

O conturbado período em que esteve na presidência antecipava um cenário que perduraria nas décadas seguintes. Alguns dos segmentos conservadores emergiram ao poder com a intervenção dos militares, assumindo o governo federal a partir do golpe civil-militar de 1964.

O período de ditadura civil-militar no Brasil é um período marcado por repressão e utilização de Atos Institucionais para mudanças na Constituição para a institucionalização do regime e intervenção do governo em diversas partes da sociedade.

Ficavam evidenciadas, desde o início, as principais diretrizes e objetivos políticos do novo governo. Em vista da “reconstrução nacional” e da “restauração da ordem” impunha-se uma estrutura de poder fortemente centralizada em torno do Poder Executivo, sendo mantidas todas as suas atribuições constitucionais e criando-se outras necessárias através da “legislação revolucionária” dos Atos Institucionais. Com o Legislativo praticamente subordinado ao Executivo, e dotando-se este de poderes extraordinários de controle da vida nacional, a “Revolução” podia realizar seus grandes objetivos: defesa da integridade e segurança nacional, paz social, preservação da democracia e afirmação da soberania nacional. Objetivos estruturados teoricamente pela Escola Superior de Guerra, o mais importante centro de elaboração do pensamento político oficial da época (CLARK *et al.*, 2006, p. 126).

O regime que chegara ao poder, segundo os militares em uma “revolução” ou “contrarrevolução”, manteve-se no controle do estado por 21 anos, de 1964 a 1985. Durante esse período, integrantes mais radicais do governo estabeleceram atos institucionais que diminuiriam a liberdade e aumentaram a repressão e o poder estatal. Clarck *et al.* (2006) ponderam algumas ações tomadas pela ditadura para diminuir conflitos internos, com o objetivo de criar e preservar condições políticas para uma expansão econômica, em que a centralização política foi o meio necessário. As novas funções que o estado teria constava em reforço do executivo com exclusão da população em decisões políticas e econômicas, aumento do controle da população com o Conselho de Segurança Nacional executando tal função, centralização e modernização da administração pública, além de extinção de qualquer protesto social.

O governo, ao interferir em diversas partes da sociedade, mostraria interesse em intervir na educação, sendo um dos principais instrumentos para a repressão e difusão da ideologia adotada pela ditadura civil militar:

A política educacional do regime militar abrangeu, ao longo dos seus vinte e um anos de duração, todos os níveis de ensino, alterando a sua fisionomia e provocando mudanças, algumas das quais visivelmente presentes no panorama atual. Pautado pela repressão, o Estado editou políticas e práticas que, em linhas gerais, redundaram no tecnicismo; na expansão quantitativa da escola pública de 1º e 2º graus às custas do rebaixamento da sua qualidade; no cerceamento e controle das atividades acadêmicas no interior das universidades; e na expansão da iniciativa privada no ensino superior. Reexaminando o conjunto dessas políticas, podemos afirmar que a educação, tal como ocorrera na ditadura Vargas (1937-1945), porém, em maior escala, foi totalmente instrumentalizada como aparelho ideológico de Estado. Sob uma ditadura que perseguiu, prendeu, torturou e matou opositores, a escola foi um dos meios mais eficazes de difusão da ideologia que respaldou o regime militar (FERREIRA; BITTAR, 2006, p. 1161).

As mudanças na educação, segundo Aranha (2006), iniciariam no ano de 1967 com a proibição de organizações estudantis, como a União Nacional dos Estudantes, mostrando um dos ideais do governo em coibir ações políticas em qualquer âmbito social; nas escolas, os grêmios estudantis passaram a servir como centros cívicos, e o controle estatal daria um passo adiante no ano de 1969.

Aliás, a intenção explícita da ditadura em “educar” politicamente a juventude revelou-se no decreto-lei baixado pela Junta Militar em 1969, que tornou obrigatório o ensino de Educação Moral e Cívica nas escolas em todos os graus e modalidades de ensino. No ensino secundário, a denominação mudava para Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e, no curso superior, para Estudos de Problemas Brasileiros (EPB). Nas propostas curriculares do governo transparecia o caráter ideológico e manipulador dessas disciplinas (ARANHA, 2006, p. 552).

Os diversos atos morais e cívicos que aconteciam nas instituições de ensino foram localizados nos livros de registros de Atas e Comemorações do Grupo Escolar Onze de Agosto, nos quais, em outra característica da educação durante este período – o excesso de registros em papéis, um processo de burocratização do ensino. Notou-se que todos os atos eram registrados minuciosamente, descrevendo a atividade, participantes e professores que a ministravam.

A reforma do 1º e 2º Graus foram impactantes no ensino brasileiro – esta reforma aconteceria no ápice da repressão do regime ditatorial no ano de 1971, e Clark *et al.* (2006, p. 129) descrevem esta reforma:

A Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus foi promovida através da Lei 5.692, de 1971, cujo objetivo geral era direcionar o ensino para a qualificação profissional. As principais mudanças introduzidas por essa lei foram: a extensão da obrigatoriedade escolar para oito anos, com a fusão dos antigos cursos primários e ginásio e a extinção do exame de admissão; a introdução do ensino profissionalizante através dos ginásios orientados para o trabalho (GOT) e a implantação da profissionalização compulsória no ensino de 2º grau.

A reforma educacional, em seus objetivos de criar mão de obra pronta para o mercado de trabalho após a saída da escola, acabaria por extinguir os grupos escolares no território brasileiro.

As políticas públicas acerca da educação no governo de Leonel Brizola à frente do governo no Estado do Rio Grande do Sul são um capítulo importante na História da Educação em um recorte estadual, haja vista seu grande incentivo na criação de instituições escolares com a ideia de alfabetizar toda a população estadual, movimento político que está ligado diretamente ao G. E. Onze de Agosto.

A situação educacional no Brasil durante o século XX foi de um cenário precário e diversas tentativas para alcançar melhorias, como abordado anteriormente; mudanças na legislação, como a LDB, arrastavam anos de debates cercados por interesses ideológicos e, quando aprovados, não mostravam efetividade.

O estado do Rio Grande do Sul não seria uma exceção a esse panorama nacional; assim, Quadros (2019) aborda alguns números que exemplificam os problemas durante a década de 1950 e começo de 1960. O autor argumenta que o Rio Grande do Sul, apesar de considerado um estado desenvolvido na educação, mostrava-se atrasado em questões básicas como alfabetização, principalmente em áreas consideradas como interior. Na década de 1950, no Rio Grande do Sul, a população estava distribuída em 35,38% na área urbana e 64,61% alocada no interior; o índice de analfabetismo total da população era de 41,21%, sendo que, de toda população que residia no meio urbano, 25,38% apenas eram analfabetos; e, no interior, a expressiva marca de 50,15%.

Depois de 10 anos, Quadros (2019) mostra que a população do estado aumentaria em 31,15%, momento em que houve mudanças na distribuição geográfica, com um aumento de 10% de moradores nas consideradas áreas urbanas, resultando em 45,66% da população em áreas urbanas e 54,34% residindo no meio rural; os índices de analfabetismo caíram 12% em áreas do interior, mas, havendo uma grande tendência ao crescimento urbano e populacional. O governo continuava

a ter problemas em melhorar a educação, com mais da metade da população analfabeta em um mundo onde países europeus e os norte-americanos já haviam praticamente erradicado o analfabetismo.

Ao analisar esse cenário das duas épocas abordadas, Quadros (2019) destaca a importância de abordar mais alguns dados para montar o quadro da educação gaúcha pré-governo Leonel Brizola, entre eles o número de escolas, evasão e reprovação escolar, ensino primário e corpo docente.

Em 1957, das 9.925 escolas presentes no RS, 8.814 (88,80%) eram públicas, mostrando o grande envolvimento estatal na educação, que resultava no total de 468.320 (82,82%) alunos matriculados nestas instituições, fossem elas estaduais ou municipais; outro dado relevante é o da evasão escolar – no ensino estadual, nos anos de 1950-1958, a evasão foi na média de 19,64% em escolas estaduais, e os municípios teriam 14,56%; os dados de reprovação média no estado e municípios são altos, sendo 35,39% em âmbito estadual e 42,92% nos municípios, chegando ao alarmante dado de que mais da metade dos alunos das instituições de educação gaúcha desistia dos estudos ou era reprovada.

O ensino primário gaúcho era altamente ligado aos municípios: em 1958, das 7.489 instituições de ensino, 80,65% do total era de cunho municipal, mostrando que praticamente toda educação primária era responsabilidade dos municípios. O corpo docente sofria igualmente de deficiências, sendo reportado que 54,66% de todo o plantel que fazia a composição do magistério gaúcho não possuía o básico curso normal.

O cenário apresentado mostra quão débil e ineficiente a estrutura e prática da educação no Rio Grande do Sul se mostrava até o começo da década de 1960 e, apesar de apresentar alguma melhora com o passar dos anos, não acompanhava o processo de aumento populacional nem alcançava índices educacionais encontrados em países com alto desenvolvimento. Assim, é de se pensar que o tema educação estava em pauta quando tratado em políticas públicas e, neste panorama, será visto e analisado o governo de Leonel Brizola e suas políticas de melhoria na educação pública.

Em relação à eleição de Leonel Brizola, que ocorreu no ano de 1958, Quadros (2001) lembra que essa época da política brasileira foi marcada por populismo, anseio por desenvolvimento e diferentes ideias de grupo políticos em busca do poder e, junto aos problemas anteriormente citados com este contexto, Brizola em sua campanha já

adotava discursos fortes acerca de como resolver o problema da educação, apresentando propostas. Com isso, ao assumir o governo em 1959, uma de suas primeiras medidas foi a de reestruturar a Secretaria de Educação e Cultura, criando três superintendências, destinadas ao ensino primário, médio e técnico. Seu lema de governo, que ficaria marcado, seria o de “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul”, com o intuito de alfabetizar todas as crianças entre 6 e 14 anos no estado e, para isso, estudos foram efetuados, apontando no total uma falta de 284.652 vagas na educação.

Ao se deparar com a grande deficiência no ensino público, alguns planos foram efetuados:

Para implementar o programa de escolarização, o governo usou cinco expedientes principais: Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário (SEDEP), Comissão Estadual de Prédios Escolares (CEPE), contratação de professores, compra de vagas de escolas particulares em troca da cedência de professores estaduais e concessão de bolsas de estudo (QUADROS, 2001, p. 3).

O expediente que se relaciona com o tema desta pesquisa é o Serviço de Expansão Descentralizada de Ensino Primário, de forma que Quadros (2001) analisa este despacho que, como o nome indica, planeja expandir a educação primária fora dos grandes centros, firmando uma parceria entre estado e município. Por parte dos municípios saíam as informações sobre suas necessidades de escolas e salas de aula para suprir a demanda de alfabetização e o estado então forneceria meios técnicos e financeiros para efetuar a construção das instituições.

Ao firmar essas parcerias entre município e estado, escolas, não apenas primárias, mas também de ensino médio e técnico, foram construídas em todas as partes do estado, cujos números são exemplificados por Quadros (2001, p. 4):

“Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul” deu origem à construção, em todos os municípios do estado, de prédios escolares com características muito próprias que ficaram conhecidos como “brizoletas” ou escolinhas do Brizola. Nos quatro anos de governo, construíram-se 1.045 prédios escolares, com 3.360 salas de aula e capacidade para 235.200 alunos; foram iniciados 113 prédios, com 483 salas e capacidade para 33.810 alunos; e planejados 258 prédios, com 866 salas de aula e capacidade para 60.620 alunos.

O objeto de estudo, o Grupo Escolar Onze de Agosto, é uma dessas instituições inclusas nos planos de construção que envolviam município/estado com meta de

ampliar a educação; como muitas outras “brizoletas”, cuja inauguração abriu uma possibilidade nova para os moradores do bairro que pediam uma instituição acessível e que facilitaria a vida estudantil de seus filhos.

A localização e a construção das brizoletas eram padronizadas, e a escolha do local para sua construção era normalmente um espaço urbano. Segundo Quadros (2001, p. 5):

Os prédios escolares eram construídos às margens de estradas ou voltados para a rua, característica da arquitetura que pode servir para facilitar o acesso ou indicar que a escola está aberta para receber um mundo novo, o “mundo de lá, da cidade”.

A idealização das brizoletas não tinha apenas como intuito alfabetizar a população do Rio Grande do Sul, apesar de sua maioria ser construções simples e de baixo custo; seria o marco do “novo”, da chegada do moderno a uma sociedade que estava “atrasada”, movimento que se mostraria político, como indica Quadros (2001, p. 5):

Logo, a ação educacional do estado assumiu um caráter eminentemente político. Baseava-se no princípio de que a intervenção estatal era necessária e imprescindível para civilizar e preparar o povo. A escola devia ser uma referência para a comunidade. Por meio dela, o povo seria educado, civilizado e preparado para promover o progresso e o desenvolvimento do estado.

As brizoletas, como descreve Quadros (2001), eram o meio que Leonel Brizola faria com que a educação fosse levada a todos, e a educação, o propulsor da valorização e ascensão social – um povo educado, pronto para ser inserido em uma sociedade considerada desenvolvida, industriaria, moderna e justa. Todavia, a sociedade não acompanharia o desenvolvimento econômico proposto pelos planos nacionalistas desenvolvimentistas brasileiros da década de 1950, uma vez que a população, em sua grande maioria, continuaria analfabeta e sem acesso à cultura; assim, a fragilidade e a desordem ainda seriam marcos da educação.

As instituições construídas dentro desse plano de erradicação governamental tiveram diferentes destinos no passar dos anos. Moraes e Marinho (2017), em levantamento sobre a funcionalidade dessas instituições, argumentam que algumas continuam a funcionar atualmente como escolas; outras, em constante degradação devido à falta de reformas; porém, o seu mapeamento é dificultoso pela falta de registros de todas que foram construídas.

Ao compreender esse contexto de época, é possível uma melhor análise sobre a formação, construção e demais aspectos do início do G. E. Onze de Agosto, o que possibilita buscar características comuns na instituição pesquisada e escolas construídas nesse período. Além do exposto, possibilita diferenciar aspectos únicos do G. E. Onze de Agosto, de forma a auxiliar na separação e na análise documental envolvida no processo de implementação da escola tema deste estudo.

### 3.2 GRUPOS ESCOLARES, CONCEITO E HISTÓRIA

Os anos que compuseram o término do século XIX e início do século XX marcaram a história da humanidade, com mudanças em todos os âmbitos que compõem a sociedade, seguindo a tendência mundial do que pode ser considerado um processo de modernização social. No Brasil, a educação, de forma ampla, constituir-se-ia como um dos pilares de modernização, com a evidência dos grupos escolares.

O contexto na política brasileira contribui para a implantação dos grupos escolares. Dessa forma, Bencostta (2012) cita que o Brasil estava sob um regime republicano substituindo a antiga monarquia, o que confirmava a mudança do país, seguindo a tendência dos países considerados de excelência e localizados, em grande parte, no continente europeu. A ideia republicana de dar a oportunidade para todos estudarem iniciou movimentos políticos acerca do ensino primário brasileiro e, assim, os membros do congresso brasileiro aprovaram a legislação em que caberia ao estado e municípios prover a educação primária – os estados teriam a liberdade de cada um, a seu tempo, propor as reformas necessárias no ensino que adequariam a sua realidade educacional, a fim de suprir a deficiência do ensino primário.

A partir dessa liberdade, os grupos escolares são implantados originalmente no Estado de São Paulo, a partir de 1890. Esse tipo de instituição se tornaria um grande divisor e modificador no sistema de educação brasileira, nas instituições ensino e nas práticas pedagógicas, de acordo com Souza (1998). Segundo Bencostta (2012), o sucesso desse tipo de escola em território paulista fez com que antes da década de 1910 outros estados brasileiros implantassem tal modelo escolar em seu território.

O contexto republicano, citado anteriormente, é um dos contextos que contribui para a implantação desse tipo de instituições escolares, sobretudo com a influência do positivismo científico brasileiro. A base para esse modelo de instituição buscou

inspiração em escolas estrangeiras, da Europa, principalmente o modelo da escola inglesa e da francesa, além de ser percebida a influência americana (SOUZA, 1998).

Para Ribeiro (2020), a educação nos Estados Unidos já havia passado por um processo de modernização; tinham um modelo revolucionário em termos educacionais, e as promessas efetuadas nesse modelo de escola eram de qualificação no ensino brasileiro ao ponto de alcançar um patamar dos países modelos em educação, causando um certo entusiasmo dentro da sociedade brasileira. Destaca-se a figura do intelectual brasileiro Rui Barbosa que, juntamente com outros intelectuais da elite brasileira, considerava necessário e ideal esse modelo de educação para a população, a fim de que esta seria o grande propulsor do progresso da nação e um difusor dos ideais republicanos para as grandes massas, as quais seriam educadas nessas instituições. Havia ideias como alfabetização geral da população e consolidação do viés democrático (SOUZA, 1998).

As construções dos primeiros grupos escolares ficaram marcadas por seus distintos prédios. Bencostta (2012) argumenta que os novos edifícios para abrigar as instituições provocou preocupação do governo paulista, devido ao fato de que sua construção deveria ser efetuada em espaço urbano em ponto de destaque da área. Sabendo que a instituição seria constituída por várias escolas primárias da área, se via “com bons olhos” o gasto com a construção dessas edificações, pois não arcaíam mais com aluguéis e manutenção das antigas instituições escolares, e a mobília utilizada seria a de mais alto padrão para a época, assim como o material escolar disponibilizado aos alunos.

A organização escolar era outra característica marcante dos grupos escolares, diferentemente das demais instituições de educação da época e que, segundo Souza (1998):

A reunião de escolas trazia todos os princípios fundamentais que propiciaram as mudanças no ensino primário: a racionalização e a padronização do ensino, a divisão do trabalho docente, a classificação dos alunos, o estabelecimento de exames, a necessidade de prédios próprios com a conseqüente constituição da escola como lugar, o estabelecimento de programas amplos e enciclopédicos, a profissionalização do magistério, novos procedimentos de ensino, uma nova cultura escolar (SOUZA, 1998, p. 49-50).

O método intuitivo, era uma das características estabelecidas neste tipo de escola, segundo Souza (1998) teria início na Alemanha no final do século 18, a partir

de ideias de diversos filósofos e pedagogos, consiste na valorização da intuição do aluno, ou seja, a compreensão dos conteúdos a partir do sentido e da observação, alguns princípios eram colocados com este método como não dizer nada a criança que ela pudesse descobrir por si mesma, reduzir a matéria ao elementos mais simples, aperfeiçoamento da linguagem, entre outros, este método teria como ideal aperfeiçoar a educação das crianças e qualificar o ensino dentro das escolas.

O corpo docente que fazia a composição dos grupos escolares contava com a figura de um diretor, que Bencostta (2012) caracteriza como o membro que ordenava o funcionamento escolar, detinha igualmente a função de estar junto aos docentes da escola para repassar e debater os novos conteúdos que eram entendidos como inovadores. Os baixos salários afastariam o público masculino dos cargos de professores; as mulheres da época viam ali uma oportunidade de boa carreira profissional e se tornariam a maioria das docentes, porém demorariam alguns anos para serem a maioria em cargos de direção.

Os Grupos Escolares, como citado previamente, se espalharam rapidamente pelo país, seja por sua qualidade, considerados por muitos o melhor modelo de ensino primário. Por bons resultados nos primeiros grupos escolares criados em território paulista, e pelo interesse do estado no seu modelo de educação que favorecia o governo republicano, chegariam ao estado do Rio Grande do Sul.

O estado do Rio Grande do Sul receberia os primeiros grupos escolares, cuja nomenclatura adotada foi de Colégios Elementares, a partir de 1909, como argumenta Peres (2000), em uma tentativa de substituir as antigas escolas elementares (de ler, escrever e contar). Os Colégios Elementares eram instituições que continham algumas características encontradas em grupos escolares e que, segundo Peres (2000), eram acompanhadas de novo tipo de edifício para as aulas e organização do ensino. Havia variadas salas de aula em funcionamento no mesmo espaço físico da instituição, uma professora para cada turma, um corpo de direção para todo o colégio e com seus alunos separados por seu grau de conhecimento; porém, ainda se mantiveram outros tipos de instituição escolar no estado, uma vez que, em sua ideia original, os grupos escolares eram destinados para espaços urbanizados. Para ser considerado um Colégio Elementar, existia a necessidade legal de ter minimamente 200 alunos matriculados – a criação desse modelo de instituição é considerada a iniciação da educação gaúcha nos moldes ocidentais modernos, acompanhando o movimento educacional brasileiro que vinha sendo montado desde a virada do século.

Para Souza (2022b), em 1915, os primeiros grupos escolares são instalados no Rio Grande do Sul ao lado dos Colégios Elementares, mas sua expansão se daria a partir do ano de 1930. Luchese (2016) argumenta que, a partir da década de 1930, mais precisamente no ano de 1939, os Colégios Elementares passariam a ser chamados oficialmente de Grupos Escolares, marcando uma aproximação cada vez maior com os modelos encontrados em outros estados do país, como o de São Paulo. Peres (2000) levantou alguns dados: no ano de 1929 existiam 50 Colégios Elementares no Rio Grande do Sul, mas, a partir da década de 1930, com a chegada dos Grupos Escolares, eles seriam instaurados de maneira progressiva em grande parte das cidades do estado, fazendo com que, na década de 1940, os grupos escolares tivessem maior número de instituições do que outros tipos de escola que anteriormente prevaleciam na educação estadual. Esse modelo de escola, como em outros estados, demonstraria eficácia, não sendo mais abandonado pelo poder público.

Os Grupos Escolares ocupam de forma inquestionável um espaço importante no espectro da História da Educação e do ensino primário brasileiro; durante todo o seu tempo de duração, perdurariam até o ano de 1971<sup>12</sup>, posto que mudanças que aconteceriam ao passar dos anos de existência sustentariam diferenças estruturais e curriculares de estado para estados em que foram constituídos. Vestígios de sua cultura escolar ainda permanecem em instituições de ensino dos dias atuais, mesmos vestígios igualmente marcados em gerações de cidadãos brasileiros que tiveram sua base educacional estabelecida em Grupos Escolares.

### 3.3 ASPECTOS DA ESCOLARIZAÇÃO EM NOVA PRATA/RS

A cidade de Nova Prata/ RS, segundo dados do SEBRAE (2020), tem constituído sua economia com base em indústria, construção civil, comércio, serviços gerais e agricultura. Historicamente, a cidade conhecida como capital nacional do basalto tem na extração deste uma atividade importante, além de ter belas naturezas naturais como quedas d'água e águas termais. Além disso, o município ainda conta com números de desenvolvimento considerados acima da média brasileira nas áreas econômicas, de saúde e educação, como citado na introdução, Nova Prata/RS está localizada na região da Serra Gaúcha, o território do município faz divisa com diversos

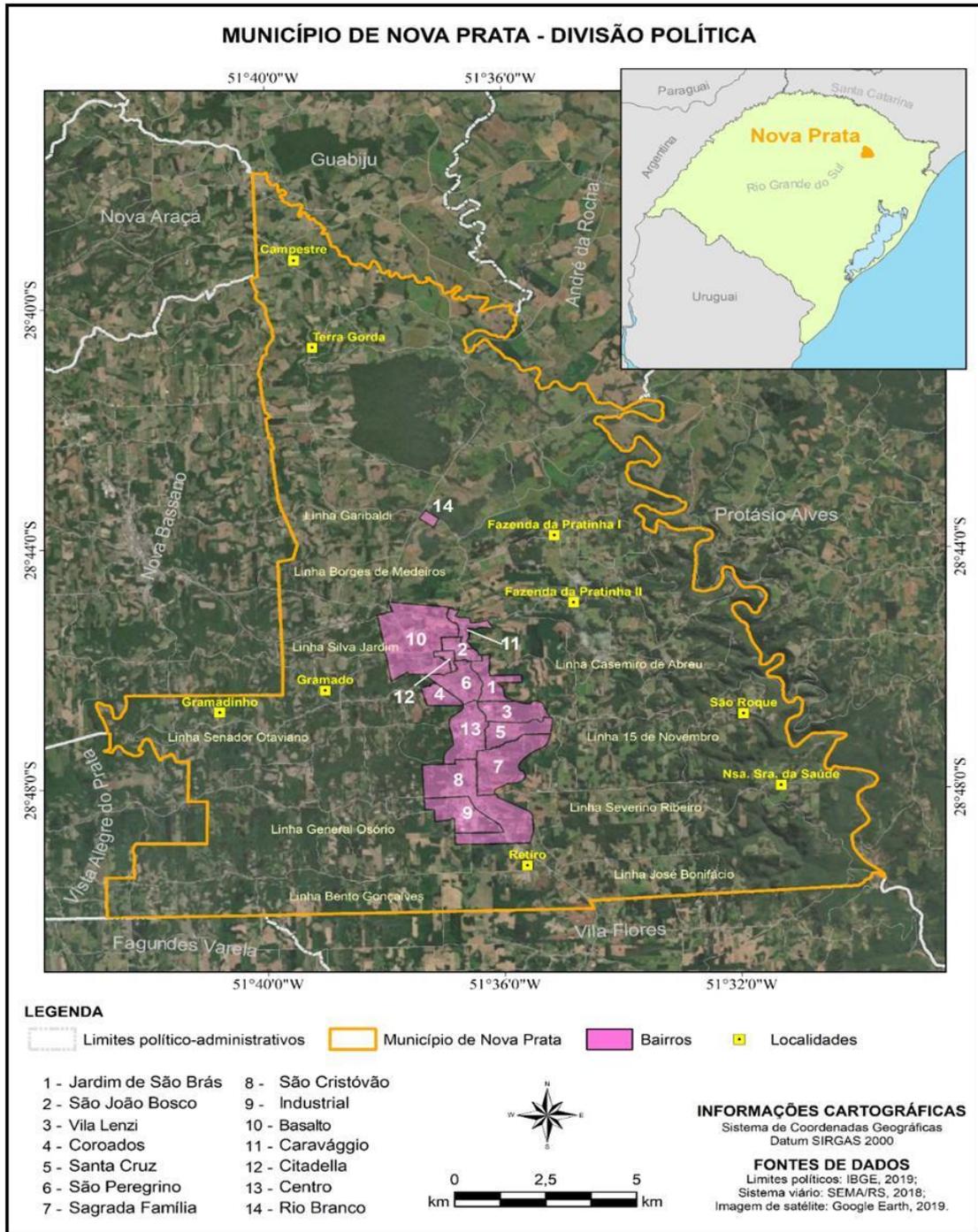
---

<sup>12</sup> “[...] sua extinção ocorreu nos primeiros anos da década de 1970, por sua substituição paulatina pelo sistema de ensino de 1º Grau determinada pela Lei n. 5.692/71 [...]” (BENCOSTTA, 2012, p. 76).

municípios: ao norte, com Guabiju e André da Rocha; ao sul, com Vila Flores e Fagundes Varela; ao leste, com Protásio Alves; e no oeste, com Nova Bassano, Nova Araçá e Vista Alegre do Prata, ficando a 174 km da capital do estado, Porto Alegre. Na figura 2, é perceber as divisas municipais e detalhamento da localização de bairros, área urbana e as áreas rurais.

A partir do mapa da figura 2 é possível localizar o bairro São Cristovão (número 8 na legenda), e os demais bairros que fazem limite com ele: Industrial, a primeira área industrial da cidade destinada a diversas empresas se aloquem, assim como um grande espaço rural localizado, muitas das comunidades rurais do município estão estabelecidas nesta área, no mapa sendo identificadas apenas pelo logradouro de Linha, com apenas uma instituição de ensino fundamental no bairro Retiro. Grande parte dos alunos que compõem a instituição E.E.E.M Onze de Agosto são provenientes destas áreas ao sul da cidade.

Figura 2 – Mapa Detalhado de Nova Prata 2021



Fonte: Cartografia de Luan Carlos Tomé dos Reis (2021) a partir de Pagnoncelli (2021, p. 45).

O contexto de povoação da cidade de Nova Prata/RS, abordado no capítulo de introdução, demonstrou uma grande variedade étnica de colonizadores ao ocuparem estas terras, e que um grande aporte a educação foi realizado pelo município a partir de sua emancipação do município de Alfredo Chaves, sendo que previamente, poucas instituições existiam, com a grande parte dos alunos sendo enviados a escolas

distantes ou mantidas pelas comunidades de imigrantes que se formariam em diversas partes da cidade.

A emancipação de Nova Prata/RS foi um avanço para diversos segmentos, inclusive o da educação. A emancipação da cidade, segundo Xerri (2004), era um grande desejo dos moradores do então distrito de Capoeiras. Uma comissão especial seria organizada por notórios moradores locais e constantes pedidos foram feitos ao então presidente do estado do Rio Grande do Sul, Antônio Borges de Medeiros, para que efetuassem a emancipação. O motivo alegado é que o distrito detinha um grande poderio econômico, com comércio, fazendas, indústrias; assim sendo, no dia 11 de agosto de 1924, pelo decreto 3.351, o município primeiramente chamado como Prata, estava emancipado e criado.

O pesquisador Farina (1986) levanta os seguintes dados: uma área de 404 km<sup>2</sup>, limitando-se com municípios de Alfredo Chaves (atual Veranópolis), Lagoa Vermelha e Guaporé. O censo de 1924 mostrava que a cidade possuía 9.391 habitantes. Esse número reflete bem a grande extensão de terras que a cidade possuía à época e quão distribuídos estavam seus habitantes, o que dificultava a administração municipal prover escolarização a alunos de áreas mais distantes. É importante lembrar que, no decorrer das décadas, diversos municípios que até então eram distritos se emancipariam, fazendo que nas posteriores décadas o número de habitantes e desenho geográfico do município sofresse diversas mudanças.

O bairro do São Cristovão, localidade onde se encontra o grupo escolar objeto de estudo, segundo o Jornal Correio Livre (2002), é marcado como oficialmente a inauguração no ano de 1946<sup>13</sup>, seu marco inicial foi a construção do capitel em homenagem ao santo padroeiro dos caminhoneiros, São Cristovão, profissão de diversas famílias no início do bairro. Em arquivos encontrados no acervo da Professora Doutora Eliana Xerri, transcrições de entrevistas com antigos moradores do bairro revelam que desde o início o bairro contava com diversas atividades econômicas que impulsionaram o crescimento do bairros nas primeiras décadas de sua existência, no ramo de comércios e serviços, continha bares, mercados, ferrarias, postos de gasolina e borracharias, em termos de indústria, as madeireiras seriam as pioneiras, posteriormente o moinho, onde diversos agricultores do bairro e de comunidades ao redor faziam suas vendas e compras de insumo.

---

<sup>13</sup> Outras fontes descrevem a organização do bairro em anos anteriores, como em Xerri (2004), marcando o início no ano de 1945.

**Fotografia 3 – Parte do Bairro São Cristovão, em 1971**



Fonte: Jornal Correio Livre (2002, p. 02).

A imagem mostra parte do bairro São Cristovão no início da década de 1970, em que é possível identificar a baixa urbanização do local, porém contendo diversas moradias e estabelecimentos comerciais construídas ao lado da rodovia principal, feita de chão batido e demonstrando baixo movimento de veículos. A essa época o bairro era considerado “isolado” da parte urbana e central da cidade.

Atualmente, a localidade do São Cristovão é um dos principais bairros de Nova Prata/RS. Esse crescimento influenciou diretamente a expansão do Grupo Escolar Onze de Agosto até se tornar uma das duas escolas públicas de Ensino Médio na cidade. Ainda, essa evolução, de acordo com o Jornal Correio Livre (2002) se dá a partir da década de 1970, com os seguintes fatores: a criação do primeiro distrito industrial da cidade, que foi instaurado no bairro (as primeiras empresas chegariam no ano de 1974), e a pavimentação da atual rodovia BR-470, que faz a ligação da região da serra gaúcha com municípios do norte do Estado, como a cidade de Passo Fundo, devido à facilidade da logística e da grande movimentação de veículos, que atrairia para suas margens múltiplos negócios.

A educação do município ganharia grande aporte com a emancipação<sup>14</sup>, porém, anteriormente a essa data existem registros de algumas escolas já existentes

---

<sup>14</sup> Para consulta dos dados referentes ao número de instituições escolares criadas à época, consultar Tabela 1, analisada na introdução.

em âmbito municipal. Segundo Pagnoncelli (2021), a primeira escola no então distrito de Capoeiras seria alocada no ano de 1901, fazendo parte do então programa conhecido como “aulas públicas”, com professores e custo bancado pelo estado. Pouco se sabe sobre essa escola, apenas a sua localização, às margens da estrada Buarque de Macedo, e que se aceitavam apenas pessoas do sexo masculino em suas aulas.

A segunda instituição registrada foi no ano de 1916. Segundo Farina (1986), essa escola seria gerida pelas então irmãs religiosas da Congregação do Puríssimo Coração de Maria, funcionando por apenas dois anos com as religiosas lecionando, até o ano de 1918, após a transferência do então vigário Padre Francisco Carchia, o responsável por trazer este grupo de religiosas à cidade. Em medida emergencial, uma professora foi contratada para continuar as aulas, porém novamente a escola seria fechada no ano de 1920. A partir disso não é possível encontrar registros sobre instituições escolares de grande porte, apenas as previamente citadas, mantidas pela própria comunidade municipal. Esse abandono duraria até a criação do já citado Grupo Escolar do Prata, em 1929, mostrando que, por muitos anos, a educação em Nova Prata/RS seria mantida e incentivada principalmente por sua comunidade.

A educação na cidade ainda enfrentaria outros problemas relacionados à questão do abandono de muitos alunos por questões de distância das instituições e o trabalho desde tenra idade. Ao passar das décadas, outras instituições seriam incorporadas no município. Segundo Xerri (2004), à mesma época da abertura do Grupo Escolar do Prata<sup>15</sup>, no bairro do Retiro, um dos mais antigos do município, era aberta a então escola Escola Marechal Hermes da Fonseca. Essas duas escolas seriam as únicas instituições públicas consideradas disponíveis em ambiente urbanizado.

A outra instituição de ensino no meio urbano era o então Ginásio Nossa Senhora Aparecida, aberta em 1937, e gerida pelas irmãs religiosas da Congregação do Puríssimo Coração de Maria, que voltariam ao município naquele mesmo ano. No interior do município, durante as décadas de 1930, 1940, 1950, 1960 abririam diversas

---

<sup>15</sup> O primeiro grupo escolar de Nova Prata/RS, o Grupo Escolar do Prata passaria por diversas transformações em sua história. Segundo Xerri (2004), mudanças de localidade foram frequentes até o estabelecimento do atual prédio em 1983; sua nomenclatura mudaria para Grupo Escolar Tiradentes no ano de 1940; em 25/01/1962, após reformas e ampliações no prédio que ocupava à época, seria inaugurada a Escola Normal Tiradentes. O Grupo Escolar Tiradentes passou a integrar a escola normal com a nomenclatura de curso primário de aplicação.

instituições municipais e estaduais, muitas assumindo prédios mantidos pela comunidade. Foram cerca de 26 abertas durante esses períodos, muitas das quais estavam ao lado do salão das comunidades do interior, sendo construídas, por diversas vezes, em terrenos doados por moradores dessas localidades.

A abertura dessas instituições demonstra o movimento em que o Estado começa assumir a responsabilidade da educação. Apesar da abertura de um número elevado de escolas, ainda se demonstrava que muitas localidades do município estavam a longas distâncias do acesso à educação, além de ter o corpo docente reduzido.

Ao analisar os anos que cercam o início da década de 1950, Farina (1986) apresenta alguns dados em que consta que a rede municipal comportava 77 escolas, o número de educadores era o de 1 para cada instituição, em vista que todas estas escolas eram multisseriadas, havendo 2.920 alunos cadastrados. Ainda em território municipal, existiam 6 grupos escolares pertencentes ao estado do Rio Grande do Sul, 8 escolas isoladas, com 35 professores e 1.020 alunos cadastrados. Fora da educação pública havia 3 instituições particulares de ensino, com 12 professores atuantes e 441 alunos matriculados.

Na década de 1960, o município continuaria a abrir instituições escolares com o intuito de suprir áreas onde a disponibilidade de educação era baixa. Segundo Farina (1986), a administração pública da década de 1960 do município de Nova Prata/RS se beneficiaria da parceria estado/município, com o programa de eliminar o analfabetismo. O autor lista uma série de escolas construídas – as famosas brizoletas, em diversos distritos, em espaço urbano e rural. Segundo o autor, a área da educação seria a que mais receberia obras da administração pública no início da década de 1960; já segundo Souza (2022b), ao final da década de 1960, Nova Prata/RS contaria com 8 grupos escolares estabelecidos em todo seu território.

O Grupo Escolar Onze de Agosto, objeto de estudo desta pesquisa, teve sua instauração no início da década de 1960. No entanto, será analisada a instauração desta escola no município de Nova Prata/RS, assim como os vestígios de cultura escolar criados nesta instituição e suas práticas escolares desenvolvidas em ritos cívicos, no próximo capítulo.

## 4 O GRUPO ESCOLAR ONZE DE AGOSTO: CULTURAS E PRÁTICAS

Neste capítulo, aprofunda-se o processo de institucionalização do Grupo Escolar Onze de Agosto, suas culturas e práticas. Na primeira seção, abordam-se os primeiros passos da instituição, o seu funcionamento na casa alugada pelo poder municipal onde serviu como lugar temporário à escola, até a inauguração do novo prédio, local onde se encontra em funcionamento até a realização desta pesquisa<sup>16</sup>.

A segunda seção investiga aspectos da cultura escolar a partir das práticas de escolarização desenvolvidas na instituição; e na terceira seção dá-se ênfase às comemorações cívicas que aconteciam no local.

### 4.1 DOS PRIMEIROS PASSOS À INAUGURAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR

Ao iniciar a pesquisa sobre os primeiros passos da instituição, como aconteceu sua construção e institucionalização, com a busca em obras historiográficas que retratam a história do município, dentro desta pesquisa histórica aparecem escritas sobre história da educação, acontecimentos marcantes para a sociedade local, em cujos trechos foram encontrados os primeiros vestígios historiográficos do Grupo Escolar Onze de Agosto.

Uma das obras consultadas, “Nova Prata: uma Incursão na História”, de Eliana Gasparini Xerri, publicado em 2004, conta com um capítulo apenas para as instituições escolares do município. Nos parágrafos destinados à atual E. E. E. M. Onze de Agosto, foram encontrados os primeiros indicativos da história do Grupo Escolar Onze de Agosto, onde se pode encontrar o seguinte texto:

No ano de 1960, a escola iniciou suas atividades em uma casa que é carinhosamente lembrada por seus ex-alunos. A escola funcionava na casa da Dona Pierina, localizada próximo ao atual prédio que abriga a escola. Naquele Momento a denominação era de Grupo Escolar do Bairro São Cristovão (XERRI, 2004, p. 202).<sup>17</sup>

A casa conhecida como Dona Pierina foi a primeira instalação a abrigar o Grupo Escolar Onze de Agosto. Não foram localizadas fotografias ou fontes documentais que

---

<sup>16</sup> O prédio original do G. E. Onze de Agosto passou por mudanças e ampliações no decorrer dos anos devido ao número de alunos atendidos, fazendo mudanças em sua arquitetura original.

<sup>17</sup> Em seu livro, a autora deixa claro que tais informações são fornecidas pela escola em fevereiro de 2004.

descrevem o prédio, assim como planta arquitetônica, as distribuições das salas de aula e demais comodidades, apenas foi possível localizar um desenho retratando a arquitetura, demonstrada na Figura 3.

**Figura 3 – Desenho da casa Dona Pierina**



Fonte: Acervo E. E. E. M. Onze de Agosto.

O desenho retrata a casa Dona Pierina como uma casa comum, com o objetivo de residência à sua época de construção, feita de madeira, de andar térreo, com cerca baixa, sua entrada estava de frente à rua; desta forma, se analisa que sua escolha não se deu devido às instalações serem apropriadas para abrigar um grupo escolar, mas sim devido a sua localização, estando na parte central do então bairro São Cristovão, com sua parte frontal à frente de uma das principais estradas do bairro. Sua disponibilidade de aluguel propiciou um local imediato para o ensino e a continuidade da educação no bairro durante os três anos de obra para o prédio principal.

O jornal A Voz Do Prata, em 1960, escreveria a seguinte reportagem sobre o novo grupo escolar da cidade:

[...] no dia 28 de março do corrente, com a presença do Sr. Guerrino Somavila Prefeito Municipal, Luiz Rigon, Coordenador do Ensino e demais autoridades, em cerimônia especial, foi instalado o grupo escolar São Cristovão, cognominado nº 2, situado nos subúrbios da cidade.

O novo grupo escolar, apesar dos 130 alunos que o frequentam atualmente, conta apenas com 3 professoras e funciona sob a direção da Srta. Ema

Luzzato Reinelli. Segundo fomos informados, esse novo educandário, por falta de classes, não está recebendo novas matrículas e mesmo por ser o número de professoras insuficientes para atender a grande afluência, além do espaço que oferece o prédio provisório (A VOZ DO PRATA, 1960, nº 8, p. 2).

As descrições do jornal mostram uma situação precária e que não resolveria a demanda de alunos do local por diversos motivos em sua abertura. Os principais seriam a falta de material e de profissionais e o espaço inadequado para o funcionamento de uma instituição de ensino. Segundo Xerri (2004), apesar das dificuldades apresentadas pelo local, os antigos estudantes lembram com carinho o primeiro prédio do Grupo Escolar do bairro São Cristovão, denotando que a comunidade recebeu, mesmo que em local “improvisado”, com grande entusiasmo, a abertura de uma instituição de ensino em seu bairro, que afastado do centro do município, e indicando crescimento urbano, recebia este “investimento” do poder público.

Os grupos escolares, apesar de terem como intuito serem estabelecidos como escolas-modelo, por vezes, fugindo de seu padrão, eram locados em prédios adaptados para o ensino. Ribeiro; Amaro e Mariano (2015) descrevem essa prática no interior do estado de São Paulo, na cidade de Presidente Prudente, na década de 1930. O primeiro grupo escolar da cidade ocupou um prédio construído como moradia, descrito em relatórios da inspeção sanitárias da época como um local de poucas salas, corredor estreito, salas pequenas e com o teto baixo. Souza; Dewes e Vanz (2022), em levantamento sobre os primeiros grupos escolares na cidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, mostram que dois grupos escolares funcionavam em estabelecimentos alugados e adaptados para o ensino. Assim como no caso do G. E. Onze de Agosto, a necessidade de certos locais por uma instituição escolar fazia com que a administração pública abdicasse de seguir o padrão estabelecido dos grupos escolares; por vezes, esses locais serviam como passagens temporárias até os prédios projetados ficarem prontos; em outros casos, a falta de recursos fazia com que contratos de locação perdurassem por diversos anos, adaptando os locais para se aproximar do ideal de grupo escolar.

A participação do governo do Rio Grande do Sul na expansão do ensino no interior do estado, como ressaltado anteriormente no capítulo 3, fez com que seu apoio refletisse na criação de várias instituições escolares no município de Nova Prata/RS,

sendo que uma das beneficiadas seria a obra do edifício que abrigaria o Grupo Escolar Onze de Agosto, como se percebe no argumento de Xerri (2004, p. 94):

O Estado criou quatro rurais; pelo Plano de Expansão de Ensino foram criadas 11 escolas de alvenaria com duas salas e 10 de madeira com uma sala. Foram criados pelo estado dois grupos escolares, um em São Cristovão e o outro no arrabalde Frizzon, que atualmente são as escolas estaduais Onze de Agosto e André Carbonera.

Ao prosseguir na pesquisa sobre a iniciação do G. E. Onze de Agosto, foram identificados que a instauração do grupo escolar em seu primeiro prédio, a já citada casa Dona Pierina, foi inaugurada devido à necessidade dos moradores em ter no bairro uma escola para seus filhos, enquanto os demais processos para a instauração do novo prédio se sucediam.

Devido ao número crescente de moradores, as aulas começaram a ser ministradas na residência de Dona Pierina. A casa era alugada e localizava-se próxima ao prédio atual [...]. Sua primeira diretora foi Ema Reineli Bidese. A construção do prédio escolar iniciou no dia 28/3/1960, em terreno adquirido pela prefeitura e de propriedade de Alterio Jorge Antonioli, tendo como entidade mantedora o estado. Em março de 1963, a escola foi transferida para o prédio atual e no dia 5/6/1963, a direção da escola e os pais dos alunos decidiram por unanimidade denominá-la de Onze de Agosto (XERRI, 2004, p. 190).

A administração municipal da época, na figura do prefeito Guerino Somavilla, que perdurou de 01/01/1960 até 31/12/1963, teve diversas ações junto ao Estado para a construção do Grupo Escolar Onze de Agosto. Xerri (2004), sugere que a ideia da construção do Grupo Escolar São Cristovão fosse em alvenaria e não em madeira, uma possível indicação de que também passaria a imagem de mais durabilidade e resistência. Documentos oficiais, datados de 20 de agosto de 1960, citam que o Estado entraria com uma verba de 1 milhão e 500 mil cruzeiros, de forma parcelada e mediante a assinatura de um convênio, a prefeitura entraria com a mão de obra e materiais; caso excedesse o valor oferecido disponibilizado pelo Estado, o poder municipal pagaria a diferença. Em seção extraordinária do poder legislativo do dia 22 de setembro de 1960, os vereadores aprovaram o convênio entre Estado-Município para a obra do G. E. São Cristovão.

Apesar desse Grupo Escolar estar no âmbito estadual, era de igual interesse da prefeitura local receber este tipo de instituição de ensino. Assim como a agilidade na construção e inauguração desses espaços, as parcerias entre município-estado

para estabelecer e manter grupos escolares foram vistas em demais pesquisas que abrangem grupos escolares:

A partir da análise dos jornais e das correspondências trocadas entre a prefeitura, o secretário da educação do estado, J.P. Coelho de Souza, e entre a comunidade e professoras, percebe-se a influência e participação da prefeitura nos grupos escolares estaduais, seja por meio da participação com doação de terrenos ou com o pagamento do arrendamento, seja na intervenção com melhorias.” (SOUZA; DEWES; VANZ, 2022, p.39).

A cidade de Caxias do Sul/RS, localizada na região da serra gaúcha, igualmente contribuiu com terrenos e arrendamentos para grupos escolares estaduais com o intuito de beneficiar a educação municipal, enquanto, em Presidente Prudente, interior de São Paulo, o município da mesma forma traria contribuições diretas para a obra do grupo escolar estadual. Neste caso, auxiliando financeiramente, firmando contratos de parceria, que em algum momento posterior seriam ressarcidos pelo governo estadual:

Diante da necessidade de se continuar a obra, a prefeitura firmou uma parceria com governo estadual prevendo que o término da construção ficaria a cargo da municipalidade, a qual seria ressarcida posteriormente pelo estado (RIBEIRO; AMARO; MARIANO, 2015, p. 885).

É possível afirmar que isso não era incomum na implantação de tal tipo de instituição, como reitera Souza e Vanz (2022), que explicam um pouco mais dessa dinâmica de funcionamento entre estado e município para implementações de instituições de ensino no Rio Grande do Sul na década de 1960, desdobramento do plano estadual de expansão de ensino:

[...] a interação entre o governo estadual e os governos municipais para criação de escolas em áreas remotas do interior, onde o governo do estado se responsabilizava pela orientação técnica, a fiscalização e auxílio financeiro, e o governo municipal arcava com a administração do ensino, e da limpeza, o provimento de docentes e a instalação e manutenção de escolas e prédios escolares [...] (SOUZA; VANZ, 2022, p. 57).

Ao explorar os arquivos da E. E. E. M. Onze de Agosto, foi possível evidenciar a existência de um histórico escolar escrito pela equipe diretiva da escola em fevereiro de 2004. Um trecho é destacado na Figura 4, que acrescenta o número de alunos e o nome dos primeiros docentes:

**Figura 4 – Trecho de Histórico da E. E. E. M. Onze de Agosto**

As primeiras professoras foram:  
 Ema Reinelli Bidese, Eva Vieira Rosa Jacques, Heloísa Sottili, Dulce Peruzzo e Olympia Marson Gotardo.  
 A Escola iniciou com 115 alunos, distribuídos entre as 04 séries:  
 Geni Sbróglia, Carlos Antonioli, Lenira Fochesatto, Graciosa Mansardo, Marlene R. Vigo, Eduardo A. Conte. Ladair Bussolotto, Euclides Migliavacca, Osvaldino Quadri, Itacir Bussolotto, Luís Bristot, Italina Mansardo, Luiza Maria Bristot, Pedro Luchini, Darlei Davanso e outros.

Fonte: Acervo E. E. E. M. Onze de Agosto

A escola iniciou com 115 alunos, distribuídos em 04 séries, não detalhando quais seriam essas series ou a sua distribuição. A partir desses números, é possível confirmar a grande quantidade de alunos que continha o bairro e suas comunidades dos arredores, evidenciando de fato a importância da construção de uma instituição de ensino mais próxima. O número elevado de alunos faz com que se explique o agilizadado início da instituição, começando as aulas antes da construção do prédio oficial, trazendo a necessidade de ocupar uma casa construída com o intuito de moradia ser adaptada para uma escola. Durante cerca de três anos, este prédio comportaria uma centena de alunos, quatro turmas distintas de ensino, reuniões de pais e mestres e demais práticas escolares, cujas informações conferem conforme o cruzamento com outras fontes buscadas durante a pesquisa.

A instalação do grupo, vista no livro de atas e comemoração, como se identifica na Figura 5, confirma que os dados do histórico da escola conferem com as informações obtidas nas demais fontes, acrescentando ainda que as classes<sup>18</sup> funcionavam apenas no turno da manhã no primeiro ano, no período das 8h às 12h.

<sup>18</sup> A palavra classes, encontrada nas fontes documentais é equivalente o que pode ser entendido atualmente como séries.

Figura 5 – Ata da Instalação do Grupo Escolar do Bairro São Cristóvão

Instalação do Grupo Escolar do Bairro São Cristóvão

Ata da

Aos vinte e oito dias do mês de março de mil novecentos e sessenta, no Bairro São Cristóvão, nesta cidade de Nova Friburgo, com a presença do Sr. Querino Sanavila, Prefeito Municipal, Sr. Luiz Rigon, Coordenador do Ensino do Município e das professoras Eva Vieira da Rosa, Heloisa Benizinha Sottili e Bonina Reineeli servindo como secretária, bem como dos alunos, teve lugar a instalação do Grupo Escolar do Bairro São Cristóvão, que funcionará provisoriamente no prédio da Senhora Benizinha Reineeli, alugado especialmente pela Secretaria de Educação. Por ocasião da instalação do novo grupo foram matriculados cento e quinze alunos, distribuídos entre as quatro classes. Foi designada para responder pela direção do Grupo Escolar do Bairro de São Cristóvão a professora Bonina Reineeli. Determinou-se o seguinte horário para o funcionamento do grupo ora instalado: das oito as doze horas. Fizeram-se ouvir em breves palavras o Sr. Querino Sanavila, prefeito municipal, Sr. Luiz Rigon coordenador do ensino municipal e a professora Sra. Eva Vieira da Rosa. Todos congratulando-se com os moradores do Bairro e desejando que este estabelecimento de ensino progreda sempre mais, pa-

Os turnos de funcionamento do grupo escolar seriam ampliados no decorrer dos anos e houve a mudança para o novo prédio escolar. O fato de existir grande procura em matrícula ainda no prédio antigo, conhecido como Casa Dona Pierina, e o funcionamento em apenas um turno de aulas não ficam evidenciados em nenhuma das fontes, mas se pode pensar que a falta de professores/funcionários para manter uma escola de dois turnos seja a explicação mais lógica.

A ata da abertura do ano 1963 no livro de Atas de Reuniões Pedagógicas discorre sobre as séries e professoras titulares atuando em cada uma delas. Havia um sorteio para definir quais séries participariam de cada turno. Nesse ano se pode observar que o 1º ano estava dividido em três turmas. A mudança para um prédio projetado para educação possibilitou a entrada de novos alunos e sua melhor divisão entre turnos e salas disponíveis.

A distribuição de professores entre os anos de 1963 (a ata de reuniões pedagógicas é iniciada junto com a inauguração do novo prédio escolar) até 1971, limite do recorte temporal desta pesquisa e suas respectivas séries de ensino, pode ser observada no Quadro 6:

**Quadro 6 – Distribuição de Professoras entre 1963 e 1968**

<b>Ano</b>	<b>Professoras<sup>19</sup></b>	<b>Série</b>	<b>Turno</b>
1963	Olympia Marson Gottardo	5º Ano	Tarde
	Ancila Leuzi	4º Ano	Tarde
	Eva Vieira Da Rosa	3º Ano	Tarde
	Cleci Barni	3º Ano	Manhã
	Marly Maria Chiocheto Zadinello	2º Ano	Manhã
	Léride Giuliacco	1º Ano A	Manhã
	Ema Reinelli Bidese	1º Ano B	Tarde
	Beatriz M. Lazarri	1º Ano C	Manhã
1964	Dalva Domingues	5º Ano	Tarde
	Olympia Marson Gottardo	4º Ano	Manhã
	Cleci Barni	3º Ano	Manhã
	Marly Maria Chiocheto Zadinello	2º Ano	Manhã
	Vera Maria Faccin	2º Ano	Manhã

<sup>19</sup> O nome de algumas professoras consta nas atas com ortografia diferente de ano para ano, assim os nomes registrados podem incluir alguma possível grafia errônea.

	Noeli Ferreira Ivone Caldieraro Luiza Gheller	1º Ano 1º Ano 1º Ano	Tarde Tarde Tarde
1965	Olympia Marson Gottardo Cleci Barni Marly Maria Chiocheto Zadinello Dalva Domingues Emesita Antonia Lunardi Luiza Gheller Noeli Ferreira Ivone Caldieraro	5º Ano 3º Ano 2º Ano 4º Ano 2º Ano 1º Ano 1º Ano Auxílio à direção	Manhã Manhã Manhã Tarde Tarde Tarde Tarde
1966	Olympia Marson Gottardo Norma Poletto Cleci Barni Edita D. Collet* <sup>20</sup> Nilva M. Todeschini* Marlene C. Barreto da Costa Alide Marson Eva Vieira Da Rosa Teresinha Neiva Collet*	5º Ano 4º Ano 3º Ano 3º Ano 2º Ano 2º Ano 1º Ano 1º Ano 1º Ano	Manhã Manhã Manhã Tarde Tarde Tarde Tarde Tarde Manhã
1967	Olympia Marson Gottardo Norma Poletto Maria Terezinha Coutinho Nunes* Aurea Terezinha Gomes da Silva* Eli Regina Froener* Maria Joana Seganfredo * Helena Maria Sottili Ermerita Antonia Carbonari Terezinha Barreto Pegoraro	5º Ano 4º Ano 3º Ano 3º Ano 2º Ano 2º Ano 1º Ano 1º Ano 1º Ano	Manhã Manhã Tarde Tarde Tarde Tarde Manhã Manhã Tarde
1968	Não houve registro da disposição de professoras, séries e turnos.		

<sup>20</sup> Os nomes com asterisco ao lado indicam educadores que fariam seu estágio naquele ano com a indicação das turmas que assumiriam. As professoras titulares são mencionadas na disposição de turnos, porém sem indicação de quais eram suas turmas.

1969	Glória Maria Borges Rezende	5º Ano	Não houve registro da disposição de turnos.
	Olympia Marson Gottardo	5º Ano	
	Maria Luisa Nedeff	4º Ano	
	Valdecir Poletto	4º Ano	
	Iolanda Bodanese	3º Ano	
	Edi Todeschini Turcato	3º Ano	
	Ermerita Antonia Carbonari	2º Ano	
	Cleci Bavaresco	2º Ano	
	Elide Spiler	1º Ano	
	Norma Terezinha Poletto	1º Ano	
	Odete Dalla Coleta	1º Ano	
1970	Olympia Marson Gottardo	5º Ano	Manhã
	Vera Marília De Souza Gregianin	4º Ano	Manhã
	Ermerita Antonia Carbonari	1º Ano	Manhã
	Julieta Ana Moi Maschio	1º Ano	Manhã
	Arlete Josephina Scarton	4º Ano	Tarde
	Maria Elza Grazziotin*	3º Ano	Tarde
	Leonir Roeder*	3º Ano	Tarde
	Leda Ana Dal Ponte *	2º Ano	Tarde
	Rosa Maria Duz*	2º Ano	Tarde

Fonte: Elaborado pelo Autor (2023) a partir do acervo E.E.E.M Onze de Agosto,

A disposição das professoras para os anos letivos revela algumas características da instituição de ensino. A partir do ano de 1966, houve o crescimento de uma série em relações aos anos anteriores. Apesar de não aparecer em registro, é possível que um novo espaço para abrigar uma turma tenha sido construído/destinado. Como se pode observar, a escola mostrou-se aberta a receber estagiários, cultura estabelecida ainda nos primeiros anos de funcionamento e que continua sendo uma marca da atual instituição de ensino, reconhecida por estar de “portas abertas” para os estagiários.

A escola pública é um dos espaços que abriga professores nas formações de estágio, porém, Mira e Romanowski (2012), em sua pesquisa, elencam alguns elementos que auxiliam os estudantes nesse processo e assim fazer a escolha de onde estagiar: um bom recebimento da escola, possibilidade de horários e turnos e o

entendimento da instituição de que acompanhar o estagiário é auxiliar e estabelecer uma boa condição de troca de conhecimentos, e não de apenas fiscalizar ou criticar. A frequência do número de estagiários no G. E. Onze de Agosto evidencia que a instituição dava as condições de possibilitar uma boa experiência de aprendizado durante o estágio.

A disposição de turmas e séries mostra que as séries iniciais como o 1º, 2º e 3º Ano continham mais alunos e turmas, o G. E. Onze de Agosto, sendo estabelecido em um local afastado do centro urbano, agrupando na escola filhos de famílias com uma renda baixa e de agricultores, fazia com que diversas crianças frequentassem a escola para aprender o “básico”, ler, escrever e fazer contas básicas. A partir disso, não se via mais a necessidade de prosseguir nos estudos e sim se dedicar o tempo à função do trabalho. As turmas assim iam se diluindo, ao ponto de ter apenas uma turma de 5º ano em todos os anos de estudo.

A direção do G. E. Onze de Agosto, durante esse período esteve a cargo de diferentes educadoras:

- Ema Reinelli Bidese – 28/03/1960 a 19/03/1961
- Olympia Marson Gottardo – 02/04/1961 a 11/03/1963
- Dulce Peruzzo – 11/03/1963 a 01/03/1967
- Dalva Rodrigues – 07/03/1967 a 01/02/1971

As diretoras, de forma prévia ou após período de direção, trabalhavam em sala de aula na mesma instituição. Souza e Vanz (2022), analisando obras de instruções de administração escolar da época, registram que a conduta da direção na década de 1960 enfatizava o trabalho em grupo e a mobilização escolar favorecia o trabalho pedagógico; assim, era compreensível a sucessão do cargo ser repassado a educadores que estavam familiarizados com a instituição de ensino, Frazão (2018) em sua investigação acerca da presença de diretoras em grupos escolares no estado do Maranhão pode concluir que a ocupação deste cargo se dava por motivos como: colocar em prática o que haviam aprendido nos cursos de administração escolar, uma questão de hierarquia onde assumia a direção a professora com mais anos de escola, e outras seriam escolhidas por suas colegas pela competência, mérito e outras por fazerem parte da constituição da escola.

É possível perceber que mesmo na situação em que o G. E. Onze de Agosto foi instaurado em uma casa de aluguel sem as condições adequadas, já se organizava

nos padrões de grupos escolares, com uma diretora especificada para a função e não realizando demais funções na instituição.

Ao instaurar o G. E. Onze de Agosto, no mesmo ano foi instaurado o Círculo de Pais e Mestres, como pode ser visto na Figura 6:

**Figura 6 – Ata de Fundação do Círculo de Pais e Mestres**

Ata de fundação do Círculo de Pais e Mestres

Por vinte e quatro do mês de abril de mil novecentos e sessenta, reuniu-se o corpo docente do Grupo Escolar do Bairro São Cristóvão a fim de fundarem o Círculo de Pais e Mestres, muito útil instituição que tem por finalidade a mútua cooperação entre "Pais e Mestres", na difícil tarefa de educar as gerações. Tomou a palavra a Srta. Emma Reinelli que responde pela direção, declarando a necessidade do Círculo de Pais e Mestres. Glorioso numerosos pais presentes que aceitaram e compreenderam a necessidade da instituição de serento em ambiente de compreensão e solicitude por parte dos senhores pais. Após algumas sugestões apresentadas por todos foram escolhida a diretoria por unanimidade, que foi a seguinte:

Presidente: Desidério Afonso Moraes  
 Vice-presidente: Arduino Bussolotto  
 1ª Secretária: Emar Vieira da Rosa  
 2ª Secretária: Heloísa Sattili

Nada mais tendo a contar laurei a presente ata que será assinada pelas professoras e senhores pais presentes.

Fonte: Acervo da E. E. E. M. Onze de Agosto.

A ata de fundação do Círculo de Pais e Mestres é datada do dia 24 de abril de 1960. Nela consta a cooperação entre pais e mestres na tarefa de educar as gerações, com uma fala da diretora declarando a necessidade de uma organização que abrangesse os pais dos alunos, cuja sugestão foi aceita pelos pais presentes, e foram eleitos na direção deste círculo. Isso indica que, desde a instalação do grupo escolar, era do interesse por parte dos educadores de integrar a comunidade junto ao

andamento da instituição. A ata demonstra que, a partir do primeiro ano da instituição no seu novo edifício, teria participação ativa da comunidade com o intuito de apoio e decisões a respeito da escola.

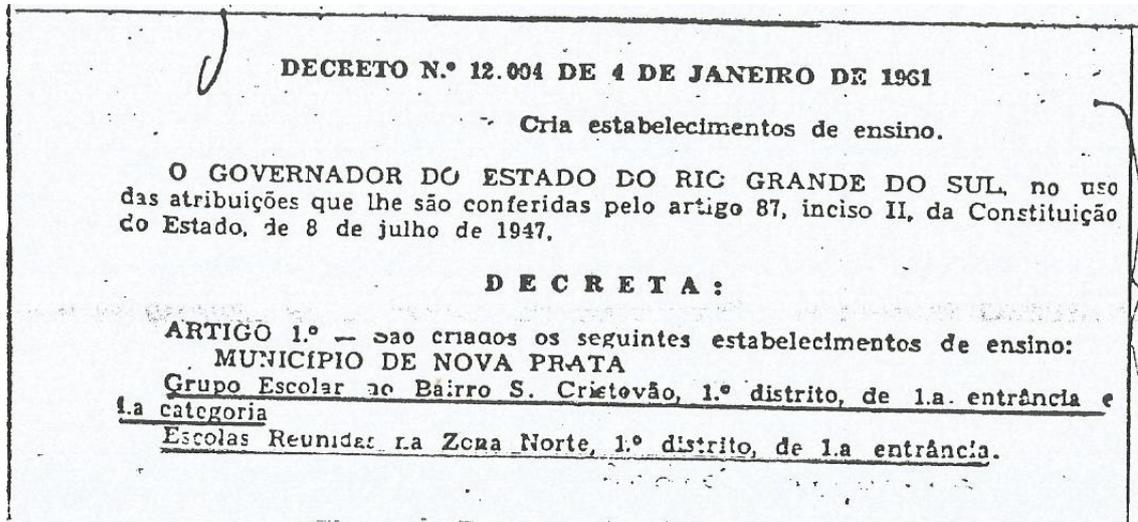
O círculo de pais e mestres, além de aproximar as docentes do G. E. Onze de Agosto aos pais dos alunos, em suas reuniões discutia temas que envolviam cuidados de saúde com as crianças, roupas para dia de chuva e demais assuntos fora do espectro pedagógico e comportamental, porém, Fernandes (2022) destaca que a criação do círculo de pais e mestres era recomendado pelo Regimento Interno das Escolas Primárias do Estado, sendo utilizado pelas professoras para deixar os pais a par dos desafios encontrados na instituição e a importância da educação para seus filhos.

A partir de análise da ata de reuniões de pais e mestres é possível concluir que, no decorrer dos anos analisados no Grupo Escolar Onze de Agosto, a comunidade participou efetivamente de diversas atividades junto à instituição de ensino, contribuindo com trabalhos de manutenção do espaço, em festas promovidas pela escola, doando materiais, buscando apoio financeiro de políticos locais, assim como, frequentemente, eram convidados a participar de palestras com profissionais da área de saúde e religião, reuniões junto aos professores para conversas sobre desempenho e assuntos diversos em relação aos seus filhos na vida escolar.

Ao analisar de forma mais detalhada os arquivos, é possível observar que as atas do círculo de pais e mestres não eram atualizadas durante o funcionamento da instituição no local conhecido como Casa Dona Pierina. Não é possível, porém, afirmar que reuniões não aconteciam nesse espaço ou que a falta de estrutura e profissionais impossibilitava o mantimento atualizado de tais arquivos. A abertura das atas de reuniões pedagógicas aconteceu a partir da mudança de local da instituição de ensino no ano de 1963.

O decreto que oficializava a instauração do Grupo Escolar Onze de Agosto no Diário Oficial da República, pode ser visto na Figura 7.

Figura 7 – Decreto de Criação do Grupo Escolar Onze de Agosto



Fonte: Acervo da E. E. E. M. Onze de Agosto.

O decreto seria efetivado apenas no ano de 1961, sendo que o Grupo Escolar funcionava desde o ano anterior, mostrando uma demora do poder público ao fazer o reconhecimento oficial da instituição de ensino. Atesta no documento a localização e o nome original dado ao grupo escolar, onde se pode notar que as duas escolas criadas pelo decreto seriam nomeadas igualmente à sua localização, prática bastante comum nas instituições de ensino de Nova Prata/RS, passando a ter sua nomenclatura oficial a partir de votação entre pais e mestres em reunião, a fim de homenagear a data de independência do município de Nova Prata/RS, mostrando novamente a influência municipal nessa instituição.

**Figura 8 – Inauguração do G. E. Onze de Agosto**



Fonte: Acervo da E. E. E. M. Onze de Agosto.

A fotografia indica o momento da inauguração do Grupo Escolar Onze de Agosto. A imagem encontrada, sem referências ao autor, demonstra alguns pontos importantes do Grupo Escolar Onze de Agosto, como a construção em ponto elevado e plano, com postes de luz em sua escadaria, imponente, ficando evidente a todos aqueles que transitam pelo local. A localização privilegiada no bairro, de frente para a rua, uma das principais avenidas do município, a reunião de inúmeras pessoas dentro da escola e alguns que observam ao longe, a faixa “G. E. ONZE DE AGOSTO SAÚDA GOVERNADOR”, mostram o grande evento da inauguração do grupo escolar, contando com a autoridade máxima estatal, o governador, cuja presença era bastante frequente em inaugurações de escolas construídas com o poder público, um ato considerado populista.

Os prédios que formam a instituição demonstram simplicidade, ao mesmo tempo em que passam a imagem de confiabilidade em suas construções de alvenaria e a de que poderiam abrigar os alunos que necessitavam de educação. Ao canto inferior esquerdo, um veículo que carrega a bandeira da cidade de Nova Prata/RS simboliza a presença municipal na inauguração. Os grupos escolares, tiveram ao

longo de sua implementação uma mudança na estrutura das edificações, Bencostta (2001) ressalta que nos primeiros anos, os grupos escolares eram construídos em locais privilegiados dentro de um contexto de capitais e cidades urbanizadas com bom poderio econômico, seria, um ponto de destaque na arquitetura urbana, um local que representava os anseios do novo governo republicano, ao passar dos anos, e da expansão do modelo de grupos escolares no território brasileiro, as edificações dos grupos escolares, apesar de manter algumas características para o tipo de ensino, não teriam os moldes arquitetônicos luxuosos dos primeiros grupos escolares construídos no estado de São Paulo.

As inaugurações dos grupos escolares, desde a implantação desse modelo escolar, seriam eventos grandiosos. Souza (1998), abordando o evento de abertura de um grupo escolar na cidade de Campinas/SP, compara a celebração como a fundação de um templo, com a participação das famílias, representantes de diversas associações locais, diretores, professores e representantes políticos dos poderes municipais e estaduais. A inauguração de um grupo escolar não era apenas um evento político, mas sim uma celebração de toda a comunidade que recebia essa instituição.

A partir da inauguração do novo prédio do Grupo Escolar Onze de Agosto, diversas melhorias foram incrementadas para a instituição, assim como algumas normas de organização escolar, se aproximando do idealizado para abrigar um grupo escolar.

As melhorias do novo prédio fez com que nas atas constasse uma nova organização, aconselhada para as professoras e alunos, sendo as principais diretrizes no ano de inauguração: exigência dos alunos usarem uniformes e o cumprimento dos horários de aula estabelecidos, responsabilidade das educadoras de ornamentar as salas de aula onde lecionavam, organização de rifas para ajudar o caixa escolar, guardar os livros utilizados em aula nas suas respectivas salas de aula e comunicar aos pais dos alunos e à direção a frequência dos alunos.

A frequência escolar era uma das normativas com maior constância nas atas de reuniões sobre normas a serem seguidas no grupo escolar, assim como um dos assuntos sempre tratados nas reuniões de pais e mestres. Bencostta (2012) ressalta que a frequência escolar era um dos pontos de maior preocupação entre os intelectuais do ensino e autoridades da educação ao implantar esse tipo de instituição, já que as constantes faltas dos alunos atrapalhavam a consolidação da proposta educacional que era apresentada nessas instituições.

Ao analisar essas normativas, é possível notar o acúmulo de funções exigidas dos educadores nos primeiros anos do grupo escolar. Além da atividade de ensino, é cobrada a organização de livros e do ambiente de sala de aula, organização de eventos para contribuição financeira à instituição, fiscalização e incentivo ao cumprimento das normativas, reportando a direção e aos pais.

No decorrer dos anos, novos funcionários seriam incorporados ao dia a dia da instituição. Em ata no ano de 1968, foram discutidas e decididas normas para a atuação das domésticas em ambiente escolar, entre as quais estava a de demonstrar respeito às professoras, ter os próprios instrumentos e produtos de limpeza e a recomendação de uso de uniformes padronizados.

O novo prédio escolar em sua inauguração acrescentava uma biblioteca à instituição, não existente no prédio antigo. A biblioteca tinha acervo separado para professores e alunos, assim como era cobrada uma mensalidade de funcionamento para aqueles que gostariam de usufruí-la. Deve-se ressaltar a importância desse local para a escola, além de proporcionar para toda a comunidade um local acessível para encontrar livros, jornais e demais periódicos informativos. A presença da biblioteca nos grupos escolares era uma das características desejadas para esse tipo de escola, e estava presente nas primeiras construções específicas a este tipo de instituição:

Em realidade, a escola graduada pressupunha não apenas um edifício de grandes dimensões para abrigar várias salas de aula, mas também outros espaços diferenciados que atendessem às novas necessidades administrativo-pedagógicas: gabinete para a diretoria, sala para arquivo, portaria, depósito, biblioteca, laboratórios, oficinas para trabalhos manuais, ginásio, anfiteatro e pátios para recreio (SOUZA, 1998, p. 128).

Outros desses espaços descritos seriam encontrados no Grupo Escolar Onze de Agosto a partir de sua nova locação, no entanto, o espaço ainda não era o ideal para abrigar a demanda de alunos da comunidade. Com isso, a partir do ano de 1967, em reuniões do grupo de pais e mestres registradas em ata mostram o desejo da escola de construir uma nova sala de aula e fazer o cercamento da escola. Apesar de já em sua construção inicial serem instalados os postes para colocar a cerca, a escola não disponibilizava dos fundos necessários para essas obras; assim, a direção da escola trabalhava junto com os pais para encontrar soluções, de modo que eram constantemente promovidas festas pela escola para conseguir dinheiro, por meio de rifas e pedidos para políticos da esfera municipal e estadual.

Documento encontrado nos arquivos da E. E. E. M. Onze de Agosto, que se estimam ser pertencentes à década de 1990, mostram que a última ampliação da escola data do ano de 1975<sup>21</sup>, mostrando um período de 9 anos entre o início da ampliação e seu término. À época desse documento, a escola contava com 7 salas de aula, secretaria, sala dos professores, biblioteca, bar, cozinha e almoxarifado, podendo receber 210 alunos por turno.

O processo de criação e de se constituir como grupo escolar para o G. E. Onze de Agosto, como descrito, foi um processo desafiante e composto por diversas etapas. Em seus primeiros anos como casa Dona Pierina, não possuía cômodos característicos do projeto original de grupo escolar. Após a inauguração de seu novo prédio, construído com o ideal de abrigar uma instituição escolar, passou a ter acomodações adequadas para o ensino, porém, não suficientes para abrigar as necessidades da comunidade. Essa trajetória mostra que, na década de 1960, o estado do Rio Grande do Sul ainda tinha problemas no processo de ampliação do ensino em seu interior. Após a construção de prédios, muitos sofriam com problemas financeiros para se manter e expandir, notando-se que a escola prosseguiu com constantes ampliações e conservado com o auxílio de sua comunidade escolar.

#### 4.2 OS VESTÍGIOS DA CULTURA ESCOLAR A PARTIR DOS RITOS E FESTIVIDADES CÍVICAS

As festividades dentro das instituições de ensino fazem parte da cultura escolar moderna ocidental. Para Cândido (2021), a introdução desses eventos como parte do processo pedagógico é iniciada na virada do século XIX para o XX, a partir do movimento do escolanovismo. Tais festas, desde sua implementação, permeiam a memória de todos os alunos, professores e aqueles que em algum momento vivenciaram o dia a dia escolar. Assim, é possível afirmar que tais festividades são parte importante para analisar uma cultura de uma instituição escolar, assim como quais festas eram predominantes em tal ambiente e as práticas estabelecidas dentro dessas festas.

Os grupos escolares, em sua formação idealizada de ensino, espalhavam para seus alunos ideais republicanos, porém, ao se implementarem e consolidarem no

---

<sup>21</sup> Esta data se refere a última ampliação da escola organizada como grupo escolar, posteriormente em meados do ano 2000 a escola receberia nova ampliação para abrigar a modalidade de ensino médio.

Brasil, foram implementando novas disciplinas e objetivos para o ensino de novas gerações brasileiras. Bencostta (2012) ressalta o anseio, independente do governo regente ou região, de formar o conhecido popular de “bom cidadão”; com isso, valores patrióticos eram introduzidos em disciplinas de moral e cívica e em palestras, festas e desfiles, que, em sua grande maioria, englobava alunos, professores, pais e outros membros da comunidade escolar.

As festividades cívicas são características marcantes dentro dos ambientes de grupos escolares em todo seu período existencial, mas não eram as únicas dentro desse espaço. No G. E. Onze de Agosto destacam-se as festas religiosas, festas para comemorações de Dia das Mães, para arrecadação de fundos, festas de abertura de anos letivos e encerramentos. A análise das festas cívicas em específico se dá pelos motivos que, em todos os anos analisados nesta pesquisa, datas cívicas reconhecidas como de importância social são comemoradas no ambiente escolar.

A frequência em comemorar essas datas tem como objetivo perpetuar a tradição e valores que elas passam. Nesse sentido, Cândido (2021) afirma que:

As festas escolares como experiência educativa deveria garantir por meio da participação e atividade do aluno, o efetivo aprendizado tanto dos conteúdos escolares, quanto das normas e dos valores implícitos nos temas de cada festa (CÂNDIDO, 2021, p. 7).

A repetição e o estudo acerca da temática são mecanismos utilizados para fixar na identidade de cada um dos estudantes o patriotismo, os símbolos da nação e demais valores sociais. Para Souza e Bortoluzzi (2020), essas ideias disciplinavam e moralizavam a população como um todo, com seus discursos que buscavam a idealização do cidadão perfeito.

A organização e a confirmação das comemorações cívicas que aconteceriam durante o ano letivo no G. E. Onze de Agosto era assunto frequente discutido nas reuniões pedagógicas. Demonstrando a importância de tais ocasiões no dia a dia da escola, na página 5 do livro de Ata de Reuniões Pedagógicas, há a descrição de que, no ano de 1963, foi assunto a festividade da Semana da Pátria:

Aos trinta e um dias de mês de agosto de mil novecentos e sessenta e três, no Grupo Escolar São Cristovão realizou-se uma reunião entre as professoras e a Diretora da mesma escola. O principal assunto foi as comemorações da Semana da Pátria. Foi estabelecido os dias para as diversas classes comemorar a Semana da Pátria. Foi solicitado pela

senhorita Diretora, a presença de tôdas as professoras nas comemorações do dia Sete de Setembro  
Também, foi apresentado, pela Senhorita Diretora, sugestões para os planos de aula, ressaltando a necessidade de globalizar as matérias escolares com fatos dos vultos da nossa história. (LIVRO DE ATA DE REUNIÕES PEDAGÓGICAS G. E. Onze de Agosto, 1960-1968, p. 5).

O recado da direção para as professoras deixava claro que era necessário mostrar para a sociedade o engajamento de toda a escola nesse evento, assim como trabalhar antes das comemorações, na semana anterior a história e os principais “vultos” da história brasileira, retificando a ideia de todo um processo de práticas pedagógicas ao repassar alguns valores para os estudantes, não de apenas ser uma festividade. Em ata do mesmo ano, 1963, retificava que as turmas das crianças mais velhas da escola, 4º e 5º ano, seriam as organizadoras dos atos cívicos do Dia da Bandeira e Proclamação da República: ““Na mesma oportunidade, foi determinado que ficará a cargo do quarto e quinto ano as comemorações de Proclamação da República e Dia da Bandeira” (Livro de Ata de Reuniões Pedagógicas G.E Onze de Agosto, 1960-1968, p. 6), este tipo de prática, em responsabilizar turmas para organizar a festividade seria comum no G.E Onze de Agosto.

A participação dos alunos nas atividades cívicas dava-se de diversas maneiras e aconteceria em todos os anos pesquisados. No início dos anos letivos, era de forma prévia escolhida a turma e professora<sup>22</sup>, cada qual com no mínimo uma data cívica. Os alunos hasteavam a bandeira nas comemorações, cantavam hinos, faziam apresentações individuais e coletivas. Em vista disto, havia uma certa preocupação dos membros da escola em providenciar uniformes escolares completos para aqueles que não podiam adquirir, já que não seria um fato positivo para a instituição caso alguns dos alunos nessas comemorações aparecessem sem as vestes completas do grupo escolar ou estivessem malvestidos. Assim, uniformes para todos deveriam ser alocados especialmente para as comemorações de 7 de setembro, quando ocorria o desfile na parte central no município de Nova Prata/RS. Além dos uniformes, para esta comemoração em específico, a instituição se organizava a fazer faixas, cartazes e demais acessórios para utilizar nessa festividade.

Os alunos, em algumas festividades, eram incentivados a participar de disputas de produções textuais. Caso se destacassem e suas produções fossem premiadas,

---

<sup>22</sup> A participação das professoras nas comemorações cívicas incluía as estagiárias que assumiam as turmas. Tal assunto é pauta em reunião pedagógica no ano de 1966, onde na presença das estagiárias daquele ano definiram a comemoração que cada uma iria se encarregar.

eram apresentadas durante o ato cívico, como descrito na ata de nº 10 de 1968 do livro de Ata de Reuniões Pedagógicas: “Estabeleceu-se que para comemorar o dia de emancipação do município será feito um concurso de composição” (Livro de Ata de Reuniões Pedagógicas G. E. Onze de Agosto, 1960-1968, p. 26). Essas premiações aconteceriam em outras festividades como as de encerramento de ano letivo, quando os melhores alunos em algumas ocasiões eram igualmente prestigiados com prêmios.

As festividades cívicas que ocorreram dentro do G. E. Onze de Agosto nos anos de 1960 – 1968 aparecem descritas no livro de Atas de Comemorações, encontradas no Quadro 6. Deve ser dito que as festividades alusivas à data de 7 de setembro, descritas em certos momentos como festividades da Semana da Pátria, deixariam de aparecer neste livro de atas, mas continuariam a ocorrer, como descrito no livro das Reuniões Pedagógicas.

**Quadro 7 – Festividades Cívicas G. E. Onze de Agosto 1960 – 1968**

<b>Ano</b>	<b>Festividades Cívicas</b>
1960	Dia Pan Americano Tiradentes Dia do Trabalho Abolição da Escravatura Dia do Soldado 7 de Setembro 20 de Setembro Dia da Árvore Proclamação da República Dia da Bandeira
1961	Dia Pan-Americano Tiradentes Dia do Trabalho Abolição da Escravatura Batalha de Tuiuti Batalha de Riachuelo Revolução Farroupilha Entrada da Primavera e Dia da Árvore

	Proclamação da República Dia da Bandeira
1962	Tiradentes Descobrimento do Brasil Dia do Trabalho Batalha de Tuiuti Batalha de Riachuelo Emancipação de Nova Prata Dia do Soldado Semana da Pátria Revolução Farroupilha Dia da Árvore Proclamação da República Dia da Bandeira
1963	Dia Pan-Americano Tiradentes Dia do Trabalho Batalha de Riachuelo Emancipação de Nova Prata Semana da Pátria Revolução Farroupilha
1964	Dia do Índio Tiradentes Descobrimento do Brasil Dia do Trabalho Emancipação de Nova Prata Semana da Pátria
1965	Dia do Índio Tiradentes Descobrimento do Brasil Dia do Trabalho Emancipação de Nova Prata Dia do Soldado

	<p>Revolução Farroupilha</p> <p>Entrada da Primavera e Dia da Árvore</p> <p>Proclamação da República</p> <p>Dia da Bandeira</p>
1966	<p>Dia Pan-Americano</p> <p>Dia do Índio</p> <p>Tiradentes</p> <p>Descobrimento do Brasil</p> <p>Inauguração de Brasília</p> <p>Dia do Trabalho</p> <p>Abolição da Escravatura</p> <p>Batalha de Riachuelo</p> <p>Início do Inverno</p> <p>Emancipação de Nova Prata</p> <p>Dia do Soldado</p> <p>Revolução Farroupilha</p> <p>Entrada da Primavera e Dia da Árvore</p> <p>Descobrimento da América</p> <p>Dia do Aviador</p> <p>Dia do Livro</p> <p>Dia das Nações Unidas</p> <p>Dia da Bandeira</p>
1967	<p>Dia do Índio</p> <p>Tiradentes</p> <p>Descobrimento do Brasil</p> <p>Inauguração de Brasília</p> <p>Dia do Trabalho</p> <p>Libertação dos Escravos</p> <p>Batalha de Tuiuti</p>
1968	<p>Revolução 31 de Março de 1964</p> <p>Dia Pan-Americano</p> <p>Dia do Índio</p> <p>Descobrimento do Brasil</p>

	<p>Inauguração de Brasília  Conspiração Mineira  Dia do Trabalho  Libertação dos Escravos  Batalha de Tuiuti  Batalha de Riachuelo  Emancipação de Nova Prata  Dia do Soldado  Revolução Farroupilha  Descobrimento da América  Proclamação da República  Dia da Bandeira</p>
1969	<p>Revolução 31 de Março de 1964  Dia Pan-Americano  Dia do Índio  Inconfidência Mineira  Inauguração de Brasília  Descobrimento do Brasil  Dia do Trabalho  Abolição da Escravatura  Batalha de Tuiuti  Batalha de Riachuelo  Entrada do Inverno  Dia do Soldado  Revolução Farroupilha  Dia da Árvore  Chegada da Primavera  Dia da Ave e do Mel  Dia de Cristóvão Colombo  Dia da Aviação  Dia do Livro  Dia das Nações Unidas  Dia da Bandeira</p>

1970	Chegada do Outono Revolução de 1964 Dia Pan-Americano Dia do Índio Inconfidência Mineira Aniversário de Brasília Descobrimento do Brasil Dia do Trabalho Abolição da Escravatura Batalha de Riachuelo Dia do Soldado Independência do Brasil Dia da Árvore Chegada da Primavera Descobrimento da América Dia do Aviador Criação da ONU Dia do Livro Dia da Bandeira
------	---

Fonte: Acervo E. E. E. M. Onze de Agosto, elaborado pelo autor (2023).

Ao analisar as festividades cívicas do G. E. Onze de Agosto, é possível analisar a diferença em quantidade e nas nomenclaturas dos eventos a partir do ano de 1966. Essa diferença estaria marcada pela atuação mais próxima da ditadura civil-militar brasileiro junto às práticas pedagógicas escolares. Devido a isso, a primeira parte das análises se dará às festividades que aconteceram previamente a este período.

As mudanças induzidas pela ditadura civil-militar impactariam na Cultura Escolar estabelecida previamente, sendo que diversas dessas comemorações seriam focadas em figuras do atual governo ou saudando o militarismo brasileiro. Magalhães (2007b) discorre que práticas didáticas são resultadas de uma normativa em certa realidade, apesar que isso faz com que aconteça a singularidade de certas práticas, sacramentando a normalidade de tais normas impostas. Desse modo, com o tempo,

mudanças como a implantação de um civismo<sup>23</sup> acentuado e frequente seriam vistos como práticas normalizadas dentro do ambiente escolar.

As festividades no G. E. Onze de Agosto iniciariam enquanto a instituição estava alocada no seu primeiro prédio, seguindo características pedagógicas dos grupos escolares. O espaço, que não era adequado para algumas práticas escolares, não foi um impedimento para tais comemorações cívicas. O primeiro ano escolar de 1960 teve como primeiro ato cívico a comemoração da celebração do dia da União Pan-Americana. Na descrição do evento há os procedimentos que seriam adotados na maioria das comemorações dentro do espaço escolar:

Aos catorze dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta, numa das salas do Grupo Escolar Do Bairro São Cristovão, presente as professoras e alunos, comemorou-se o dia acima referido afim de lembrar a data que foi fundada a União Pan-Americana. Discorreu sobre o tema alusivo ao dia uma das professoras, que com eloquente oração, recebeu ao finalizar inúmeros aplausos. Foram recitadas pelos alunos diversas poesias, leituras e contos. (LIVRO DE ATA DE COMEMORAÇÕES do G. E. Onze de Agosto, 1960-1968, p. 1).

O procedimento adotado dentro da instituição para comemorações dessas datas, durante a abertura da festividade, a professora designada para organização do evento fazia, em primeiro momento, uma fala em que explicava e explorava a data e a história desta, posteriormente os alunos faziam apresentações das mais diversas a fim de celebrar o dia.

Um dos heróis da nova era republicana brasileira, Tiradentes, teria seu dia lembrado em todos os anos da pesquisa. Na descrição das comemorações, era comum achar palavras que descreviam o personagem histórico como o herói máximo brasileiro, um homem de grandeza moral inigualável, um cidadão exemplar, que deu seu sangue, no sacrifício máximo que uma pessoa pode fazer, ao dar sua vida pela pátria brasileira. O culto a heróis brasileiros era comum nessas datas. O Dia da Abolição da Escravatura, as homenagens eram feitas à princesa Isabel. Na comemoração do Dia do Soldado, outra data que aparecia frequentemente no calendário escolar, em certas ocasiões era lida a biografia de Duque de Caxias para os alunos, falando de suas conquistas à nação como militar. Na data comemorativa

---

<sup>23</sup> Segundo Nunes e Rezene (2008) a educação moral e cívica atuava como meio de moldar a mente dos alunos, convencendo que o regime vigente era benevolente assim como a manutenção do mesmo, os conteúdos abordados nestas aulas incluíam a obediência, respeito a ordem, a fé, ter liberdade com responsabilidade e o amor à pátria.

da Revolução Farroupilha, a bibliografia de Bento Gonçalves era apresentada para os estudantes, que previamente haviam trabalhado em sala de aula sobre esse vulto histórico.

O culto aos heróis “brasileiros”, donos de atos de bravura, de feitos incomparáveis para a nação, buscava criar uma identidade nacionalista nos alunos, a partir de ídolos da sua pátria em quem poderiam se inspirar para se tornar os esperados cidadãos brasileiros republicanos.

As comemorações cívicas, além de celebrar vultos históricos, igualmente traziam lições de moral para os alunos, como se exemplifica nos exemplos: no Dia do Trabalho, a lição aprendida era o louvor ao trabalho, a dignidade de trabalhar e que as crianças deveriam se tornar trabalhadoras; no dia de comemorar a Abolição da Escravatura, os alunos deveria lembrar de agradecer pela liberdade que tinham e sentir a vergonha que a escravidão fez ao Brasil por diversos anos; durante a comemoração do Dia da Árvore e abertura das estações, era celebrada a importância da natureza e da preservação ambiental, além do impacto positivo da natureza na vida dos alunos.

As comemorações cívicas que se encontravam no calendário escolar abrangiam datas variadas, dentre as quais podiam ser encontrados dias que enalteciam os considerados grandes eventos da nação brasileira, como as vitórias das batalhas de Tuiuti e Riachuelo, o dia da Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. Além disso, o calendário escolar se moldava ao local onde o G. E. Onze de Agosto estava estabelecido, assim, eram comemoradas datas consideradas importantes no meio regional e municipal, como a Revolução Farroupilha e emancipação do município de Nova Prata/RS.

As culturas escolares, para Vinão Frago (2007), são constituídas por um conjunto de rituais, hábitos e práticas dentro da instituição, que se consolidam na escola com o tempo, construindo uma tradição que já não depende apenas das instituições de ensino para continuarem a serem mantidas, assim, se moldam e são moldadas a partir da sociedade que cerca e influencia a instituição de ensino.

A partir do ano de 1963, a escola agruparia algumas datas para serem comemoradas juntas. A motivação disso não foi esclarecida em nenhuma das atas, mas é possível que nesse ano, com a inauguração do novo prédio escolar, a quantidade maior de alunos e a dificuldade de organização fez com que a quantidade de eventos fosse diminuída. Por exemplo, nas comemorações do primeiro trimestre,

como Tiradentes, Dia do Índio e Descobrimento do Brasil, as práticas durante as comemorações não seriam diferentes dos demais, envolvendo apresentação dos temas abordados por educadoras e apresentações dos alunos posteriormente, mas essas datas não passariam a serem comemoradas mais exatamente nos seus dias alusivos.

Os anos de 1963, 1964 e 1967 registrariam um número abaixo do padrão de comemorações cívicas encontrados nos outros anos. No ano de 1964, as datas festivas do Dia da Bandeira e da Proclamação da República estavam planejadas, mas não existem os registros do acontecimento na ata das comemorações. Nos demais anos, não se encontram registros de organização dessas datas cívicas, e não existiu a menção dos motivos da diminuição das datas festivas nesses anos. É possível que tais dias cívicos tenham acontecido nos anos mencionados acima, porém, por motivações desconhecidas, as atas deixaram de ser registradas pelos membros da direção do G. E. Onze de Agosto.

O ano de 1966 marcaria a mudança nas datas cívicas a partir do regime governamental vigente. Apareceriam os primeiros relatos das horas cívicas semanais, que a partir do ano de 1969 seriam, de forma definitiva, feitas em todas as semanas de aula letiva. A ditadura civil-militar brasileiro esperava, a partir disso, como em outros governos na história brasileira, utilizar das instituições escolares para modelar os alunos em seus novos conceitos de patriotismo e ética.

As datas cívicas a partir desse ponto seriam mudadas, figuras históricas comemoradas anteriormente como a de Tiradentes seriam ocultadas, em seu lugar seria celebrada a Inconfidência Mineira, haveria um culto a novos acontecimentos e personalidades, como a inauguração de Brasília, a “revolução” de 1964, Descobrimento do Brasil e da América e Dia do Aviador.

O militarismo, que segundo Souza (1998) já era implementado nas escolas no governo da primeira brasileira, instituindo a comemoração do Dia do Soldado, e com a organização dos alunos em “batalhões” durante os desfiles das comemorações cívicas alusivas a independência do Brasil, onde os alunos marchavam e faziam gestos instruídos de forma militar pelos educadores, seria potencializado durante a ditadura, com estudos temáticos durante a semana letiva sob os presidentes militares, saudando sua imagem, ou no aumento da importância da comemoração do Dia do Soldado que louvava a imagem do militar brasileiro, que em certas ocasiões nesta data contava com a presença de pessoas ligadas a área militar dentro do espaço

escolar, estes exibiam as suas armas aos alunos, acessórios e procedimentos da carreira militar, evidenciando a militarização do ensino primário.

Os primeiros anos da instauração da ditadura civil-militar revelam uma instabilidade de tais datas cívicas que eram incluídas em um ano e posteriormente excluídas no ano seguinte, em uma clara experimentação de quais datas deveriam ser incluídas nos calendários escolares da época e uma desorganização junto com a administração escolar, porém, a exclusão de datas comemorativas que referenciavam a república brasileira seria excluídas permanentemente durante a ditadura civil milita do calendário de comemorações escolar, ocultado dos alunos ideais democráticos.

Os eventos das datas cívicas nem sempre ocorriam dentro do espaço escolar. Dois eventos durante os anos pesquisados faziam com que os alunos exercessem atividades fora da escola: os desfiles de 7 de setembro e a emancipação do município de Nova Prata/RS. Os dois atos eram celebrados de maneira diferenciada, mas ambos na parte central do município. O evento de 7 de setembro, alusivo à Independência do Brasil, era celebrado anualmente, sendo que suas comemorações e práticas escolares ocupavam por vezes a semana inteira, os desfiles efetuados nas ruas centrais da cidade contavam com a participação de todos os estudantes de Nova Prata/RS, por vezes, como no ano 1963, a comemoração iniciava no dia 03 de setembro, com a presença de alunos e professores para hastear a bandeira na praça central de Nova Prata/RS e cantar os hinos da Independência e do Nacional. As atividades acerca da Independência do Brasil se estabeleciam durante toda a semana até o dia 7. Tais atividades incluíam práticas pedagógicas sobre a data, cantar o hino e hastear a bandeira.

As festas cívicas de grande proporção, aquelas que saíam dos muros das instituições, e reuniam grande público, não serviam como apenas demonstrações de civismo e moralidade por parte dos estudantes. Silva (2019) enfatiza que:

As comemorações pela Semana da Pátria, neste período, não mobilizavam apenas os alunos e seus familiares, mas também grande parte da população estava envolvida nesses eventos. Por meio dos escolares, procurava-se criar um sentimento nacional e a ideia de um Brasil como pátria de todos. Assim, a escola se tornou essencial para o sucesso dessa empreitada e, nas festas cívicas de rituais cuidadosamente preparados, a juventude era o foco principal das autoridades locais (SILVA, 2019, p. 80).

Os festejos populares acerca dessas datas retratam participação de diversos representantes de variados órgãos civis e governamentais, neste ideal de que toda a sociedade estava reunida em prol da mesma pátria.

O dia 07 de setembro contava com uma jubilosa comemoração envolvendo toda a sociedade, que participava prestigiando o tradicional desfile. A ata de número 17 do livro de comemorações descreve o evento realizado no ano de 1963:

O programa foi o seguinte: às 8:30 horas – Missa festiva pela Pátria, às 9 horas – Transladação do Fogo Simbólico, da Igreja Matriz até a pira da Pátria, por uma Representação de alunas da Escola Normal Regional, a seguir foi acesa a Pira pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, hasteamento do Pavilhão Nacional pelo Padre Vigário da Paróquia ; e hasteamento da Bandeira Rio-Grandense pelo Sr. Vice Prefeito do município; as 10 horas-formação dos colégios, Destacamento e Entidades para a passeata, inclusive um contingente de Cavalarianos do Centro de Tradição Gaúcha “Invernada do Prata”, as 10:30 horas grandioso desfile pelas ruas centrais da cidade, as 11:30 horas – Concentração Geral na Praça da Bandeira, ocasião em que fez uso da palavra o Sr. Dr. Telmo Kretzmann, DD. Juiz de direito; às 18 horas – arreamento do Pavilhão Nacional pela Sra. Diretora do Grupo Escolar “Tiradentes”, arreamento da Bandeira Rio-Grandense pela Madre Diretora do Ginásio Nossa Senhora Aparecida, extinção do Fogo Simbólico pelo Sr. Delegado da junta de alistamento militar e encerramento da Semana da Pátria pelo Sr. Prefeito Municipal (LIVRO DE ATA DE COMEMORAÇÕES do G.E Onze de Agosto, 1960-1968, p. 27-28).

Ao analisar a comemoração, é descrita uma festividade cívica de duração do dia inteiro, contando com diversas autoridades municipais de esferas diferentes (legislativo, judiciário, militar, religioso e educacional) participando do evento, demonstrando a grande importância desse evento para a sociedade da época e seu simbolismo de união e respeito à pátria brasileira.

As atividades relativas à emancipação municipal de Nova Prata/RS em determinados anos, tinham em suas festividades o tamanho semelhante ao da comemoração de 7 de setembro, já em outros anos, as comemorações seriam restritas ao espaço interno do grupo escolar, onde acontecia a leitura e estudo do histórico e dados do município pelas professoras para os alunos. Uma grande festividade seria celebrada no ano de 1964 nas dependências centrais do município de Nova Prata/RS, descrita da seguinte maneira:

Inicialmente foi entoado o Hino Nacional e hasteada as bandeiras do R. Grande do Sul pelo prefeito municipal Sr. Ernesto Pandolfo e a Bandeira do Brasil pelo Sr. Adolfo Schneider único sobrevivente da “Comissão Emancipadora”. Após hasteamento e para um geral, foi convidado a comparecer no cinema local, onde foi prestada uma homenagem aos emancipacionistas, tendo como

convidado de honra, o Sr. Adolfo Schneider e homenageado pela palavra do Dr. Nilo Zardo. Na oportunidade o Sr. Adolfo Schneider fez uma explanação geral dos acontecimentos desde que nasceu Nova Prata, até a data de onze de agosto de mil novecentos e vinte e quatro. Foi também prestado uma homenagem e entregue o Diploma de Cidadão Pratense, ao morador mais antigo da cidade, Sr. João Ferreira.

Após, foi recitada uma poesia por aluna do G.E Tiradentes. Feito uma saudação relativa à data, por uma aluna desta escola e para finalizar foram apresentados diversos números por uma cia. Lírica que também prestou sua homenagem ao município (LIVRO DE ATA DE COMEMORAÇÕES do G.E Onze de Agosto, 1960-1968, p.29 -30).

As festividades cívicas com ênfase em datas regionais e municipais tinham como objetivo, da mesma forma que as festividades nacionalistas, a partir de datas comemorativas simbólicas, criar uma identidade, um vínculo com o estado e município em que se localiza o G. E. Onze de Agosto.

Ao analisar as datas cívicas e como se dava suas comemorações, é possível observar características de culto de personagens e datas simbólicas nacionalistas, assim como datas simbólicas no âmbito municipal e regional. Essas comemorações ocupavam lugar de importância na organização pedagógica escolar, envolvendo todos os participantes do grupo escolar na sua comemoração; em eventos específicos, toda a comunidade do município era convidada a participar.

O civismo, a moralidade e o culto dos valores estavam fixados na cultura e práticas das instituições públicas primárias. Souza (1998) argumenta que as escolas do início do século, nesse modelo educacional de grupo escolar, detinham a missão de não apenas ser o lugar de ensinar esses ideais cívicos e morais, mas de ser o guardião desses valores. Analisando as festividades cívicas no G. E. Onze de Agosto, concluiu-se que essa função se manteve por décadas dentro das instituições de ensino.

As comemorações cívicas foram utilizadas primeiramente pelo governo republicano para moldar e manter seus ideais com a população e, posteriormente, durante a ditadura civil-militar brasileiro, se viu o mesmo movimento, usando das festividades cívicas para introduzir sua ideologia e manter-se no poder moldando os jovens.

Ao evidenciar que no G. E. Onze de Agosto ocorriam festividades cívicas e seus objetivos, serão analisadas as práticas escolares que ocorriam em tais eventos e nas semanas que antecediam tais datas.

#### 4.3 PRÁTICAS ESCOLARES DESENVOLVIDAS NAS FESTIVIDADES CÍVICAS DO GRUPO ESCOLAR ONZE DE AGOSTO 1960-1968

Ao analisar as práticas escolares produzidas nas festividades cívicas ocorridas nesta instituição escolar, é preciso ressaltar que a escolha de análise dessas práticas, ao invés de outras que eram efetuadas no espaço-tempo desta pesquisa, se dá diante das possibilidades abertas nos arquivos pesquisados, onde ocorriam as descrições detalhadas das festividades cívicas e atividades trabalhadas junto com os alunos, assim como o entendimento de que as práticas dedicadas às questões morais e cívicas eram rituais de importância dentro dos grupos escolares.

O ato de analisar práticas foi estabelecido a partir de leituras de autores como Chartier (1988), Barros (2005) e Faria Filho (2013), alguns dos quais se aprofundam na questão de análise de práticas no ambiente de instituições de ensino em diferentes épocas e contextos.

A prática dentro da história cultural, conceituada por autores como Chartier (1988), explica a prática como um conjunto de ações de um determinado grupo que moldam e constroem significados e identidades, podendo ser definida pela óptica de Barros (2005), que a exemplifica da seguinte maneira:

O que são as “práticas culturais”? Antes de tudo, convém ter em vista que esta noção deve ser pensada não apenas em relação às instâncias oficiais de produção cultural, às instituições várias, às técnicas e às realizações (por exemplo os objetos culturais produzidos por uma sociedade), mas também em relação aos usos e costumes que caracterizam a sociedade examinada pelo historiador. São práticas culturais não apenas a feitura de um livro, uma técnica artística ou uma modalidade de ensino, mas também os modos como, em uma dada sociedade, os homens falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se, morrem ou adoecem, tratam seus loucos ou recebem os estrangeiros (BARROS, 2005, p. 131).

As práticas, podendo ocorrer em diversas partes da sociedade, encontram nas instituições de ensino um vasto campo para a proliferação de práticas próprias, criadas e influenciadas por aqueles que habitam dentro das escolas, a comunidade, o social que a cerca, e de políticas públicas de ensino estabelecidas para modelar o ensino. As práticas escolares, de acordo com Faria Filho *et al.* (2004), mostram que os estudos desenvolvidos acerca da temática resultam cada vez mais em mostrar que elas impactam na formação dos sujeitos – os alunos que compõem as instituições de ensino.

Ao compreender o funcionamento e quais festas cívicas eram celebradas no G. E. Onze de Agosto durante o período de pesquisa, são analisadas as práticas escolares concebidas em torno dos festejos cívicos, que representavam mais do que apenas simples comemorações, mas sim um meio pedagógico de reproduzir práticas e valores aos alunos, como exemplifica Cândido (2021):

Neste sentido, a festa alargava-se para antes e depois do próprio ato, de dois modos distintos e complementares: em um momento anterior representado pelo conhecimento que a festa exigia acerca dos modos próprios de organizá-la (previsto nos regulamentos, circulares, experiências escolares anteriores), no estudo dos temas das festas e suas relações com os outros saberes curriculares, bem como o seu significado para a vida escolar e social (CÂNDIDO, 2021, p. 7).

Os festejos cívicos, dessa maneira, se tornam uma prática escolar, algo que forma os sujeitos, reproduz símbolos, segmenta o modo de se relacionarem com estas datas, molda as características da sociedade em que tais sujeitos habitam e exercem suas vidas. Ao conectar os segmentos de práticas escolares e comemorações cívicas, serão exploradas e analisadas as atividades de aprendizado efetuadas no G. E. Onze de Agosto no período de 1960-1968.

O simbolismo que as festividades cívicas representaram dentro do G. E. Onze de Agosto eram adornados de um patriotismo, valores morais e atitudes a serem seguidas do que podem ser considerados como o ideal de cidadãos exemplares. Se esperava estes serem formados em instituições de ensino como nos grupos escolares, isto é, uma prática seguida igualmente pelo governo democrático quanto pela ditadura civil-militar brasileiro. Sobre isso, define Souza (1998, p. 29-30): “É assim que a escola primária adquire uma finalidade cívica, moral e instrumental”, um instrumento de suma importância para os governos vigentes moldarem seus cidadãos.

Os ritos das comemorações cívicas analisados, em sua grande maioria, seguem um padrão de práticas: os primeiros processos/práticas eram referentes às atividades anteriores às datas de comemoração, primeiramente em reuniões pedagógicas com participação da direção, professoras titulares e por vezes estagiárias, em que se dava a escolha da professora e da turma que iriam realizar as apresentações principais no evento; assim, dessa maneira, os alunos se envolveriam de maneira aprofundada com os temas das comemorações, mais do que uma simples lição pedagógica.

A participação dos alunos nas atividades festivas cívicas estimula diversas capacitações; para Cândido (2021), as festividades estimulam a autonomia do aluno, a responsabilidade em conduzir e um bom desenvolvimento da festividade, a criatividade, passiva ou ativamente, a participação do aluno na atividade almeja consolidar tais aprendizados escolares. A distribuição das festividades não possuía um padrão, sendo organizado no início de cada ano letivo com certas festividades, em que todas as turmas organizariam em conjunto.

A partir da distribuição das festividades para cada turma, nas semanas anteriores à comemoração, uma preparação era constituída de revisão de conteúdos acerca da temática, elaboração dos trabalhos a serem apresentados, cada turma se aprofundaria em uma festividade estabelecida; enquanto, em datas cívicas consideradas importantes, como a comemoração da Independência do Brasil, englobaria todas as turmas. Esses momentos de preparação das apresentações, além da elaboração, envolveria a escolha das poesias, textos, músicas e demais exposições que seriam exibidos a toda comunidade escolar.

As apresentações, em momento inicial, reuniam todos os alunos e professores em lugar especificado, por vezes em uma sala de aula ou em um espaço aberto como o pátio escolar. As aberturas envolviam o canto de hinos patrióticos, posteriormente uma preleção era feita, uma fala feita pela professora intitulada de conduzir a festividade cívica; após a fala, um tempo seria destinado para perguntas sobre a temática dos alunos; finalizado esse momento, seguia-se com as apresentações dos alunos; concluída a exposição dos trabalhos, encaminhava-se para o enceramento, entoado por todos os presentes um dos hinos nacionais ou canção alusiva à data.

O conteúdo dessas apresentações criadas pelos alunos contava com poesias, frases, histórias em quadrinhos, redações, bibliografias, desenhos, confecção de folhetos estilo jornal, canções, etc. Essas práticas eram preenchidas por consagração de ideais, valores, momentos de cultuar a pátria e os heróis nacionais, moral e bons costumes sociais.

A ata de comemorações, em sua descrição dos atos cívicos, não contava com o conteúdo das criações dos alunos, assim como não especificava o autor em caso de uso de produções intelectuais de terceiros, porém, em alguns eventos eram descritos os títulos das apresentações ou características exploradas pelos alunos para compor seus trabalhos.

As poesias, declamadas pelos alunos, por vezes homenageavam os heróis da pátria, poesias nomeadas ou que eram alusivas eram frequentemente declamadas. “Princesa Isabel” e “Tiradentes” são exemplos dessas produções. Azevedo (2011), em sua pesquisa sobre atos cívicos em grupos escolares sergipanos, nota como as celebrações retratavam essas personalidades como guerreiros que contribuíram para o futuro brilhante da nação. No G. E. Onze de Agosto, esse “culto” ficaria evidenciado de forma evidente nas leituras bibliográficas, com características positivas, como na leitura bibliográfica de Duque de Caxias em comemoração ao Dia do Soldado, em que se encontra descrito em ata que um dos alunos em sua apresentação deixou evidente “todas as qualidades morais do mesmo”.

As poesias, por vezes, tinham em sua temática o ato de ressaltar o estado, algumas descritas eram tituladas como “Pátria”, “Pró-Pátria”, “Defesa e Preservação da Pátria”, “Salve a América”, “O Dever que cada um tem com nossa Pátria” “Saudações a Nova Prata”. Os objetivos dessas poesias eram de honrar e enaltecer, seja a nação brasileira, ou o município de Nova Prata. Silva (2017) discorre sobre as pretensões desse enaltecimento:

[...] obedecerem às autoridades do estado que ali se faziam presentes – hierarquia; e defenderem a pátria quando fosse necessário, entre outras coisas. Forjar o cidadão e formar a nação exigiam entrega total dos indivíduos aos ideais do regime republicano (SILVA, 2017, p. 235).

Essa estratégia não seria apenas limitada ao governo republicano, mas a ditadura civil-militar utilizaria igualmente, aumentando as festividades cívicas de exaltação estatal, enquanto algumas das ideias republicanas seriam modificadas, outras seriam mantidas, como cultivar a bandeira nacional. Para Souza (1998), a bandeira nacional implementada pelos republicanos, que manteve as três cores da bandeira imperial adicionando os dizeres ordem e progresso, foi introduzida com sucesso, tendo seu culto estabelecido nos grupos escolares na virada do século XX. A bandeira adota um simbolismo que beira ao sagrado, promove a união, a reafirmação do estado, o respeito, a veneração e a identificação do sujeito com sua nação. Com isso, nas festividades, em épocas republicanas e em regimes ditatoriais, era normal o rito de hastear a bandeira, saudá-la, cantar o Hino à Bandeira e declamar poesias homenageando-a, como em uma das comemorações do Dia da Bandeira, intitulada “As Cores da Bandeira”.

As apresentações passavam mensagens de moralidade, exemplos a serem seguidos, como é o caso da poesia apresentada no Dia do Trabalho, intitulada como “Vamos Trabalhar”. Em algumas dessas ocasiões de festividades, era lido por alguns dos alunos o “Código do Bom Aluno”, apesar de não serem encontrados quais seriam os códigos a serem seguidos. Imagina-se que seu conteúdo fosse o de preservar e incentivar o bom comportamento. A ordem e a disciplina eram instruídas e exigidas em diversas ocasiões, como nos eventos de inauguração do ano escolar, os discursos efetuados pela autoridade máxima escolar, a diretora, quando estabelecia metas comportamentais para o funcionamento do ano letivo.

Nas festividades como a do Dia da Árvore, outras maneiras de ensinamentos cívicos eram feitas, pensando em instruir o cuidado com a natureza. Na comemoração alusiva à data do ano de 1960, todos os alunos da instituição foram à praça central da cidade para fazer o plantio de uma árvore. Atividades como o ato de plantar uma árvore em um local público é uma prática de ensino marcante para aqueles participam, pois, enquanto a existência da planta permanecer nesse local público, alguém da comunidade escolar que participou do ato emergirá na memória sua participação e os ensinamentos repassados.

A musicalidade fazia parte dos eventos, nas entonações dos hinos patrióticos cantados de forma comum no início e fim das festividades. Nos vestígios investigados durante o período analisado, pode-se perceber uma numerosa variedade de hinos utilizados durante os atos cívicos, entre eles: Hino à Bandeira, Hino da Independência, Hino Nacional, Hino da República, Hino Farroupilha, Hino do Soldado Brasileiro, Hino ao Estudante... Outras canções seriam utilizadas, tendo-se o registro de canções intituladas como “Canto à Árvore”, “O Operário” e “Marcha Soldado”. Para Luchese e Fernandes (2022), essas festas desenvolvidas no ambiente escolar, com sua frequência na utilização de hinos ou músicas que envolvem a temática comemorada, seria uma prática de escolarização adotada pelas professoras em vista de sua efetividade junto à formação moral e cívica dos alunos. As letras desses hinos e músicas endossavam os ideais que eram buscados nessas comemorações, cuja prática musical buscava fixar de maneira lúdica os conteúdos das letras nos alunos.

A musicalidade, em algumas instituições, era ensinada aos alunos como uma prática escolar recorrente. Em pesquisa de Santos (2019), identifica-se que em um grupo escolar da cidade de Farroupilha/RS as professoras se formam em cursos de canto orfeônico, assim organizam dentro das escolas cantos à capela, organizando

os alunos em grupos de corais que normalmente se apresentariam nas festividades cívicas. Além das canções ter com o teor de patriotismo, ex-alunos em entrevistas revelam que não se lembram das práticas musicais, mas ainda se lembram de cantar os hinos, o que revela a eficácia dessa prática em reproduzir nos alunos esses simbolismos patrióticos.

Ao finalizar o capítulo, é preciso reafirmar que as produções dos alunos para esses eventos cívicos não foram possíveis de serem encontrados nos arquivos da E. E. M. Onze de Agosto. A sua existência só é possível de afirmar com a busca em arquivos pessoais de ex-alunos, mas, com base na análise dos títulos destas obras e o contexto destas festividades, foi possível afirmar que no G. E. Onze de Agosto, durante o período pesquisado, as práticas desenvolvidas são compatíveis com o modelo escolar de grupo escolar, onde o civismo e a moral eram práticas comuns no calendário escolar, valorizadas pela sociedade pelos integrantes do meio escolar, sendo organizadas de forma prévia e celebradas tanto dentro dos “muros” da instituição como em vias públicas, com intuito de perpetuar nos alunos os símbolos nacionais.

O recorte temporal desta pesquisa engloba um governo democrático e o estabelecimento de uma ditadura civil-militar, nos quais foi possível estabelecer que, apesar de apresentarem diferentes ideologias, utilizaram dos horários cívicos e morais para estabelecer na população, a partir dos alunos, a confirmação de sua ideologia estatal.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo compreender os processos históricos em torno da criação, institucionalização e práticas escolares desenvolvidas no G. E. Onze de Agosto, no contexto do município de Nova Prata/RS no recorte temporal de 1960-1970.

A partir da organização desta pesquisa, foi possível compreender que, a partir do governo de Leonel Brizola (1959-1963) e o plano estadual de expansão da educação no interior do estado do Rio Grande do Sul com construções de escolas padronizadas chamadas popularmente de “brizoletas” se oportunizou que a gestão municipal de Nova Prata/RS, em parceria com o governo do estado expandisse a rede de ensino municipal para localidades consideradas como afastadas das instituições de ensinos existentes. Uma das escolas que seriam construídas nessa parceria seria o G. E. Onze de Agosto, na localidade do bairro São Cristovão.

A construção do prédio do novo grupo escolar iniciaria no ano de 1960 e demoraria cerca de três anos para sua finalização; durante esse tempo, para suprir a alta demanda de alunos do bairro, alugou-se uma casa que servia como morada na localidade do bairro São Cristovão e adaptada para funcionar como instituição escolar. Inaugurada em 28 de março de 1960, a instituição oficialmente chamada por Grupo Escolar do Bairro São Cristovão, e popularmente conhecida como casa Dona Pierina pela comunidade escolar, em referência à antiga moradora, abrigaria 115 alunos distribuídos em 4 classes, seu funcionamento seria no horário da manhã entre as 08 horas até as 12 horas. Os registros investigados informam que nos primeiros anos a escola recebia uma maior demanda de alunos do que podia alocar, tendo dificuldades com questões relativas a materiais escolares e infraestrutura inadequada para uma instituição de ensino, mas, que apesar disso, a comunidade do bairro São Cristovão apoiou a instituição e tem boas lembranças desse período escolar.

As obras de construção do novo prédio escolar terminaram no ano de 1963, e a inauguração da nova estrutura proporcionou que a instituição se constituísse como grupo escolar, com diversas salas de aula, biblioteca, secretaria e sala dos professores. Apesar de abrigar um maior número de alunos, a demanda por vagas era crescente em vista à expansão urbana da região onde a escola se localizava. A construção de nova salas e cercamento da instituição escolar se deu com a ajuda da comunidade escolar, devido à falta de verbas públicas, auxiliando com festas

promovidas para angariar fundos, enviando pedidos de verbas para políticos, disponibilizando doação de materiais de construção e mão de obra para sua construção.

As fontes documentais encontradas mostram que, no decorrer dos anos, o corpo educacional seria formado inteiramente por mulheres, a escola acolheria de forma frequente estagiárias e as séries que detinham maiores turmas eram as de 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup>. Isso indica que, recebendo diversos alunos provenientes de áreas agrícolas, em uma região onde o trabalho se iniciava em baixa idade, algumas famílias consideravam que o aprendizado suficiente seria o de atividades de alfabetização e o das operações matemáticas básicas, tirando-os da escola após este aprendizado; assim as séries de 4<sup>o</sup> e 5<sup>o</sup> ano contavam com menor número de alunos.

A partir dos indícios encontrados, é possível estabelecer que a demora do poder público em disponibilizar uma instituição escolar na área do bairro São Cristovão ocasionou dificuldades de acesso à escolarização às crianças. Os primeiros anos da instituição em uma casa alugada com diversas dificuldades, a necessidade de depois de pronto o prédio escolar a comunidade auxiliar no funcionamento e expansão da instituição fazem com que se crie dentro do G. E. Onze de Agosto uma cultura escolar de pertencimento da escola à comunidade que a cerca. Essa cultura de pertencimento à comunidade molda uma instituição que, quando possível, integra a comunidade ao seu dia a dia, nas festividades, ou se disponibilizando a aceitar diversos estagiários durante a história da escola.

Ao compreender os processos de instauração e institucionalização do G. E. Onze de Agosto, analisaram-se as práticas de escolarização praticadas dentro da escola no recorte temporal estabelecido pela pesquisa, ao fazer uma análise prévia das fontes trabalhadas, entre as inúmeras práticas que eram efetuadas nesse período na instituição. Optou-se por uma análise detalhada das atividades cívicas e morais, por meio de um estudo acerca das comemorações referentes a essas atividades presentes no calendário escolar.

As festividades cívicas dentro do G. E. Onze de Agosto eram atividades frequentes e consideradas importantes dentro da organização de práticas pedagógicas do ano letivo, organizadas no início do calendário escolar em reuniões pedagógicas com a presença da diretora e professoras. Desse modo, cada comemoração seria destinada a uma das turmas da escola para organização da festividade, anterior à data que marcava o festejo, a turma escolhida participava de

estudos e produções de materiais para apresentação ao público sobre a temática da data. No dia de comemoração, havia o canto de hinos nacionalistas para abrir o evento, posteriormente uma preleção seria apresentada pela professora da turma organizadora, contanto a história e fatos sobre a data comemorada, se abria um espaço para perguntas, posteriormente os alunos apresentavam seus trabalhos e o encerramento contava com hinos ou músicas referenciando a festividade.

A análise das práticas cívicas e morais indica que havia datas comemorativas com maior importância que outras, exigindo a participação de todos educadores e alunos, uma preparação dos estudantes na fabricação de faixas, e que se buscava que todos os alunos vestissem os uniformes da instituição, como em atividades que envolviam todos os estudantes, por vezes com duração de uma semana, em que são exemplificadas as atividades referentes ao dia 7 de setembro, data da Independência brasileira. Essas festividades também envolviam a presença numerosa de membros diversos da sociedade, a fim de prestigiar e participar dos ritos do evento.

Os trabalhos desenvolvidos pelos alunos contavam com incentivo ao processo criativo, eram apresentadas poesias, desenhos, cantigas, quadrinhos, entre outras produções autorais. Os alunos eram incentivados a organizar as festividades, podendo assumir ações como hastear e saudar a bandeira nacional à frente dos demais estudantes. Dentro desse processo, o estudo da temática anterior abordava personagens considerados como heróis, personificação exemplar da conduta moral que seria esperado reproduzir nos estudantes.

As atividades cívicas e morais dentro da organização dos grupos escolares foram uma prática utilizada de forma comumente pelos governos para instaurar e reproduzir ideais do estado na sociedade. Pode-se perceber com a pesquisa que, no período de tempo analisado, duas formas de governo assumiriam o poder, o governo republicano e o governo de ditadura civil-militar; ambos, de diferentes formas e intensidade, usariam destas práticas e do simbolismo das datas.

Ao analisar tais atividades, pode-se constatar que no G. E. Onze de Agosto teria como característica a celebração de dias alusivos a comemorações municipais e regionais. Essas comemorações, em certas ocasiões teriam ritos e celebrações comparáveis com as importantes datas nacionais. É possível concluir que se buscava com estas comemorações criar um sentimento de pertencimento dos alunos à nação brasileira, ao estado do Rio Grande do Sul e ao município de Nova Prata/RS.

Ao apresentar os resultados na busca de elucidar os objetivos estabelecidos para esta pesquisa, devo ressaltar e indicar que, dentro do objeto de pesquisa, o G. E. Onze de Agosto, diversos estudos futuros podem ser realizados: uma investigação detalhada acerca das demais práticas escolares, pesquisas dedicadas aos sujeitos que trabalharam nessa instituição escolar, as festividades dentro do espaço escolar de cunho religioso, a formação do clube agrícola, como se deu o processo deste grupo escolar de se tornar uma escola com todos os anos fundamentais e posterior expansão da escola para se tornar uma instituição de Ensino Médio. Esse incentivo a novas pesquisas no campo da história da educação pode-se estender para a trajetória da educação no município de Nova Prata/RS, onde existem diversas instituições a serem analisadas, diversos processos históricos para serem explorados e debruçados por pesquisadores deste campo.

Estes apontamentos demonstram que esta pesquisa é uma fração do conhecimento que pode ser produzido acerca da educação e do processo de escolarização do município de Nova Prata/RS.

Ao finalizar esta dissertação, devo apresentar alguns dos sentimentos pessoais que tive ao realizar este estudo: o primeiro se refere a assumir que, ao iniciar esta jornada, havia muitas incertezas – o ano de 2022, que marca o início da minha trajetória dentro do mestrado em Educação, seria o primeiro após a pandemia de COVID-19<sup>24</sup>, dos momentos de isolamento social, da mudança repentina de todas as práticas sociais que conhecíamos, quando me perguntava como seriam as aulas, o retorno total às salas de aula, como seria recebido na instituição que iria pesquisar e se seria possível acessar as fontes existentes.

O desenvolver da pesquisa demonstrou que o que conhecíamos como “normal” voltaria aos poucos. O objeto de estudo, que seria bem recebido pela instituição de ensino estudada, e por outras pessoas que foram procuradas em buscas de fontes, foi indispensável para o prosseguir dos estudos. O mestrado é uma grande mudança na vida profissional e pessoal de todo acadêmico. Apesar de ter tido um primeiro contato com a pesquisa acadêmica na graduação, ao desenvolver o trabalho de conclusão de curso, realizar uma dissertação engloba uma série de novos

---

<sup>24</sup> Devo destacar que os primeiros encaminhamentos foram feitos com muito receio e que o primeiro semestre foi de adaptações a novos episódios da pandemia e períodos intermitentes de presencialidade.

conhecimentos que se deve dominar e, por isso, concluir é algo que me impulsiona a pesar possibilidades de continuar estudando.

Para finalizar, espero que esta produção textual seja um primeiro estudo acerca da História da Educação dos grupos escolares neste lugar, considerando que esta investigação procurou compreender como em âmbito local se instalaram estes tipos de instituições escolares no Estado do Rio Grande do Sul.

## REFERÊNCIAS

- AURAS, Gladys Mary Teive; DALLABRIDA, Norberto. **A escola da república: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918)**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2011.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. Moderna, 2006.
- AZEVEDO, Crislane Barbosa. Celebração do civismo e promoção da educação: o cotidiano ritualizado dos Grupos Escolares de Sergipe no início do século XX. In. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 2011, v. 31, nº 62, p. 93-115. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbh/v31n62/a07v31n62.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2023.
- BADUY, Marina; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. Origens do Grupo Escolar e a Modernização (Educativa) no Brasil. **Intercursos Revista Científica**, [S. l.], v. 19, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://revista.uemg.br/index.php/intercursosrevistacientifica/article/view/5232>>. Acesso em: 7 mai. 2022.
- BARROS, José D' Assunção. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos** – Revista de História do DHI/PPH/UEM, Maringá, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). **Educar em Revista**, p. 103-141, 2001.
- BENCOSTTA, Marcus Levy. Grupos Escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. III – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 68-76.
- GRITTI, Isabel Rosa, GRITTI Silvana Maria. Educação no RS: os colégios elementares e os grupos escolares – uma revisão de literatura (1909-1950). In SOUZA, José Edimar de (Org.). **Grupos escolares no Rio Grande do Sul: escolarização primária em perspectiva regional no século XX**. São Leopoldo, RS: Oikos Editora, 2022. p. 40-53.
- BORTOLUZZI, Patrícia; SOUZA, Jose Edimar de. Grupo Escolar Erny de Zorzi (Caxias do Sul/RS–1942/1955): as festividades escolares. **Revista Prâksis**, v. 3, p. 162-184, 2020.
- BRASIL. CIDADE-BRASIL. **Município De Nova Prata**. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-nova-prata.html>. Acesso em: 11 mar. 2022.
- BRASIL. IBGE. **Nova Prata**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/nova-prata/panorama>. Acesso em: 11 mar. 2022.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **Instituições Escolares: por que e como pesquisar**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2013.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. Garantir o interesse e a atividade da criança: as festas escolares e o ideário renovado de ensino (finais do século XIX e primeiras décadas do século XX). **Horizontes**, v. 39, n. 1, p. e021016, Itatiba/SP, 2021. Disponível em: <<https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1077>>. Acesso em: 31 mar. 2023

CUNHA, Maria Teresa Santos. Do baú ao arquivo: escritas de si, escritas do outro. **Revista Patrimônio e Memória**, Assis/SP, v. 3, n. 1, p. 53-70, 2007.

CHARTIER Roger. **Entre práticas e representações**. Algés, Portugal: Difel Difusão, 1988.

CLARK, Jorge Uilson; NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus; SILVA, Romeu Adriano da. A administração escolar no período do governo militar (1964-1984). **Revista HISTEDBR** [On-line]. Campinas, n. especial, p. 124-139, 2006.

DE LUCA, Tânia Regina. **Práticas de pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 2020.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**, v. 14, n. 28, p. 123–143, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042010000100006&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042010000100006&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 4 maio 2023.

DUARTE, Sheila; MEIRELES, Janaina Barela; TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. A ação do governo Brizola tendo em vista à história de uma escola. *In: XXI Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal de Pelotas*, 21, 2013, Pelotas. Pelotas: Ufpel, 2013. p. 1-4. Disponível em: <[https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2013/CH\\_00597.pdf](https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2013/CH_00597.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2022.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Cultura e prática escolares: escrita, aluno e corporeidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 103, p. 136–149, 2013. Disponível em: <<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/734>>. Acesso em: 23 abr. 2023.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de *et al.* A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 01, p. 139-159, 2004.

FARINA, Geraldo. **História de Nova Prata**. Caxias do Sul: Educs, 1986.

FERNANDES, Cassiane Curtarelli. História dos grupos escolares em Garibaldi e Farroupilha: matizes de práticas pedagógicas e escolares (Rio Grande do Sul, 1926-1949). 2022.

FERREIRA JR, Amarilio; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. **Educação & Sociedade**, v. 27, p. 1159-1179, 2006.

FRAZÃO, Maria das Dores Cardoso. **Memórias de Diretoras: Práticas Administrativas no Cotidiano dos Grupos Escolares do Maranhão (1960-1970)**. 2018. 258 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, 2018.

GATTI JÚNIOR, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. História da educação, instituições e cultura escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). **História da educação em perspectiva: ensino pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

JORNAL CORREIO LIVRE. Bairros: são cristovão. **Jornal Correio Livre**. Nova Prata, p. 1-4. 21 mar. 2002.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista brasileira de história da educação**, v. 1, n. 1 [1], p. 9-43, 2001.

LE GOFF, J. Documento/ Monumento. In **História e memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 5ª ed, 1ª reimpressão. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p. 525-541.

LUCHESE, Terciane Ângela. Institucionalização dos colégios elementares no Rio Grande do Sul (1909 – 1927): ‘novo’ modelo de escola primária? **Revista Intersaberes**, Curitiba, v. 11, n. 22, p. 45-63, jan./abr. 2016

LUCHESE, Terciane Ângela; FERNANDES, Cassiane Curtarelli. Festividades no cotidiano do Grupo Escolar Farroupilha: o caso da Semana da Asa (Farroupilha/RS, 1940-1944). **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 23, n. 53, p. 285-310, 2022.

LUCHESE, Terciane Ângela; PAGNONCELLI, Sonia Prigol. Encontros, tensões e negociações: processo escolar entre imigrantes e descendentes no Prata (Nova Prata/RS, 1898-1929). **Revista Inter Ação**, [S.L.], v. 46, n. 2, p. 482-501, 31 ago. 2021. Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5216/ia.v46i2.67962>>. Acesso em: 16 mai. 2023.

MAGALHÃES, Justino. A construção de um objecto do conhecimento histórico. Do arquivo ao texto – a investigação em história das instituições educativas. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 11, n. 2, p. 69-74, 2007a. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/5694>. Acesso em: 23 jun. 2022.

MAGALHÃES, Justino Mediações da Cultura Escolar - a Prática como Normatividade. Gómez Fernández, Juan; Espigado Tocino, Gloria; Beas Miranda, Miguel (Eds). **La Escuela y sus Escenarios**. El Puerto de Santa María: Concejalía de Cultura del Ayuntamiento de El Puerto de Santa María, p.197-205. 2007b.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo nexos. História das instituições educativas**. Editora Universitária São Francisco-EDUSF, 2004.

MARCHELLI, Paulo Sérgio. Da LDB 4.024/ 61 ao debate contemporâneo sobre as bases curriculares nacionais. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v.2, n.3, p.1480-1511, out./dez., 2014.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “Civil-Militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço plural**, Marechal Cândido Rondon/ PR, v. 13, n. 27, 2012.

MIGLIAVACCA, Cassiano. **Nova Prata: história local, educação patrimonial e ensino de História**. 2021. 163f. Dissertação (Mestrado Profissional em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2021.

MONTALVÃO, Sérgio. **A LDB de 1961: apontamentos para uma história política da educação**. **Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, jun. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.12660/rm.v2n3.2010.62786>>. Acesso em: 16 mai. 2023.

MORAES, Leticia Baldasso; MARINHO, Alcyane. Brizoletas: um passeio pela memória, patrimônio cultural e educação. **Educação**, [S. l.], v. 42, n. 3, p. 615–628, 2017. DOI: 10.5902/1984644427356. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/27356>>. Acesso em: 14 jan. 2023.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de História**, v. 38, n. 79, p. 195–216, 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882018000300011&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882018000300011&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 7 dez. 2022.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. **Eccos Revista Científica**, v. 7, n. 2, p. 351-368, 2005.

NUNES, Nataly; REZENDE, MJ de. O ensino da educação moral e cívica durante a ditadura militar. **III Simpósio Lutas Sociais na América Latina**, v. 3, p. 1-11, 2008.

MIRA, Marília Marques; ROMANOWSKI, Joana Paulin. A relação universidade-escola no estágio supervisionado do curso de Pedagogia: desafios e possibilidades. **EntreVer-Revista das Licenciaturas**, v. 2, n. 3, p. 184-199, 2012.

PAGNONCELLI, Sonia Prigol. **Processos histórico de escolas municipais rurais de Nova Prata/RS (1988-2006): culturas escolares e nucleação**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/8727>>. Acesso em: 16 mai. 2023.

PERES, Eliane. **Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir - a escola como oficina da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública primária gaúcha (1909-1959)**. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História & história cultural**. Autêntica, 2003.

PILETTI, Fernanda. **Memórias de escolarização no meio rural de Farroupilha/RS: o Grupo Escolar Jansen (1937-1958)**. 2018. (Dissertação mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/4400/Dissertacao%20Fernanda%20Piletti.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 mai. 2023.

PRATA, A Voz do. O que vai pelo ensino. **A Voz do Prata**. Nova Prata, abr. 1960.

QUADROS, Claudemir. Brizoletas: a ação do governo de Leonel Brizola na educação pública do Rio Grande do Sul (1959-1963). **Revista Teias**, v. 2, n. 3, p. 12, 2001.

QUADROS, Claudemir. **As brizoletas cobrindo o Rio Grande: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola, 1959-1963**. Editora FGV, 2019.

REIS, Daniel Aarão. **A ditadura que mudou o Brasil**. São Paulo: Schwarcz-Companhia das Letras, 2014.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda; AMARO, Eunice Ladeia Guimarães; MARIANO, Jorge Luis Mazzeo Primeiro Grupo Escolar e primeira Escola de Formação Superior de Professores em Presidente Prudente. **Cadernos de História da Educação**, [S. l.], v. 14, n. 3, 2016. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/33142>>. Acesso em: 6 nov. 2022.

SANTOS, Deise da Silva. **Memórias e práticas do ensino de música no Grupo Escolar Farroupilha/RS (1938-1945)**. 2019.

SILVA, Degenal de Jesus da. A escola invade as ruas: passeatas cívicas dos grupos escolares sergipanos. Civismo e patriotismo no espaço urbano. **Revista de História e Historiografia da Educação**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 229-240, 2017.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. **Educar em revista**, Curitiba p. 201-216, 2006.

SOUZA, José Edimar; VANZ, Samanta. Funções e perspectivas para direção dos Grupos Escolares no Rio Grande do Sul/Brasil (1963) na obra de Dalilla Sperb. **Revista GapesVida**, São José/SC, v. 8, n. 19, 2022

SOUZA, José Edimar de; DEWES, Elisangela; VANZ, Samanta. Em busca de vestígios do Nacionalismo Institucionalizados nos grupos escolares estaduais de Caxias do Sul (1930-1950). **Historiæ**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 29–54, 2022. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/13271>. Acesso em: 6 nov. 2022.

SOUZA, José Edimar de; GIACOMONI, Cristian. Análise documental como ferramenta metodológica em história da educação: um olhar para pesquisas locais. **Cadernos CERU**, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 139-156, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/189278>. Acesso em: 25 jun. 2022.

SOUZA, José Edimar de; GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos. A prática dos exames finais de uma escola isolada rural de Novo Hamburgo/RS (1953-1971). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 14, n. 55, p. 297–311, 2014.

DOI: 10.20396/rho.v14i55.8640476. Disponível em:  
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640476>>.  
Acesso em: 18 dez. 2022.

SOUZA, José Edimar de (Org.). **Grupos escolares no Rio Grande do Sul:** escolarização primária em perspectiva regional no século. 2. ed. São Leopoldo-RS: Oikos, 2022.

SOUZA, José Edimar de. Os processos de escolarização na escola normal de Sapiranga/RS (1963-1966), **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, v. 12, n. 24, p. 371-395, 2020.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização.** A implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

TEIXEIRA, Maria Lúcia Aguiar. A escola como lugar de memória. *In: XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis, 2015. p. 1-9. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/39/1428380432\\_ARQUIVO\\_AESCO LACOMOLUGARDEMEMORIA-MariaLucia.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/39/1428380432_ARQUIVO_AESCO LACOMOLUGARDEMEMORIA-MariaLucia.pdf). Acesso em: 14 fev. 2022.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa.** Campinas: Autores Associados, p. 3-30, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Grupos escolares:** cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas-SP: Mercado de Letras, 2006.

VIÑAO, Antonio; FRAGO, Antonio Viñao. **Sistemas educativos, culturas escolares y reformas: continuidades y cambios.** Madrid; Ediciones Morata, 2002.

XERRI, Eliana Gasparini. **Nova Prata:** uma incursão na história. Caxias do Sul: Educ, 2004.

## ANEXO

### ANEXO A – DOCUMENTOS

#### DOCUMENTOS:

##### 1. Documentos pesquisados no acervo da Escola Estadual de Caxias do Sul

Decreto nº 12.004, Governo do Estado do Rio Grande Do Sul, datado de 4 de janeiro de 1961

Decreto nº 20.109, Governo do Estado do Rio Grande Do Sul, datado de 16 janeiro de 1970.

Fotografia inauguração G.E Onze de Agosto.

Desenho representando Casa Dona Pierina.

Histórico escolar da Escola Estadual de Ensino Médio Onze de Agosto datada de 2004.

Documento com dados sobre o terreno e o prédio escolar, datação desconhecida.

Decreto nº. 16.438, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, datado de 03 de fevereiro de 1964.

Documento histórico das nomeações oficiais da Escola Estadual de Ensino Médio Onze de Agosto datado de 1984.

Lei Municipal nº. 1.394, Nova Prata-RS, datado de 2 de outubro de 1979.

Livro de Atas Círculo de Pais e Mestres, de 24 de abril de 1960 á 15 de dezembro de 1971

Livro de Matrículas, de 4 de novembro de 1969 á 7 de agosto de 1971

Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas, de 4 de março de 1963 á 3 de março de 1972

Livro de Atas de Comemorações, de 28 de março de 1960 á 26 de novembro de 1970.

Portaria 008741, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, datado de 14 de maio de 1974

## **2. Acervo pessoal Professora Dr. Eliana Gasparini Xerri**

Lei nº 48.11.60, Nova Prata – RS datado de 22 de setembro de 1960

Lei nº 18/4/62, Nova Prata – RS datado de 8 de maio de 1962

Projeto de Lei nº 493, Nova Prata – RS datado de 31 de dezembro de 1962

Lei nº 48.11.60, Nova Prata – RS datado de 20 de agosto de 1960

Transcrição entrevistas para o livro Nova Prata: Uma incursão na história, datado de 1999.

Jornal a Voz do Prata, nº 8, publicado 04/1960

Jornal a Voz do Prata, nº 12, publicado em 08/1960

Jornal Correio Livre, Especial Bairros – São Cristovão, publicado em 21 de março de 2002